



FONPLATA

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA

RELATÓRIO E
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2015



FONPLATA





AUTORIDADES DE FONPLATA À 31/12/2015 6

CARTA DO PRESIDENTE EXECUTIVO 8

1. CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL 10

2. OPERAÇÕES POR PAÍSES 18

ARGENTINA 20

BOLIVIA 22

BRASIL 24

PARAGUAI 26

URUGUAI 28

3. RESULTADOS DA GESTÃO NO EXERCÍCIO DE 2015 30

A. RESUMO EXECUTIVO 32

B. DESEMPENHO EM 2015 34

C. SOLIDEZ DO PERFIL DOS NEGÓCIOS 41

D. COERÊNCIA COM A DIREÇÃO ESTRATÉGICA ESTABELECIDADA 43

E. SOLIDEZ DO PERFIL FINANCEIRO E PATRIMONIAL 49

F. EXPOSIÇÃO A RISCOS DE CRÉDITO 51

G. EFICÁCIA INSTITUCIONAL 58

4. ANEXOS 62

ANEXO 1: 64

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

ANEXO 2: 80

DECISÕES ESTRATÉGICAS ADOTADAS EM 2015

ANEXO 3: 84

RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO 2015

ANEXO 4: 144

ATIVIDADES DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM 2015



Alfonso Prat-Gay
GOVERNADOR TITULAR

Federico Sturzenegger
GOVERNADOR ALTERNO



ARGENTINA

René Orellana
GOVERNADOR TITULAR

Luis Alberto Arce
GOVERNADOR ALTERNO



BOLIVIA

Valdir Simão
GOVERNADOR TITULAR

Rodrigo Estrela
GOVERNADOR ALTERNO



BRASIL

Santiago Peña
GOVERNADOR TITULAR - PRESIDENTE

Pedro Correa
GOVERNADOR ALTERNO



PARAGUAI

Danilo Astori
GOVERNADOR TITULAR

Pablo Ferreri
GOVERNADOR ALTERNO



URUGUAI

ARGENTINA



Ignacio Negróni
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR

Maria Leticia Patrucchi
DIRETORA-EXECUTIVA ALTERNA

BOLIVIA



Harley Jesús Rodríguez Téllez
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR

Silvana Zubieta Bacarreza
DIRETORA-EXECUTIVA ALTERNA

BRASIL



Carlos Eduardo Lampert Costa
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR

Rafael Ranieri
DIRETOR-EXECUTIVO ALTERNO

PARAGUAI



Oscar A. Pérez López
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR - PRESIDENTE

Francisco Ogura
DIRETOR-EXECUTIVO ALTERNO

URUGUAI



Fernando Luis Scelza Martínez
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR

Mariella Maglia Mazzilli
DIRETORA-EXECUTIVA ALTERNA





Carta do Presidente-Executivo



Neste relatório sobre as atividades do FONPLATA ao longo de 2015 é possível constatar os dois objetivos fundamentais traçados para este ano: avançar na segunda fase de reposição do capital da instituição e completar os requerimentos necessários para iniciar o processo de acesso a uma classificação de risco de crédito para que a instituição possa contar com as ferramentas indispensáveis para operar plenamente como banco de desenvolvimento na sub-região.

No ano de 2015 atingimos todas as metas do plano de implantação do novo modelo de gestão institucional do FONPLATA aprovado pela Assembleia de Governadores (AG) em julho de 2013. Nessa ocasião foi aprovado o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022 para a instituição, bem como um aumento nas aprovações até atingir o patamar de US\$ 250 milhões por ano para um horizonte de 10 anos.

Os avanços realizados até hoje alinham a instituição com as melhores políticas e práticas internacionais, ajustadas aos requerimentos de uma gestão prudente de riscos.

Em 2015 foram aprovados US\$ 284 milhões para novas operações com os países, montante que, adicionado ao aprovado em 2014, representa uma média de US\$ 255 milhões anuais no biênio, ultrapassando a meta anual estabelecida em 2013. Todas essas operações estão alinhadas com os objetivos estratégicos previstos na missão e na nova visão da instituição, bem como com os parâmetros de diversificação e exposição estabelecidos para o médio prazo.

Nos últimos cinco anos (2011-2015), a partir do ano no qual a AG estabeleceu o novo modelo de gestão institucional para o FONPLATA, as aprovações de novos empréstimos atingiram US\$ 904,6 milhões, ultrapassando as aprovações acumuladas nos 30 anos anteriores.

Do ponto de vista da solidez financeira e patrimonial, não há restrições provenientes das Demonstrações Financeiras apresentadas junto com este Relatório. Não há carteira em estado de não acumulação de renda, confirmando assim o cumprimento da condição do Fundo como credor preferencial. A carteira de recebíveis é totalmente recuperada nos prazos estabelecidos e a receita líquida está alinhada com os níveis esperados pela política.

A eficiência administrativa foi mantida nos mesmos níveis do ano anterior em decorrência dos avanços organizacionais, da incorporação de profissionais qualificados e das mudanças tecnológicas que, em conjunto, possibilitaram combinar de forma positiva a qualidade dos desenhos das operações, a agilidade dos trâmites, e custos transacionais adequados no ciclo de projetos. Paralelamente, destaca-se certa deterioração nos custos transacionais impostos pelos países por causa da demora na vigência dos empréstimos aprovados pela Diretoria Executiva (DE), ligada, principalmente, aos prazos de ratificação da assinatura pelos países e à realização do primeiro desembolso.

Os desembolsos continuam a mostrar o perfil do tipo de projeto predominantemente aprovado (infraestrutura física), modalidade associada a operações com longos prazos de execução, atualmente mitigada por meio de uma administração mais profissional dos desembolsos e do acompanhamento dos projetos.

Foram cumpridos todos os limites de tolerância ao risco estabelecidos nas políticas, que por sua vez, foram desenvolvidas de acordo com as melhores práticas aplicáveis aos Bancos de Desenvolvimento. O cumprimento das políticas é monitorado e verificado periodicamente nos respectivos comitês internos. A liquidez atual é suficiente para cumprir todas as obrigações exigíveis à instituição nos próximos 12 meses, não constituindo um fator de tensão na concretização dos planos de negócios no curto prazo. Ao mesmo tempo, os indicadores de solvência são satisfatórios.

Além disso, está em andamento um sistema de controle da gestão por objetivos com metas específicas e indicadores organizados nas perspectivas estratégicas do PEI. Essa gestão é monitorada e informada periodicamente com base em uma Matriz de Resultados comprometida com a governança do FONPLATA. A gestão por objetivos é materializada em Planos de Negócios anuais e trienais que estabelecem a programação de acordo com os ciclos estratégicos nos quais são efetivados os compromissos de gestão assumidos pela instituição. Observando a eficácia para os países, os resultados confirmam a manutenção de fluxos de fundos líquidos de capital favoráveis a eles, as condições financeiras das operações convenientes e competitivas, o alcance dos limites máximos de aprovações beneficiadas com condições preferenciais de taxa de juros para os países de menor desenvolvimento relativo, e o alinhamento com a geointegração e a inclusão, que caracteriza a missão do FONPLATA. Dessa forma, outorga-se prioridade às operações nas áreas com menores oportunidades socioeconômicas, colocando a ênfase em regiões interiores e de fronteira, e privilegiando projetos pequenos e médios.

De acordo com o Programa de Negócios de médio prazo aprovado em 2015, o FONPLATA apresentava uma demanda em carteira potencial – identificada com os países – no patamar de US\$ 1,3 bilhão, que não concordava com o nível de capital disponível para sustentar a meta de aprovações estabelecida pelos Governadores de US\$ 250 milhões anuais para além de 2017.

Isso conduziu a considerar uma segunda fase de reposição de capital de acordo com o mandato da AG em 2013, que, além do mais, tinha estabelecido um órgão de avaliação de médio termo no qual era preciso considerar esta opção quando o volume dos negócios estabelecidos como meta aumentasse e houvesse risco de enfrentar restrições na capacidade de empréstimo para satisfazer a demanda de créditos.

Em setembro de 2015 foi apresentada a avaliação, informando a AG sobre a necessidade de avançar com a segunda fase da reposição de capital a ser implantada a partir de 2017. Com as recomendações da AG, a proposta de reposição de capital foi apresentada para consideração dos Governadores em dezembro de 2015, com vistas a que fosse possível cumprir em 2016 os tempos normais dos processos nacionais de ratificação pelos órgãos competentes de cada país.

Esta nova reposição de capital propõe a integralização de US\$ 1,375 bilhão (US\$ 550 milhões em dinheiro) para aumentar a capacidade de empréstimo que possibilite cuidar adequadamente das necessidades da instituição. Com base nesse suposto, o capital do FONPLATA aumentaria para mais de US\$ 3 bilhões, i.e., seis vezes o montante do capital subscrito da instituição em 2013.

Esta decisão irá reafirmar o apoio e a confiança dos países-membros nesta nova etapa do FONPLATA, consolidando, além do mais, o crescimento sustentável da instituição no longo prazo.

Como benefício para os países, a aprovação desta Segunda Reposição de Capital permitirá custear mais de US\$ 3 por US\$ 1 aportado em dinheiro, e contribuirá para manter e ampliar as condições preferenciais de financiamento para os países, podendo, assim, lidar melhor com a nova realidade de menor crescimento da sub-região e manter os avanços atingidos. Adicionalmente, permitirá compensar a eventual deterioração das condições do mercado de financiamento previstas no curto prazo.

Como conclusão, o FONPLATA encerra 2015 tendo realizado todas as reformas estabelecidas em seu PEI de 2013, com um crescimento em sua carteira de projetos que ultrapassa as metas estabelecidas e a caminho de sua Segunda Reposição de Capital. Isso possibilitará uma expansão moderada do perfil de negócios de longo prazo estabelecido para o FONPLATA para uma média de aprovações de US\$ 323 milhões anuais até 2024, dando estabilidade e previsibilidade ao crescimento atingido pela instituição para continuar ampliando os lucros líquidos para os países-membros.

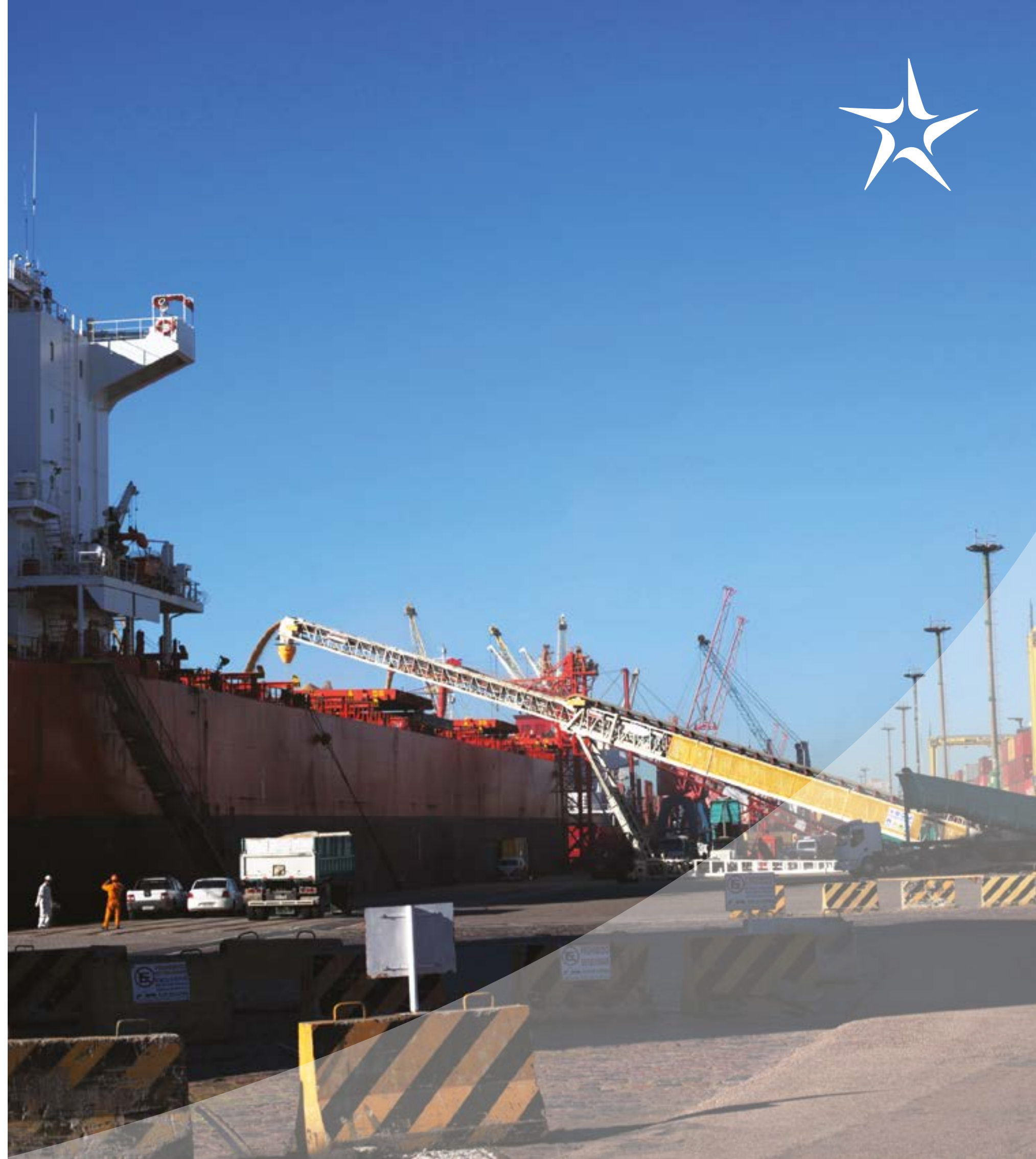
A decisão de avançar na nova capitalização reafirma o modelo solidário e cooperativo que sustenta a estratégia de integração e desenvolvimento regional de nossos países-membros e que levou à criação do FONPLATA. Além disso, garante a preservação de um fluxo de financiamento estável no longo prazo e custos competitivos, dois elementos essenciais para a execução de projetos voltados para fortalecer o desenvolvimento equitativo no âmbito sub-regional e, também, para a missão do FONPLATA. A meta fundamental da gestão em 2016 será que a transformação institucional atingida pelo FONPLATA continue a aumentar a credibilidade, o reconhecimento e a confiança em sua gestão e no cumprimento dos objetivos estratégicos, tanto nos países quanto nos mercados dos quais participa, tendo como resultado condições financeiras estáveis e convenientes em suas operações. Em particular, isso possibilitará a obtenção de uma classificação de risco de crédito favorável, tornando viável a meta de chegar com melhores condições aos mutuários, e fortalecer a estratégia de diversificação de fontes de financiamento de longo prazo, bem como, ao mesmo tempo, potencializar o perfil do FONPLATA como Banco de Desenvolvimento para considerar oportunamente a incorporação de novos países e diversificar alianças estratégicas entre pares.



Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE-EXECUTIVO

1

Contexto
econômico
e social



N

o Relatório e demonstrações financeiras de 2014 sustentava-se que o contexto econômico da região, que tinha sido favorável nos últimos anos para permitir um crescimento sustentado e avanços importantes no âmbito social, enfrentava mudanças que apresentariam novos desafios. Referia-se uma tendência de médio prazo para a desaceleração do crescimento. A maioria dos riscos previstos nesse documento se materializou em 2015 com impacto nos países, porém, a profundidade desses impactos variou de um país para outro em função de sua capacidade para lidar com a situação.

No que diz respeito aos impactos favoráveis, o maior crescimento dos Estados Unidos e os preços mais baixos do petróleo impulsionaram os países importadores líquidos desse produto ou aqueles com importantes relações comerciais com esse país. No entanto, o comportamento do resto do mundo desenvolvido foi divergente, com um impacto claro de desaceleração na recuperação global. O crescimento da Europa e do Japão foi inferior ao previsto e persistentemente incerto. No mundo emergente, a ampliação histórica da economia da China caiu mais do que tinha sido previsto, mostrando uma clara mudança no paradigma de crescimento seguido por esse país até o momento.

Considerando o aumento na última década da dependência do crescimento da região nas matérias-primas, cujos preços caíram e não vão se recuperar de forma significativa no médio prazo, parece pouco provável que a América Latina seja uma solução para o baixo crescimento mundial. Pelo contrário, os países da região enfrentam maiores riscos, tanto por causa da redução de sua receita por exportações, que acarreta uma redução na receita tributária,¹ quanto pela queda nos Investimentos Estrangeiros Diretos, que são particularmente importantes nos setores de matérias-primas. Embora os novos preços do petróleo representem um benefício importante para a balança comercial dos países importadores desse produto, eles foram acompanhados de novas estruturas tributárias e de taxas que aumentaram para compensar as quedas na receita tributária por causa da desaceleração do crescimento.

A progressiva recuperação dos Estados Unidos conduziu para a normalização de sua política monetária e, portanto,

para o aumento moderado das taxas de juros na área do mundo que está sob a influência do dólar. Houve um fortalecimento no valor do dólar e um aumento no custo do capital para as empresas e os governos de nossa região.

Nesses cenários menos dinâmicos e quando a probabilidade de recorrer a outras moedas é baixa, normalmente aumenta o endividamento em dólares. Faz sentido prever que os serviços de dívida em dólares venham a ser ampliados nos próximos anos e que o envolvimento do setor privado no financiamento dos investimentos públicos se torne estratégico no caso de querer manter os níveis de investimento atingidos pelos países latino-americanos, por exemplo, para a redução das brechas de infraestrutura.

Esta situação contrasta com a da Europa e do Japão que estão comprometidos em uma política monetária de taxas de juros baixas.

Os níveis de inflação da região começaram a aumentar por causa das vulnerabilidades provenientes do contexto mundial e de seus impactos na competitividade. As vantagens emergentes da valorização cambial das moedas nacionais e das taxas de juros baixas diminuíram. Por isso, agora as opções entre políticas monetárias expansivas e anti-inflacionárias têm-se tornado mais difíceis. Em maior ou menor medida, os países têm usado a flexibilidade das taxas de câmbio para reagir perante os choques desfavoráveis. No entanto, em 2015 os índices de inflação começaram a aumentar e ultrapassar as metas estabelecidas em vários países em decorrência da preocupação pelos resultados econômicos das empresas e da produção. Portanto, o uso futuro dos instrumentos cambiais será limitado.

Observa-se, ainda, uma maior desaceleração nos mercados de crédito, especialmente no dos bancos privados. O sistema bancário e o nível de reservas de vários dos países da região, cada um com situações diferentes, mantiveram relações de capital estáveis, apesar da volatilidade econômica, porém, isso dificilmente poderá substituir a falta de expansão da economia real.

Na maior parte dos países da região a situação dos balanços fiscais tem se deteriorado e os déficits estruturais têm se expandido, reduzindo as possibilidades de desenvolver políticas anticíclicas para atenuar o impacto da desaceleração. Ao contrário, nesses países surgiu a necessidade de consolidar suas situações fiscais e concentrar as despesas na proteção dos avanços efetivados no passado no que diz respeito às políticas sociais e à inclusão. A dívida está aumentando, embora com diferenças consideráveis entre os países. Dentre eles, poucos contam com espaço fiscal suficiente para pensar em uma política contracíclica e de apoio ativo ao aumento da produtividade e dos níveis de investimento.

Tudo isso tem adicionado incertezas às previsões de crescimento dos países da região e, portanto, também à programação financeira de longo prazo. Até hoje, quase todas

as economias reduziram as projeções de crescimento. De acordo com a CEPAL, em média, a América Latina sofreu uma leve contração em 2015 (-0,4%) como resultado, especialmente, da recessão nos maiores países da América do Sul, principalmente o Brasil, e da volatilidade gerada pela incerteza a respeito do comportamento da economia mundial, mesmo quando a maioria dos países continua a crescer modestamente. Estima-se que a recuperação da América Latina seja moderada por um prazo prolongado, acompanhando o crescimento relativamente lento do mundo todo (apenas superior a 3%) como resultado do crescimento moderado das economias avançadas (em torno de 2%). O mundo emergente crescerá pouco mais de 4%, o nível mais baixo desde a crise de 2008.² Não é possível supor que os Estados Unidos não sejam atingidos pelo menor crescimento em outras regiões do mundo, nem que o impacto de um menor crescimento na Europa, no Japão e na China não seja significativo na América Latina e no Caribe.

Segundo o Relatório Macroeconômico para a América Latina e o Caribe de 2015 do Banco Interamericano de Desenvolvimento, “ao longo da última década e meia, a região progrediu de forma significativa na redução da pobreza e na melhora dos indicadores sociais. A pobreza extrema caiu em mais de um terço, de 19,3% em 2002 para 12% em 2014. De acordo com o coeficiente de Gini, a desigualdade caiu de 0,56 para 0,51. Paralelamente, a mortalidade infantil caiu de 32 para 18 mortes por cada 100.000 nascidos vivos entre 2000 e 2013. Em 2013, as taxas de escolarização de crianças de 6-11 anos atingiram 98%, e de 12 a 17 anos aumentaram para 87%. Apesar das brechas que persistem entre os diferentes níveis de renda e grupos demográficos, os maiores avanços na redução da desnutrição crônica e no aumento nas taxas específicas de escolarização por idade beneficiaram as crianças dos níveis socioeconômicos mais baixos. Muitas dessas conquistas foram impulsionadas pelo considerável aumento da despesa pública. O gasto social total aumentou muito mais rápido que o PIB. De fato, ao longo do período 2000-2014, o gasto social como percentagem do PIB aumentou de 14% para quase 19%. O rápido aumento do PIB per capita também contribuiu diretamente para melhorar os resultados sociais. Entre a terceira parte e a metade da redução da desigualdade é atribuída à melhoria na renda dos pobres, associada a um crescimento mais rápido”.

Como já referido, as duas causas principais das melhorias sociais foram o aumento do gasto social com relação ao PIB e as altas taxas de crescimento. Embora a situação seja um pouco diferente para cada país, espaços fiscais mais limitados e períodos mais longos com taxas de crescimento modestas podem tornar o gasto social pouco sustentável. Evitar retrocessos nos avanços sociais é, atualmente, o desafio fundamental da região. Para isso são necessárias políticas que, simultaneamente, garantam um ambiente macroeconômico que não amplie a pobreza e a desigualdade, e fortaleçam o aumento da produtividade, a eficiência e a inovação.



¹ Os movimentos nos preços das matérias-primas exportadas pela região impactam nas economias ricas em recursos naturais por meio da balança comercial, altamente dependente da alta volatilidade desses preços, e nos orçamentos públicos, que recebem boa parte de sua receita do setor exportador.

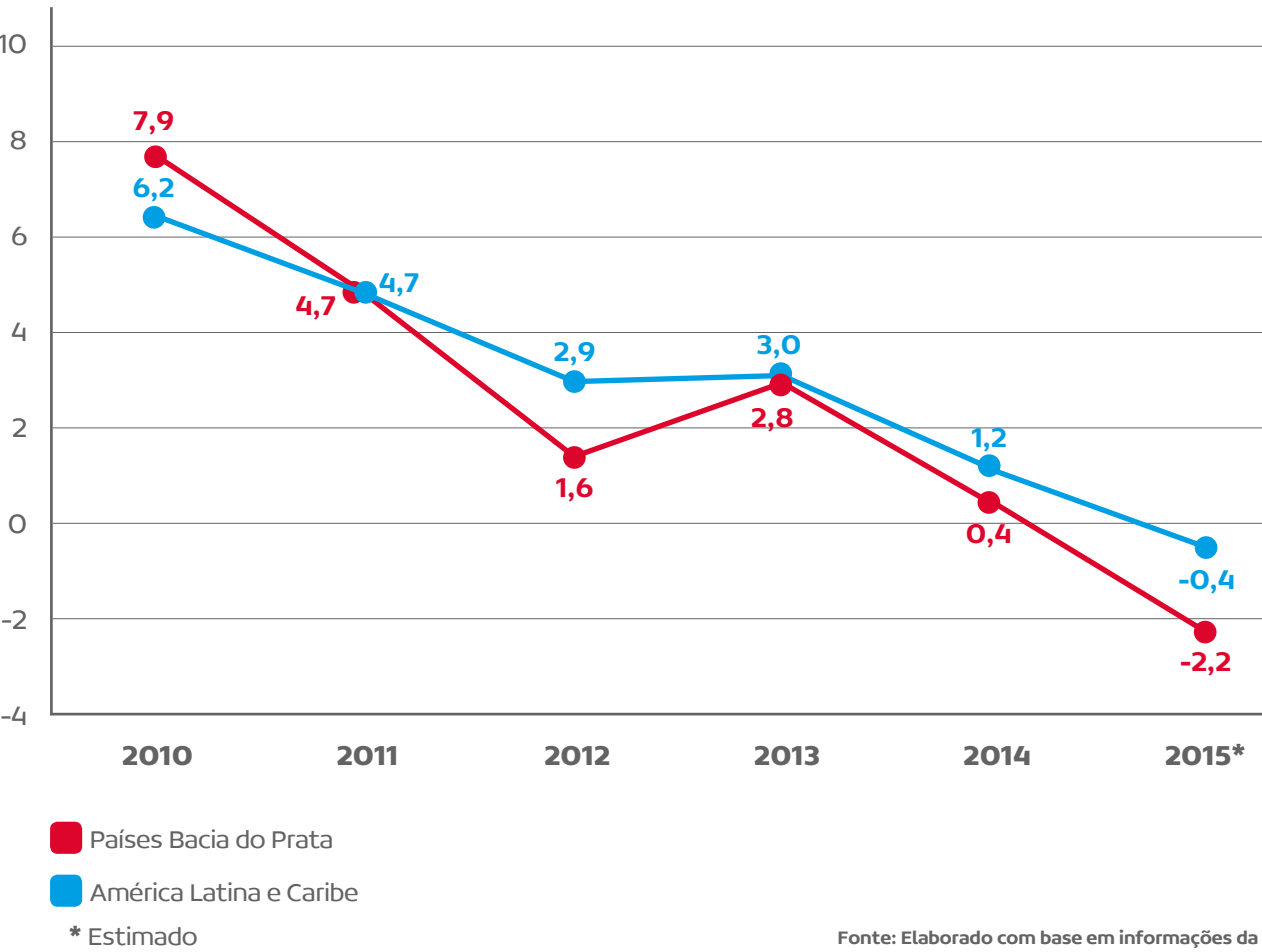
² Vide IMF World Economic Outlook, Update, janeiro de 2016.

Desde 2014, o desempenho dos cinco países da Bacia do Prata sofre um declínio, contraindo-se em 2015, sobretudo por causa da recessão brasileira, pois devido à importância do Brasil, isso abala o crescimento de toda a América Latina. Além disso, o crescimento dos três países de menor desenvolvimento relativo da sub-região está muito ligado ao comportamento dos países maiores. Às dificuldades da economia brasileira somaram-se as distorções da economia argentina, que neste ano passou por um processo de realinhamento.

As possibilidades dos menores países da sub-região de se desligar dos maiores dependem do valor de exportação de seus produtos exportáveis, que precisa ser alto, e do aumento nos fluxos de investimentos diretos nacionais e externos, possibilidades que, como já foi assinalado, têm-se reduzido na atual conjuntura.

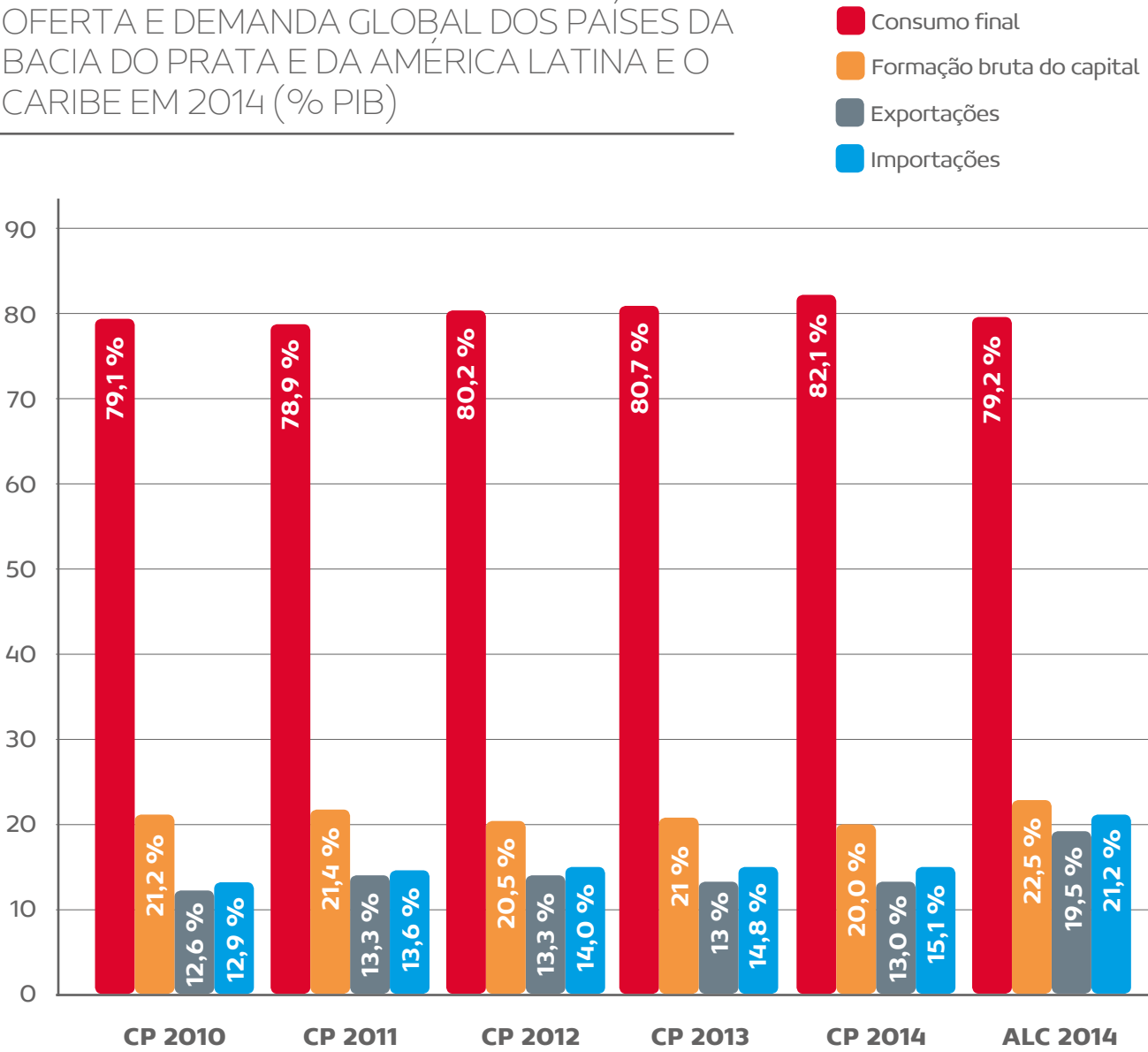
Em um cenário de crescimento moderado e de maior inflação, o aumento da produtividade torna-se muito importante, bem como estratégias que compensem a queda dos investimentos públicos em decorrência de uma situação fiscal mais complicada, e o cuidado das consequências no âmbito social.

CRESCIMENTO REAL (%)



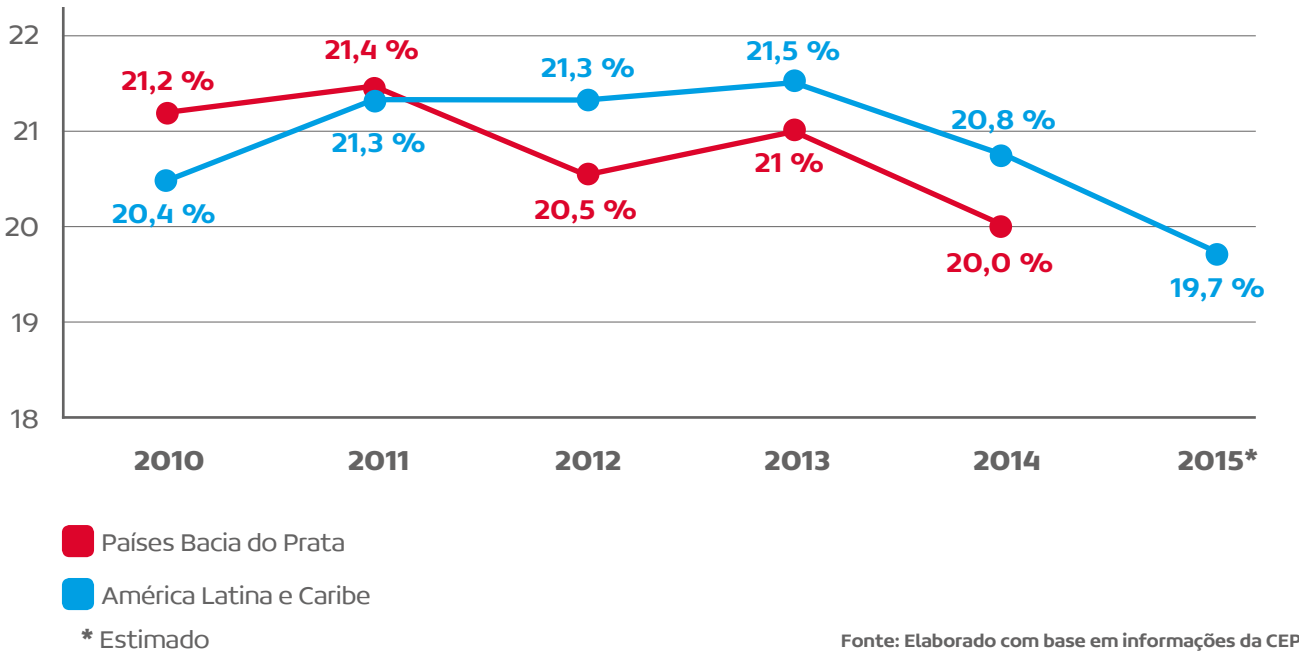
Fonte: Elaborado com base em informações da CEPAL

OFERTA E DEMANDA GLOBAL DOS PAÍSES DA BACIA DO PRATA E DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE EM 2014 (% PIB)



Fonte: Elaborado com base em informações da CEPAL

FORMAÇÃO BRUTA DO CAPITAL FIXO (% PIB)



Fonte: Elaborado com base em informações da CEPAL



Operações por países





Argentina



No ano de 2015, o FONPLATA aprovou operações por US\$ 70 milhões de dólares em projetos de infraestrutura de transportes e desenvolvimento socioeconômico na Argentina.

Foi privilegiada a integração dos espaços geográficos mais vulneráveis, colocando especial ênfase nas regiões fronteiriças, especialmente no norte do país.

Com vistas a favorecer a integração ferroviária comercial entre a Argentina e a Bolívia foi aprovado o projeto “Ramal C 15 Ferrocarril Belgrano Cargas”, que tem um impacto direto nas províncias de Salta e Jujuy. O financiamento está destinado à reabilitação e melhoria do transporte de carga ferroviário desse ramal que une Perico (província de Jujuy) com Pocitos (província de Salta). Com isso, melhora-se a competitividade regional por meio da recuperação do transporte ferroviário de carga na fronteira norte.

A ferrovia Belgrano Cargas atravessa catorze províncias e seu principal objetivo é unir os centros de produção provinciais do norte da Argentina com o porto de Buenos Aires e com os terminais portuários de Rosário, Santa Fé, Barranqueras e Formosa. Além disso, essa rede possibilita a integração ferroviária internacional, pois faz parte do corredor bioceânico que une a Argentina com o Chile, a Bolívia, o Paraguai e o Brasil.

Por outro lado, o FONPLATA aprovou o financiamento do Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo, que tem impacto direto nas províncias de Jujuy, Formosa, Salta e Chaco, no norte do país. O programa visa o desenvolvimento sustentável da bacia desse rio e uma melhor qualidade de vida para seus habitantes, melhorando a produtividade dos solos, aprimorando o sistema de manejo das águas superficiais e melhorando os sistemas de informações hidrometeorológicas.





Bolivia



Na Bolívia, o FONPLATA aprovou o financiamento do equipamento do Aeroporto Internacional de Alcantari no departamento de Chuquisaca e a construção do trecho da rodovia Puente Chimoré-Villa Tunari, dentro da pista dupla Montero-Cristal Mayu (departamentos de Santa Cruz e Cochabamba), por US\$ 55 milhões.

O projeto permitirá integrar o terminal aeroportuário de Alcantari com a rede de aeroportos do país, contribuindo com sistemas aeronáuticos de alta tecnologia e garantindo uma operação aérea segura e contínua para aviões de maior porte. Seu propósito é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico desse departamento e, especialmente, para o progresso comercial e turístico da cidade de Sucre e seus arredores.

O projeto de construção do trecho Puente Chimoré-Villa Tunari, localizado na pista dupla Montero-Cristal Mayu contribui para o desenvolvimento sustentável dos departamentos de Cochabamba e Santa Cruz, melhorando a competitividade regional por meio da redução dos custos do transporte de cargas e de passageiros.

A construção da pista dupla com duas vias paralelas de duas faixas unidirecionais melhorará o fluxo veicular tornando-o mais seguro e diminuindo, assim, o risco de acidentes. Dessa forma, os caminhões e outros veículos pesados interferirão menos no intenso trânsito de veículos leves.





Brasil



Embora durante a gestão 2015 o FONPLATA não tenha aprovado projetos no Brasil, sim preparou várias operações do programa de empréstimos acordado com as autoridades brasileiras. A programação definida para o triênio 2015-2017 tem um valor aproximado de US\$ 225 milhões e abrange vários projetos em diferentes Estados do país.

Dentre essas operações há um projeto de transporte e mobilidade urbana em Criciúma (SC), obras de infraestrutura em Joinville (SC), um programa de revitalização do sistema viário focado no transporte público no Município de Curitiba (PR), um programa de melhoria em unidades habitacionais em Porto Alegre (RS), um projeto de reabilitação e duplicação de vias estaduais (RS) e um programa de melhoria em bairros da zona norte da cidade de Pelotas (RS).





Paraguai



Em 2015 a agenda mantida com o Paraguai foi muito ativa, chegando a aprovar três operações que totalizam US\$ 163 milhões. Dois dos projetos fazem parte de um programa de integração com corredores entre o sul e o oeste do país: incluem estudos para a construção de acessos e para a melhoria do terminal portuário multipropósito da cidade de Pilar. O terceiro consiste no financiamento de uma linha de crédito do Fundo Pecuário que promoverá a melhoria da produção e da comercialização realizadas por pequenos e médios produtores de carne e leite.

O programa de construção de corredores, com trechos entre Alberdi e Pilar, nos departamentos de Ñeembucú e Presidente Hayes, é muito importante para a integração regional e internacional do Paraguai, pois contribuirá para resolver o déficit de infraestrutura nas regiões de fronteira entre o Paraguai e a Argentina, cuja superação é considerada fundamental para a entrada e saída dos produtos do país pelos portos da hidrovia que estão em Pilar. Espera-se, ainda, melhorar os acessos e a infraestrutura requerida para um terminal portuário adaptado aos requerimentos comerciais atuais, especialmente, que possa ser operável o ano todo, sem sofrer quaisquer riscos decorrentes das variações de calado que provocam as estiagens do rio Paraguai. Para isso, é conveniente contar com uma via pavimentada que garanta o tráfego de carga e de passageiros todos os dias do ano.

O programa melhorará a integração regional porque os trechos Alberdi-Pilar e o anel perimetral de Pilar podem vir a ser um corredor de importações e exportações que permita melhorar o comércio que usa os portos de Pilar, poupar tempo e custos operacionais de transporte (levando em conta a significativa redução na extensão da rodovia, em 154 km, para chegar da capital, Assunção, até Pilar), aumentar a atividade turística nos distritos de Pilar, Guazú Cua e Villa Franca e incrementar as atividades agrícola, pecuária e comercial reduzindo o tempo de viagem e oferecendo melhores condições de transporte dos produtos para os mercados de consumo.

Por outro lado, o financiamento ao Fundo Pecuário possibilitará a pequenos e médios criadores de gado e produtores de leite a execução de projetos de investimento em atividades como retenção de ventres, genética, recria e engorda, dentre outras. A estratégia do Fundo Pecuário é fortalecer as cadeias produtivas internas e contribuir para ampliar a base do setor pecuário paraguaio, bem como fortalecer o posicionamento internacional favorável mantido nos últimos anos.

Além do mais, o FONPLATA realizou com o Paraguai uma cooperação técnica não reembolsável para o fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais do Fundo Pecuário, com vistas a apoiar tecnicamente o desenho e a formulação de suas operações, de forma que possa se reposicionar como uma instituição financeira moderna.





Uruguai



No ano de 2015, o FONPLATA aprovou operações por US\$ 65 milhões de dólares para o desenvolvimento de infraestrutura de transportes no Uruguai. As operações com o Uruguai contribuem para a gestão e manutenção do patrimônio viário do país, pois estão voltadas para financiar as ações de reconstrução, melhoria e segurança viária das rodovias prioritizadas.

A malha rodoviária do Uruguai é vital para a estrutura econômica e social do país, pois é a principal forma de transporte de seus cidadãos, de sua produção e de seus bens de consumo. O Uruguai procura manter sua malha viária em muito boas condições com vistas a impulsionar o fornecimento de serviços eficientes e competitivos, abrangendo todo o território. O crescimento econômico da última década desenvolveu novos destinos de concentração de cargas fora da capital e gerou um aumento substancial nas toneladas de carga transportadas, impactando severamente na malha viária existente.

Se somarmos a esse financiamento as contribuições do FONPLATA desde 2012 na mesma área, concluímos que nos últimos quatro anos a instituição contribuiu para esse item com um total de US\$ 177 milhões.





3

Resultados
da gestão no
exercício de 2015





O

s resultados do exercício confirmam o cumprimento pela instituição da meta de aprovações de empréstimos por US\$ 250 milhões anuais, estabelecida pela Assembleia de Governadores na hora de aprovar o aumento de capital da organização em 2013, de forma a tornar mais ágil o apoio à agenda de investimentos dos países. Para isso, foi fundamental o apoio extraordinário do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, que integralizaram antecipadamente a totalidade do capital exigível que tinham comprometido e que, inicialmente, deviam integralizar em cinco parcelas anuais.

As características dos empréstimos aprovados no ano confirmam que a gestão do FONPLATA está alinhada com sua missão e visão, pois a carteira aprovada manteve o foco em projetos pequenos e médios, de acordo com a dimensão financeira da instituição, com uma incipiente diversificação por áreas de especialização, com vistas a impulsionar a geo-integração sub-regional, e, portanto, com uma grande proporção de projetos nas regiões interiores e fronteiriças, que normalmente são as mais desfavorecidas. Dessa forma, procurou-se maximizar a utilidade dos recursos empregados na redução das brechas socioeconômicas.

Foi mantida uma proporcionalidade adequada no repasse de recursos para cuidar da equidade na distribuição dos negócios (aprovações e desembolsos) entre os países mutuários. A diversificação da carteira por país, que esteve dentro dos limites estabelecidos pelas políticas institucionais, permitiu atingir um equilíbrio entre o objetivo de facilitar uma maior alocação de recursos de financiamento aos países, e o objetivo de uma distribuição igualitária da carteira de empréstimos vigente.

Os resultados do exercício refletem um uso eficiente da capacidade de empréstimo disponível, superior ao nível atingido em 2014, que já era extraordinário. Verifica-se, em 2015, um aumento nos custos transacionais dos negócios, por causa do maior tempo necessário para a preparação das operações aprovadas, para que a carteira entre em vigor e para fazer o primeiro desembolso. O FONPLATA cuidou dessa situação por meio de uma série de ações que estão permitindo antecipar os problemas de execução e melhorar sua eficiência operacional.

A receita líquida das operações continuou a se expandir, o que mostra a capacidade da instituição para gerar as reservas necessárias para absorver os riscos e construir patrimônio. Os níveis das taxas de juros determinaram, simultaneamente, retornos dos ativos produtivos que cobriram todas as despesas correntes e de investimento e permitiram, ainda, atingir menores níveis das taxas de juros implícitas pagas pelos países por seu estoque de dívida.

A margem de rentabilidade atingida cumpre os requisitos das políticas financeiras. Os avanços no que diz respeito à eficiência na área de operações favoreceram esse resultado. Esses avanços incluem o aumento da produtividade como resultado de uma maior eficiência administrativa e de recursos humanos, uma menor incidência da carteira não desembolsada de acordo com o cronograma de desembolsos e uma queda do ponto de equilíbrio financeiro da instituição graças à maior eficiência organizacional e transacional atingida.

O FONPLATA é uma fonte de financiamento preferencial de longo prazo para seus investimentos para os países-membros na medida em que eles podem beneficiar-se de condições financeiras convenientes, competitivas e estáveis com relação às que poderiam acessar nos mercados de capital. Além disso, os países-membros de menor desenvolvimento relativo foram beneficiados com um sistema de compensação da margem operacional da taxa de juros (FOCOM) que, desde sua implantação em 2014, atingiu uma proporção de uso muito próxima dos limites máximos previstos (40% do total de aprovações anuais).

Do ponto de vista da solidez financeira e patrimonial, as demonstrações financeiras apresentadas com este relatório não apresentam restrições e não há carteira em estado de não acumulação de renda, confirmando sua condição do Fundo de credor preferencial. A carteira de recebíveis é recuperada totalmente nos prazos estabelecidos. A totalidade dos limites de tolerância ao risco estabelecido nas políticas institucionais é cumprida, em conformidade com as práticas internacionais prudenciais para o tipo de organização ao qual pertence o FONPLATA. O cumprimento das políticas é monitorado e verificado periodicamente. A liquidez atual é suficiente para cumprir todas as obrigações exigíveis da instituição nos próximos 12 meses, não sendo, portanto, um fator de tensão na execução de negócios no curto prazo. Os indicadores de solvência são altos e satisfatórios. A carteira de investimentos para a liquidez do FONPLATA é de baixo risco e por ser detida até a maturidade não corre riscos por alterações nos valores de mercado.

Os principais pontos fortes do FONPLATA baseiam-se no apoio dos países, no estrito cumprimento dos limites estabelecidos nas políticas e práticas financeiras, operacionais e prudenciais da instituição, e na adequada administração do princípio de complementaridade que estabelece sua missão para expandir suas atividades. No que diz respeito ao primeiro aspecto, destaca-se, além de um histórico de cumprimento rigoroso dos compromissos financeiros assumidos, o apoio dos países-membros para dar sustentabilidade de longo prazo à instituição por meio de sua capitalização. Em 2016, o FONPLATA enfrenta o desafio de atingir uma classificação adequada para seu risco de crédito, que possa consolidá-lo como um banco de desenvolvimento sub-regional e que facilite assumir endividamento com base em seu capital exigível de forma a lidar com os requerimentos crescentes de liquidez e com a rápida expansão dos desembolsos de seus empréstimos.

a

Resumo
executivo





b

Desempenho em 2015

b.1. Fontes dos recursos de financiamento

b.1.1. Estrutura do Capital

Em 2015 continuaram as contribuições correspondentes à segunda parcela do cronograma estabelecido no aumento de capital aprovado pela Assembleia de Governadores em agosto de 2013, por um total de US\$ 1,150 bilhão, dos quais US\$ 350 milhões são integralizados em dinheiro e US\$ 800 milhões estão comprometidos na forma de capital exigível, mantendo-se a estrutura de capital resultante da participação original dos países estabelecida no Convênio Constitutivo da instituição.³

Em 31 de dezembro de 2015, os países integralizaram no FONPLATA US\$ 93.333.400 em dinheiro,⁴ correspondente às duas primeiras parcelas anuais (26,7% do total comprometido) e US\$ 566.664.000 em capital exigível (73,3% do total comprometido). Esses montantes refletem a entrega antecipada em 2014 e 2015 pelo Brasil, pelo Uruguai e pelo Paraguai, do total comprometido por esses países para os cinco anos.

3 Os dois maiores países-membros (Argentina e Brasil) participam, cada um, com 33,3% do total, e os três menores (Bolívia, Paraguai e Uruguai), com 11,1% do total cada um. Essa participação não tem impacto no poder de voto, que é igual para cada país.

4 Em 31 de dezembro de 2015, resta integralizar no FONPLATA US\$ 46,7 milhões estabelecidos pelo programa original. Isso significa que 13,3% do total comprometido para essa data pelos países ainda não foi integralizado. Isso não abalou a capacidade de empréstimo da instituição, porém, influiu nos níveis de liquidez requeridos para financiar as obrigações crescentes.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito integralizado do FONPLATA atingiu US\$ 1,169 bilhão⁵, US\$ 542,5 milhões em dinheiro e US\$ 626,7 milhões em capital exigível comprometido. No final do ano de 2015, o FONPLATA não contraiu nenhum empréstimo com base em seu capital exigível, pois a linha de crédito acordada com a CAF não foi usada.

Em 31 de dezembro de 2018, momento no qual conclui o cronograma de capitalização, o total do capital será de US\$ 1,639 bilhão, US\$ 799,2 milhões integralizados em dinheiro (48,8% do total) e US\$ 840 milhões em capital exigível.

b.1.2. Composição do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido atingiu US\$ 617,5 milhões, US\$ 542,3 milhões em capital integralizado em dinheiro, US\$ 65,7 milhões em reservas gerais de lucros acumulados, alocadas pela Assembleia de Governadores, e US\$ 9,3 milhões em lucros acumulados não alocados, que são incluídos no resultado do exercício, que foi de US\$ 6,7 milhões.

A Assembleia de Governadores de agosto de 2015 aprovou uma alocação na reserva geral de um montante de US\$ 25,6 milhões, proveniente dos lucros acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2014 (US\$ 7,7 milhões) e das reservas para imprevistos que foram reclassificadas (US\$ 17,8 milhões).

5 Esse montante é 19% superior ao capital de empréstimo vigente em 31 de dezembro de 2014 e, desse montante, 46,4% é capital em dinheiro.

ESTRUTURA DO CAPITAL (milhares de dólares americanos)

	2015	2014
Capital subscrito	1.639.200	1.639.200
Em dinheiro	799.200	799.200
Exigível	840.000	840.000
Capital subscrito integralizado	1.169.197	980.315
Em dinheiro	542.533	495.867
Exigível	626.664	484.448

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhares de dólares americanos)

	2015	2014
Patrimônio líquido	617.510	562.454
Capital integralizado em dinheiro	542.533	495.867
Reserva Geral	65.654	40.055
Outras reservas	-2	18.776
Lucros acumulados	9.325	7.756

b.1.3.
Capacidade de empréstimo
e força do capital

O aumento do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 reflete, fundamentalmente, o aumento na contribuição em dinheiro para o capital integralizado (US\$ 46,7 milhões), decorrente do pagamento da segunda parcela do aumento de capital. Por outro lado, a carteira de empréstimos bruta (que não considera a provisão para perdas) apresenta de um ano para outro um novo crescimento significativo (22%), ultrapassando o atingido em 2014 (18,7%). A proporção do total do patrimônio líquido ajustado com relação aos ativos de produção (Carteira de empréstimos bruta mais Carteira de investimentos), como indicador da suficiência de capital, apresenta no final de 2015 um nível algo inferior ao atingido no ano anterior (102%). O valor do mesmo indicador, ajustado conforme os riscos financeiros e operacionais de acordo com a metodologia aprovada pelo FONPLATA, é de 125%, i.e., muito superior ao limite mínimo de 35% estabelecido pelas políticas financeiras da instituição. O patrimônio líquido é 37% superior à carteira de empréstimos bruta, o que confirma a baixa exposição ao risco da última.

O aumento na capacidade de empréstimo por causa da aceleração da capitalização foi fundamental para justificar o crescimento dos negócios (aprovações e desembolsos) em 2015, e foi atingido um nível eficiente de uso da capacidade de empréstimo (97,3%), ultrapassando o do ano anterior, sem necessidade de recorrer a endividamentos para compensar os maiores requerimentos de liquidez impostos pelo volume de negócios.⁶

USO DO CAPITAL
(milhões de dólares americanos)

Item	2015	2014
Patrimônio líquido	617.5	562.5
Carteira de empréstimos bruta	452.1	368.2
Exposição da Carteira 1/	101.5%	106.3%
Exposição da Carteira ajustada por risco	125%	-
Limite mínimo de Suficiência de Capital	35%	-
Total de passivo e patrimônio	627.6	573.2
Carteira de empréstimos vigente 2/	862.3	692.2
Capital subscrito integralizado	1169.2	980.3
% Uso da capacidade de empréstimo 3/	91.3%	87.1%

1/ (Patrimônio líquido+Prev. Perda Carteira-Ativos Fixos)/Ativos de produção
2/ (Carteira de empréstimos+carteira de empréstimos a desembolsar)
3/ Carteira aprovada vigente e não vigente/capital subscrito integralizado

6 Para os efeitos de definir a capacidade de empréstimo, foi deduzido do capital de empréstimo o empréstimo do Paraguai, PAR-20/2015, de US\$ 70 milhões, seguindo o critério contábil da instituição. Embora em 31 de dezembro de 2015 essa operação já tivesse sido assinada pelo governo, o país ainda não tinha completado o processo de ratificação para poder considerá-la plenamente parte da carteira vigente.

b.2.
Evolução das operações
de empréstimo

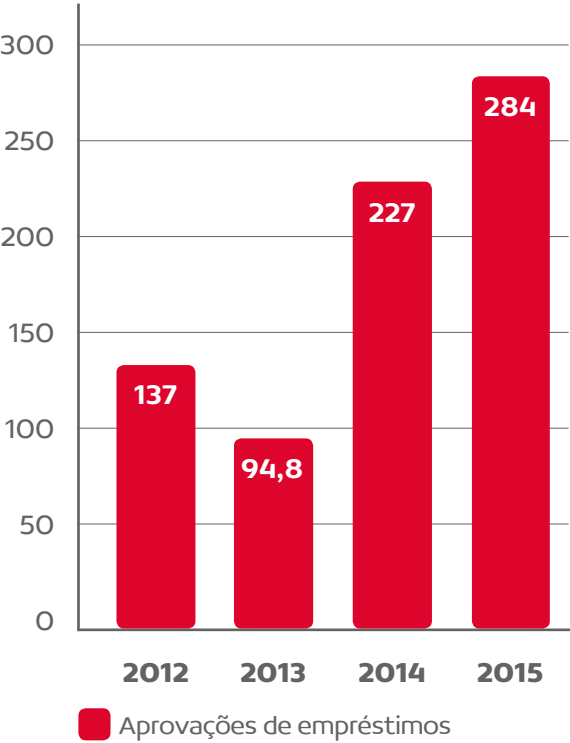
b.2.1.
Desempenho do
volume dos negócios

O montante dos empréstimos aprovados em 2015 foi de US\$ 284 milhões, i.e., 52% superior às aprovações de empréstimos em 2014, excluindo os cancelamentos.⁷ Isso permitiu compensar quase a totalidade dos cancelamentos. A média de aprovações brutas do biênio 2014-15 confirma que o FONPLATA atingiu a meta de US\$ 250 milhões anuais estabelecida pela Assembleia de Governadores quando aprovou a reposição do capital em 2013, e que foi possível atingir o volume almejado de forma a contribuir para as agendas de investimento dos países-membros.

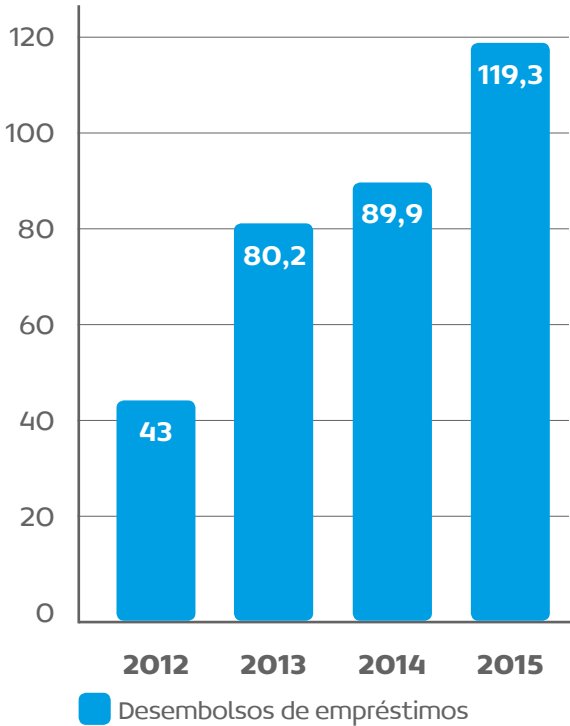
Quanto aos desembolsos, em 2015 totalizaram US\$ 119,3 milhões. Em comparação com os US\$ 89,9 milhões de 2014, isso representa um aumento de 33% no ano. Esse dinamismo permitiu que os desembolsos líquidos das amortizações do principal da dívida gerassem um saldo positivo para os países-membros de US\$ 83,9 milhões, valor 45% superior ao saldo, também positivo, do final de 2014, e superior, também, à parcela anual de capital em dinheiro comprometida pelos países como parte da reposição de capital aprovada em 2013 e vigente desde 2014.

7 Em 2015 foi saldado o empréstimo do Uruguai, UR-15/14, de US\$ 40 milhões, reduzindo o montante original de aprovações de empréstimos em 2014 de US\$ 227 milhões para US\$ 187 milhões.

APROVAÇÕES DE
EMPRÉSTIMOS
(milhões US\$)



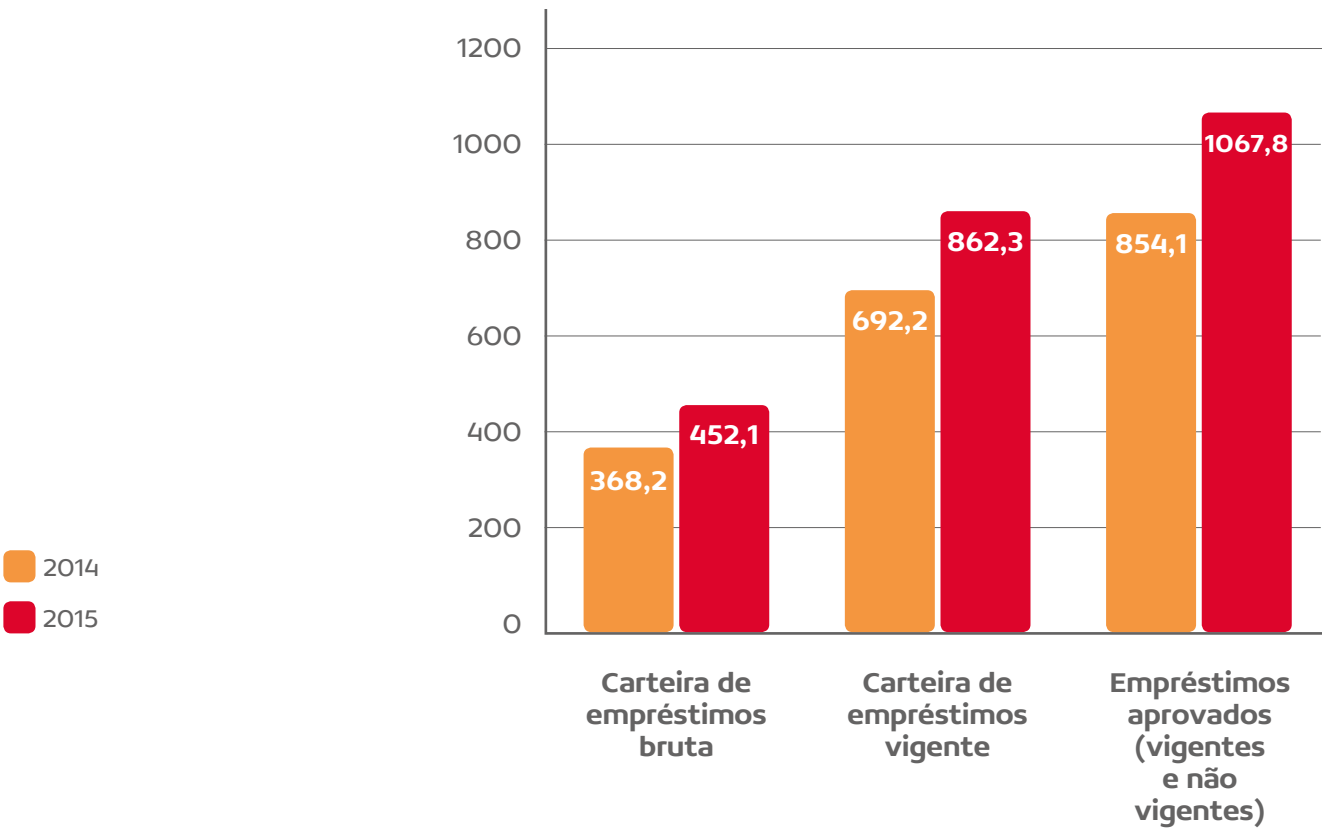
DESEMBOLSOS DE
EMPRÉSTIMOS
(milhões US\$)



b.2.2.
Desempenho da carteira
de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de empréstimos aprovados vigente⁸ e não vigente⁹, entre 2013 e 2015, ultrapassou um bilhão de dólares (US\$ 1,068 bilhão), ultrapassando também os US\$ 854 milhões atingidos em 2014. Os países subcreveram US\$ 862 milhões, constituindo, dessa forma, a carteira vigente nesse momento, dos quais US\$ 452 milhões tinham sido desembolsados e constituíam a carteira de empréstimos bruta a amortizar, que era 23% superior à existente em 31 de dezembro de 2014. Em 2015 foi constituída pela primeira vez uma provisão para perdas de US\$ 2,9 milhões, montante considerado adequado para absorver as perdas potenciais dessa carteira e que foi estimado considerando a exposição ao risco de crédito de cada país, a probabilidade de inadimplência e a perda que isso geraria.¹⁰

EVOLUÇÃO
DA CARTEIRA



8 Constituída pelos empréstimos subscritos pelos países.

9 Constituída pelos empréstimos aprovados pela DE e em processo de assinatura e ratificação pelos governos.

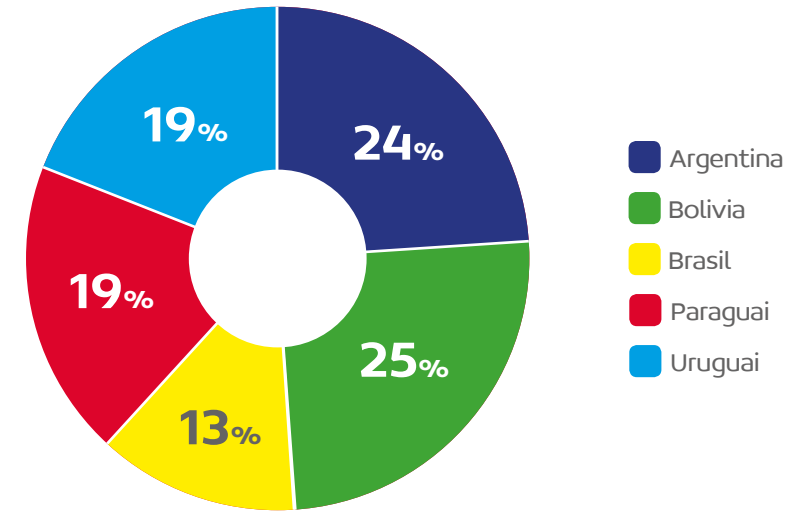
10 O tratamento do FONPLATA como credor preferencial pressupõe o pagamento total do principal mais os juros, e que apenas ocorram eventos de atrasos, mas nunca se deixa de pagar o que é devido. É similar ao critério assumido por outros órgãos multilaterais de desenvolvimento para avaliar sua carteira soberana.

O crescimento da carteira de empréstimos é diferente do crescimento da carteira de empréstimos a desembolsar (27%). Isso é explicado, fundamentalmente, pelo montante da carteira ainda pendente de subscrição pelos países (US\$ 206 milhões). Isso permite antecipar maiores requerimentos de recursos líquidos para acompanhar o dinamismo da carteira de empréstimos a desembolsar, que registra os mesmos níveis de crescimento que a carteira vigente.

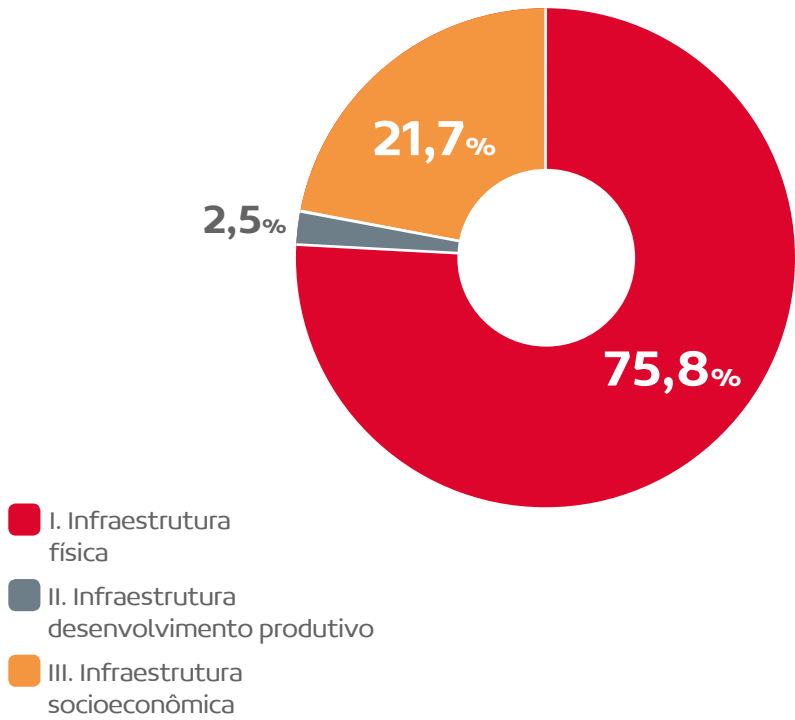
A expansão dos negócios no ano de 2015 manteve equilibradas as transferências de recursos do FONPLATA entre os países-membros. Paralelamente, ocorreu uma diversificação na carteira de aprovações de empréstimos.¹¹

Os recursos de financiamento foram distribuídos proporcionalmente entre os países, de acordo com a meta estabelecida pela instituição a esse respeito. Verifica-se certo atraso na carteira do Brasil em decorrência da conclusão dos projetos contratados por esse país na década passada, quando a carteira do Fundo estava fortemente concentrada nos dois maiores países da sub-região. Em 2010, o Fundo tentou compensar essa situação destinando, desde esse ano e até 2013, a totalidade dos recursos de financiamento disponíveis aos três países menores com vistas a tornar mais igualitária a distribuição dos recursos. Nessa nova etapa, o Brasil contratou apenas um empréstimo em 2014, e sua antiga carteira de empréstimos está praticamente saldada.

DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA
DE APROVAÇÕES AOS PAÍSES
EM 31/12/2015



CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
VIGENTES POR SETOR
2015

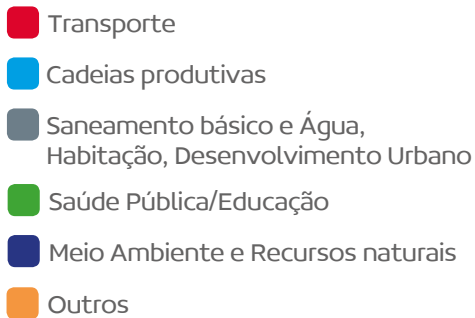


11 O indicador de exposição da carteira de empréstimos vigente por país é apresentado mais adiante. As políticas financeiras da instituição estabelecem que a exposição por país não possa ultrapassar, como limite médio máximo em médio prazo, 25% do saldo dos empréstimos vigentes; ou 20% do patrimônio líquido do Fundo mais os saldos das dívidas contraídas.

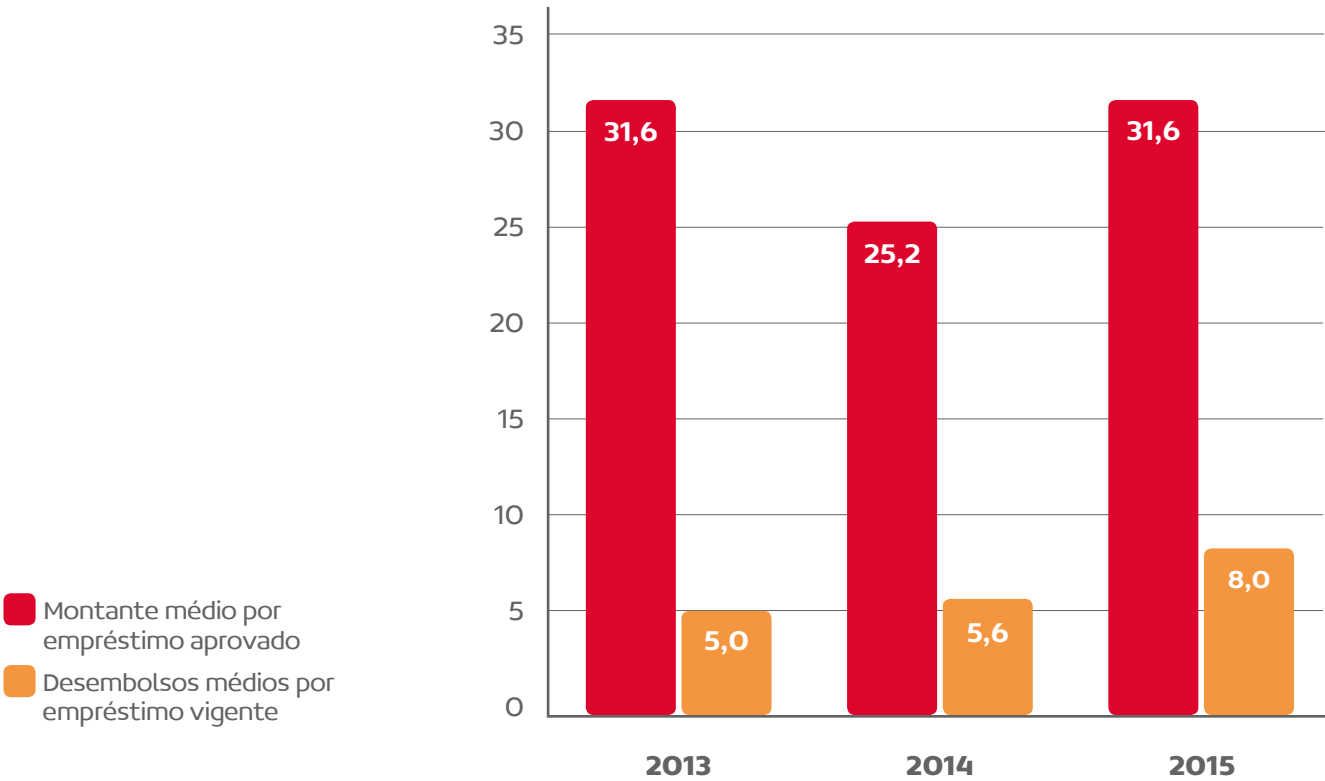
No que diz respeito à distribuição dos recursos de financiamento entre as áreas prioritárias de focalização econômica estabelecidas nas diretrizes estratégicas do Fundo, observa-se uma importante especialização da carteira de empréstimos vigente no triênio 2013-2015 no setor de infraestrutura física (76%), em concreto, infraestrutura viária (71%).

O setor que segue em importância é o de infraestrutura socioeconômica (24%): trata-se, principalmente, de operações de saneamento básico e água, habitação e desenvolvimento urbano (15%), meio ambiente (5%) e saúde pública/educação (3%).

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS EM VIGOR POR ÁREA DE ATIVIDADE ECONÔMICA ANO 2015



TAMANHO MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS APROVADOS (milhões US\$)



As operações no setor de infraestrutura do desenvolvimento produtivo são incipientes (2,7%), fundamentalmente projetos que apoiam o desenvolvimento de cadeias produtivas e comerciais.

O tamanho médio dos empréstimos aprovados em 2015 foi de US\$ 31,6 milhões, em conformidade com a diretriz estabelecida na missão do órgão, que é de se concentrar em projetos pequenos e médios, de acordo com a dimensão financeira da instituição. Observa-se, ainda, um crescimento no montante desembolsado por empréstimo vigente.

c.1. Crescimento sustentável

A carteira de empréstimos a amortizar cresceu de forma contínua no período 2011-2015, na taxa cumulativa anual de 15%. Apenas no último ano, como já foi assinalado, a taxa de crescimento líquido dos cancelamentos foi de 23%, mostrando a aceleração do crescimento nos últimos anos.

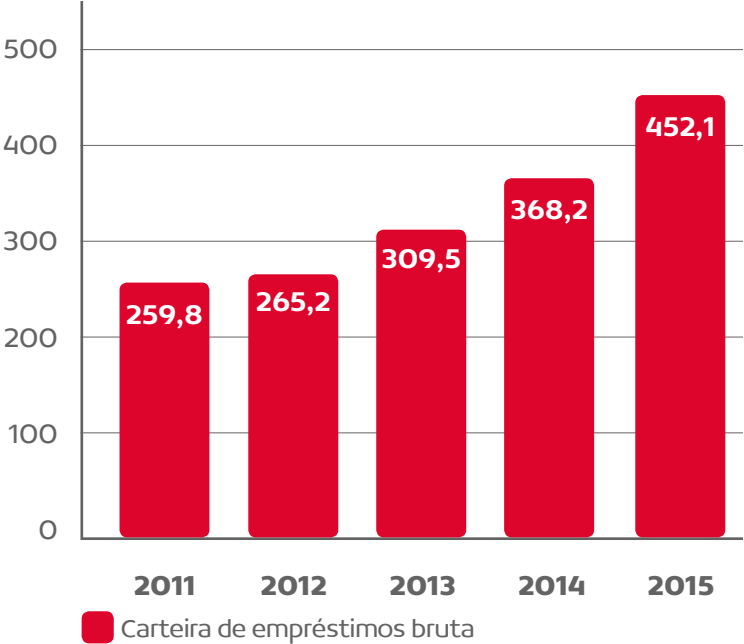
Atualmente, a demanda potencial de operações identificada na programação do FONPLATA está no patamar de US\$ 1,3 bilhão. Isso justifica a recente decisão de avançar para uma segunda fase de aumento de capital a ser considerada na AG de janeiro de 2016.

Avançar nesta segunda fase de aumento de capital exprime a solidez do apoio dos países-membros ao crescimento sustentado do FONPLATA, especialmente se levarmos em conta que ocorre em momentos nos quais os países da sub-região enfrentam uma situação de desaceleração econômica e, em alguns casos, de contração, em um contexto externo volátil e incerto.

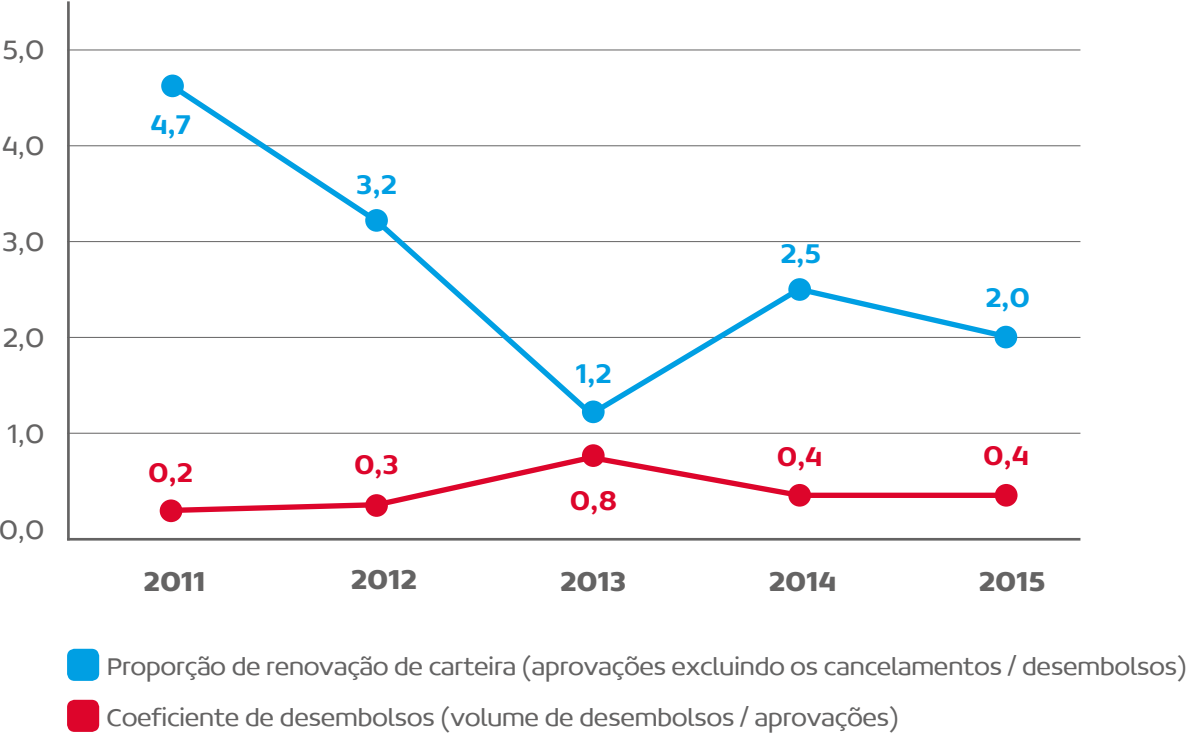


Solidez do perfil dos negócios

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS BRUTA
(milhões de US\$)



RENOVAÇÃO DA CARTEIRA DE
EMPRÉSTIMOS PARA A SUB-REGIÃO



d.1.
Cumprimento das metas
estratégicas da visão
institucional

No ano de 2015 foram atingidas todas as metas estratégicas institucionais estabelecidas pela AG em julho de 2013. A consecução da meta de crescimento (US\$ 250 milhões de aprovações por ano) é uma das que mais se destacam. Foram cumpridas, ainda, as metas de reestruturação organizacional e foi completado o processo de recrutamento do pessoal necessário para a implantação do novo modelo de gestão institucional. Houve avanços na renovação tecnológica e na profissionalização dos instrumentos de administração e de controle da gestão, e foi completado o processo de aprovação e regulamentação das políticas institucionais, seguindo as melhores práticas internacionais para este tipo de bancos de desenvolvimento.

Neste momento, a instituição está em uma posição confortável no que diz respeito a riscos prudenciais e foram cumpridos os limites de tolerância ao risco estabelecidos em suas políticas. A instituição amadureceu e demonstrou sua capacidade de cumprir as decisões superiores. Também conseguiu que as diferentes instâncias de governança funcionassem de forma regular, melhorando a eficácia da tomada de decisões. A programação e o controle dos planos operacionais e trienais por objetivos estão sendo consolidados como a forma adequada de conduzir os negócios, bem como o hábito de monitorá-los e prestar contas a respeito de seus resultados. Foram desenvolvidos os requisitos para que o FONPLATA esteja em condições de solicitar uma primeira classificação de risco de crédito em 2016, procedimento autorizado pela AG em 2014. Isso permitirá consolidar seu perfil como banco de desenvolvimento da sub-região, com vistas a facilitar seu acesso a financiamentos com base em seu capital exigível no momento que venha a ser necessário um endividamento para apoiar as necessidades de recursos do Plano de Negócios. Essa situação possibilitará a diversificação e a melhoria do acesso às fontes de financiamento, bem como a realização de novas parcerias estratégicas.



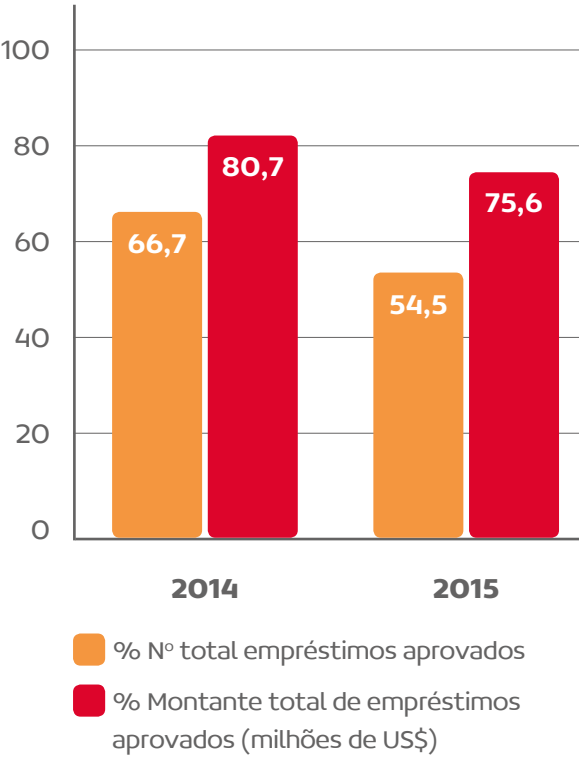
Coerência com a
direção estratégica
estabelecida

d.2. Consistência com a missão

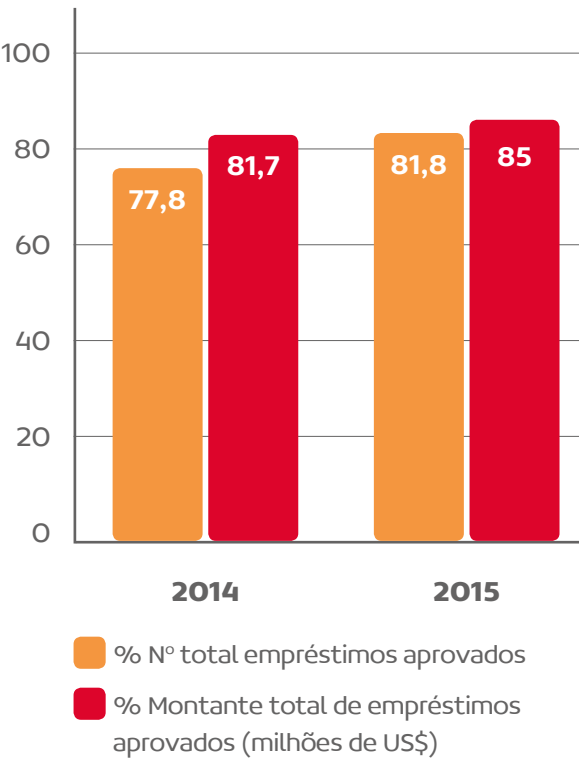
A carteira de empréstimos aprovada em 2015 manteve sua consistência com o foco estratégico de impulsionar principalmente o investimento no desenvolvimento de áreas geográficas fronteiriças dos países-membros do FONPLATA, que normalmente são as mais desfavorecidas. Esse foco foi denominado “impulso à geointegração com equidade na sub-região” e justifica em torno de 80% dos empréstimos aprovados desde a vigência do novo modelo de gestão institucional. No que diz respeito ao número de projetos, a presença desse foco é menor, de em torno de 60%.

Quanto ao cumprimento de outro objetivo estratégico, complementar do anterior: que os projetos aprovados beneficiem direta e indiretamente mais de um país. Constatase que em 2014 e 2015, tanto em número quanto em valor dos empréstimos, mais de 80% dos recursos aprovados cumpriu esse objetivo.

EMPRÉSTIMOS FOÇADOS EM ÁREAS GEOGRÁFICAS FRONTEIRIÇAS



IMPACTO ESPERADO DOS EMPRÉSTIMOS EM MAIS DE UM PAÍS

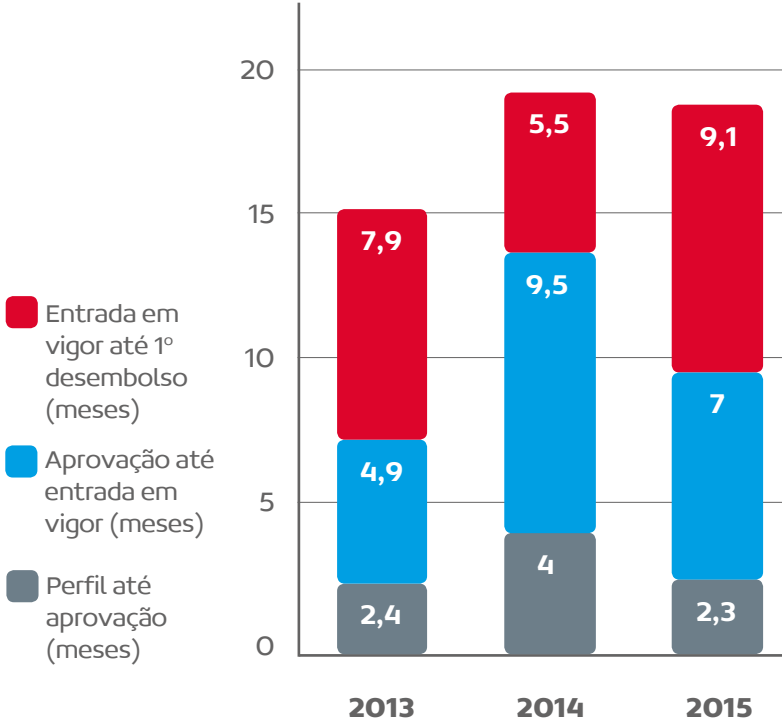


d.3. Eficiência operacional

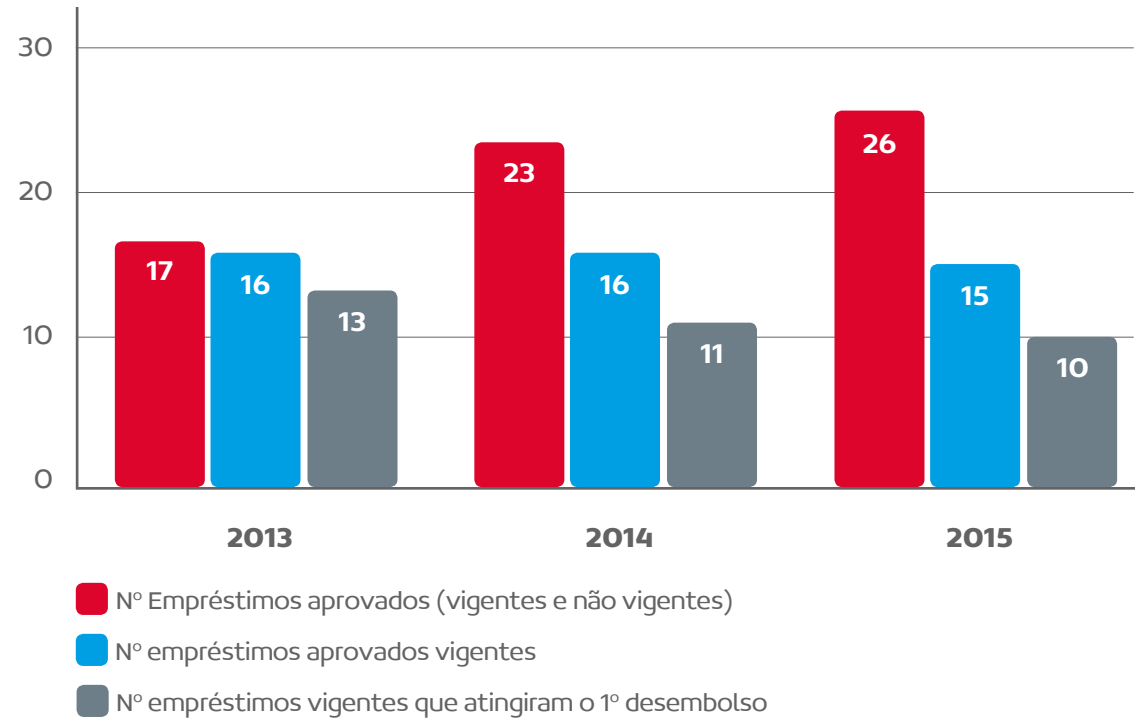
A eficiência operacional é analisada por meio de uma série de indicadores, como a evolução da duração média de cada etapa do ciclo do empréstimo, que serve para estimar a situação atual e a situação esperada dos custos transacionais.

Na comparação dos resultados de 2015 com os de 2014 é possível observar que os tempos de preparação das operações, do início do perfil até sua aprovação, caíram de 4 para 2,3 meses;¹² o tempo necessário para a vigência dos projetos aprovados, de 9,5 para 7 meses; e o período necessário para que ocorra o primeiro desembolso a partir da vigência do empréstimo aumentou de 5,5 para 9,1 meses.

DURAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DA CRIAÇÃO DO PERFIL ATÉ O INÍCIO DA EXECUÇÃO (ponderado por montante dos projetos)



CARTEIRA EM EXECUÇÃO: APROVAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E ENTRADA EM VIGOR



12 A maior eficiência na elaboração dos projetos é decorrente, dentre outros fatores, do trabalho proativo desenvolvido pelas equipes de projeto de FONPLATA junto com as unidades executoras dos países. A agilidade dessa elaboração e a conseguinte aprovação dos projetos é uma consecução que deve ser cuidada no futuro.

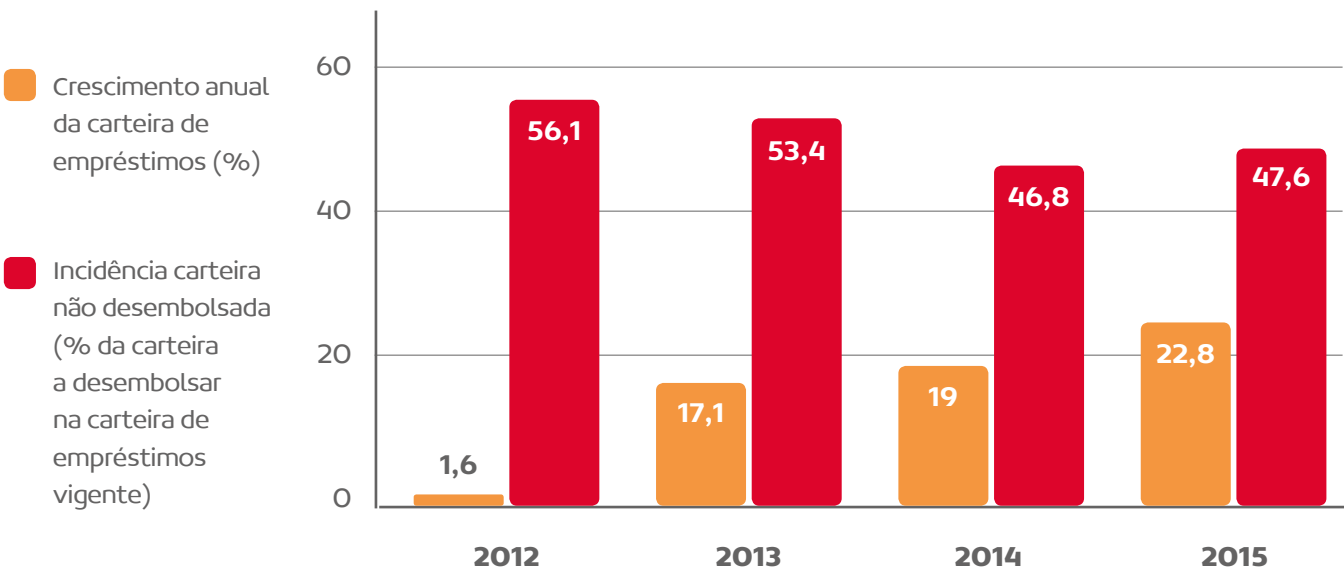
Portanto, houve uma redução do tempo médio entre a apresentação do perfil até o primeiro desembolso de 19 para 18,4 meses, e houve um leve aumento (de 15 para 16 meses) no período de execução, i.e., do gasto dos recursos disponíveis para desembolsar.

Esse último resultado está sendo mitigado pelo Fundo por meio de diferentes ações: trabalhando sobre o planejamento das operações e ajustando os procedimentos de acompanhamento dos projetos de forma a antecipar seus problemas de execução e reduzir os prazos da execução atual e futura. Além disso, o Fundo está revendo o desenho dos empréstimos e escolhendo o tipo de instrumento financeiro mais adequado para reduzir o tempo nos novos projetos o prazo usado para a execução de sua carteira histórica. Espera-se que os novos empréstimos sejam executados em um prazo de em torno de quatro anos e meio.

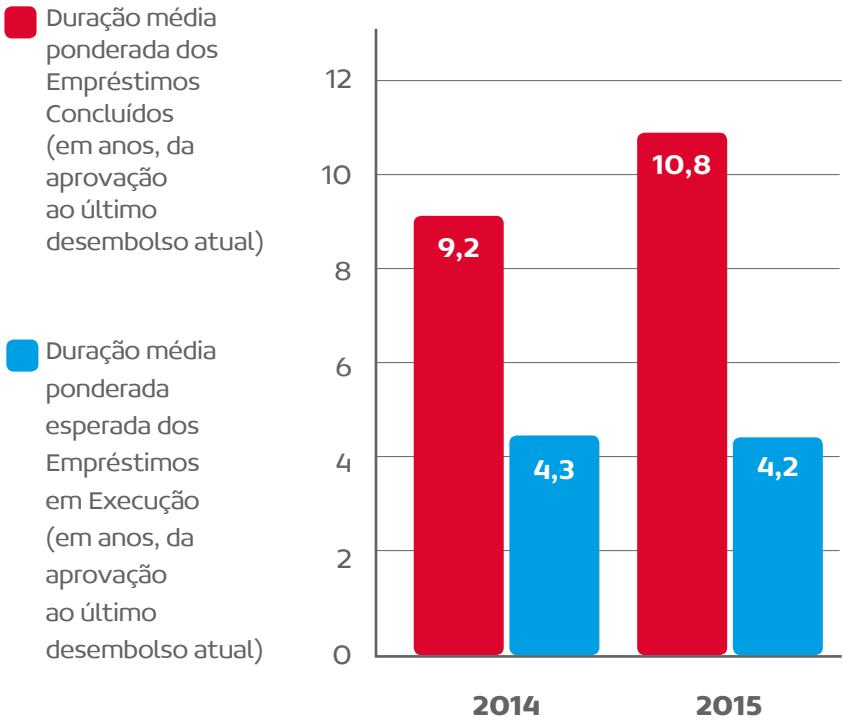
Os avanços na organização e no planejamento das operações da totalidade do ciclo de projetos conduziram para bons resultados de eficiência operacional. Destaca-se a redução da brecha existente entre a carteira de empréstimos vigente a serem desembolsados e a carteira de empréstimos a amortizar pelos países, que, por sua vez, aumentou.

A eficiência administrativa da instituição, medida pela relação entre as despesas correntes e a carteira de empréstimos, melhorou por segundo ano consecutivo, superando a assimetria inicial gerada pela triplicação da capacidade de empréstimo devido ao aumento de capital, uma situação que obrigou a aumentar as despesas administrativas para lidar com o consequente aumento no volume de negócios.

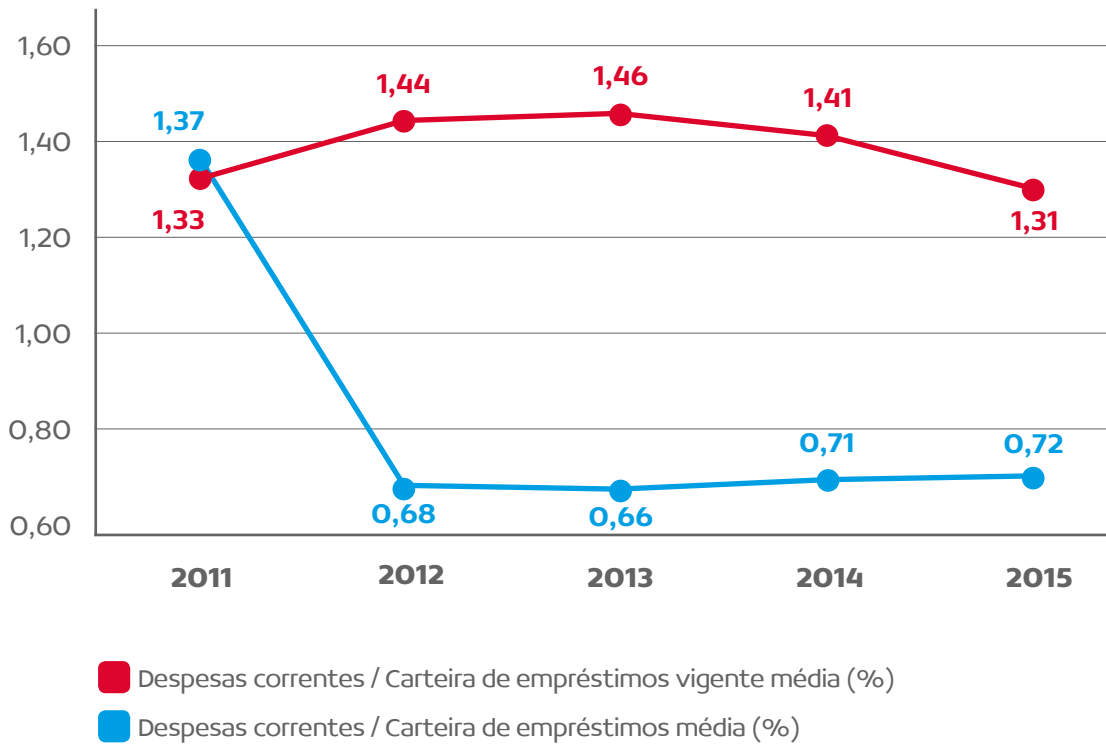
CRESCIMENTO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS



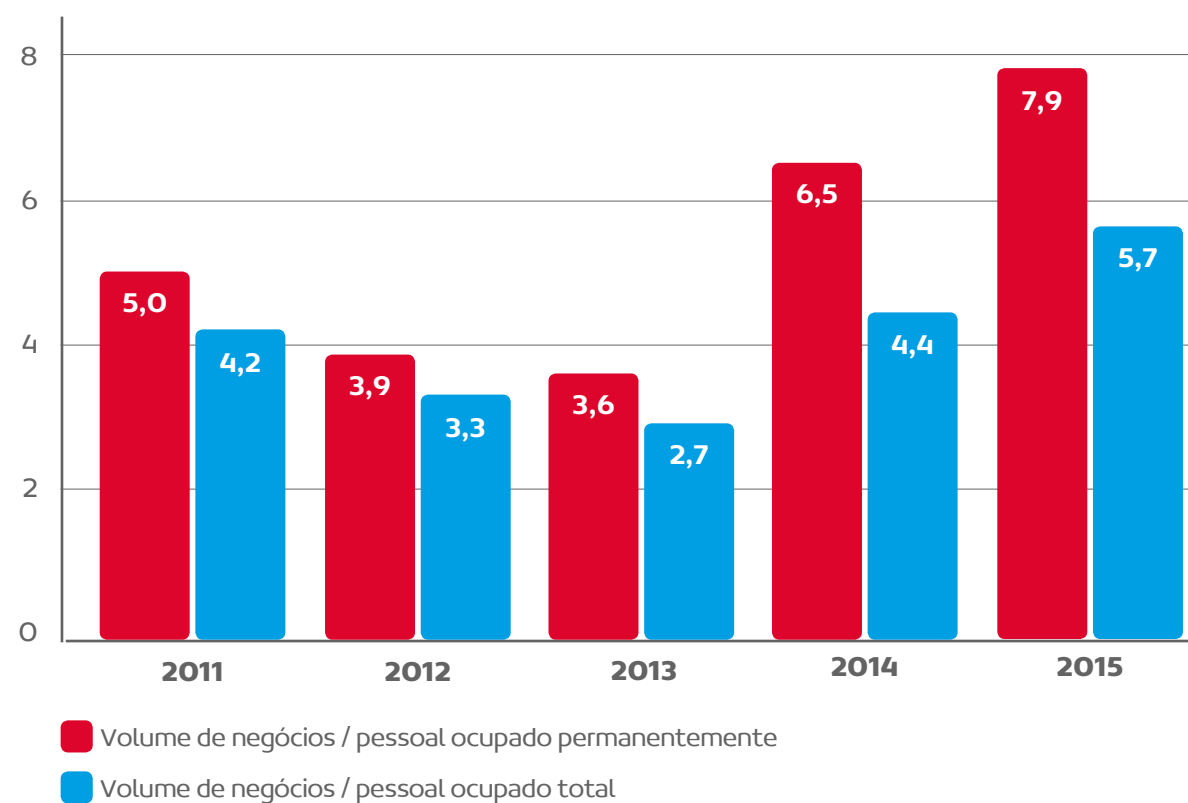
DURAÇÃO ATUAL E ESPERADA DO CICLO DE EMPRÉSTIMOS DA APROVAÇÃO AO ÚLTIMO DESEMBOLSO



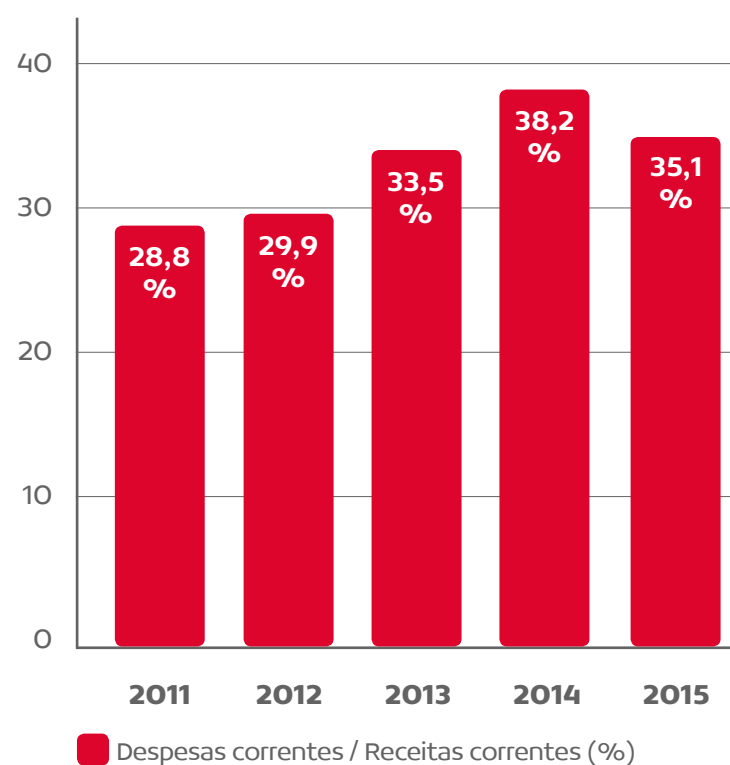
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA



VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões us\$)



PONTO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (%)



A melhoria na eficiência operacional é constatada, também, no aumento significativo da produtividade do trabalho no último biênio e na melhoria no nível do ponto de equilíbrio financeiro da instituição em 2015, indicadores que tinham sido abalados pelo grande aumento da capacidade de empréstimo em um prazo muito curto, antes referido. A redução do ponto de equilíbrio é vantajosa para o FONPLATA, contribuindo para compensar as deseconomias de escala, que o levam à decisão de trabalhar com empréstimos de volume pequeno e médio.



Esta seção informa sobre o cumprimento pelo FONPLATA dos limites aos riscos financeiros estabelecidos pela governança. Os resultados usados servem para calibrar a força e a solvência da instituição para funcionar sem necessidade de qualquer apoio extraordinário dos países.

As informações básicas e os indicadores financeiros foram extraídos das demonstrações financeiras que acompanham este documento. Essas demonstrações foram auditadas por uma firma internacionalmente reconhecida, que apresentou um relatório apropriado, tornando mais confiáveis as informações a mostrando que a contabilidade foi realizada de acordo com as normas internacionais geralmente aceitas para o tipo de organização à qual pertence o FONPLATA.

e

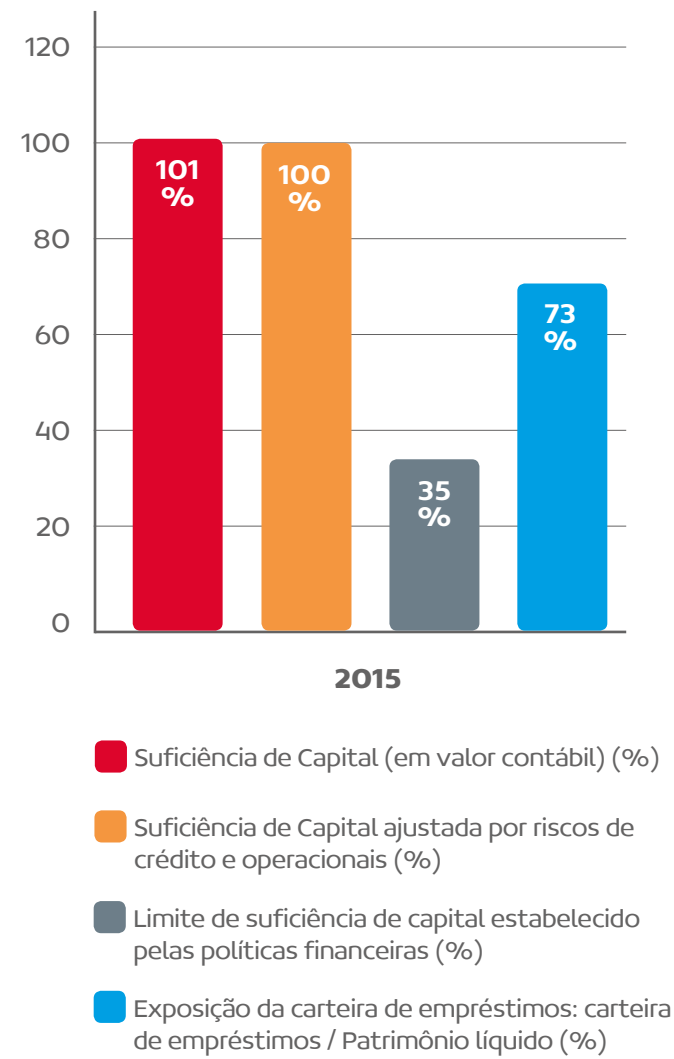
Solidez do
perfil financeiro
e patrimonial

e.1. Suficiência de capital

As políticas financeiras do FONPLATA estabelecem um mínimo de capital, que deve ser equivalente a 35% dos ativos, ponderados de acordo com seus riscos financeiros e operacionais. A suficiência de capital mede as necessidades de capital de uma instituição e é apurada por meio da relação entre Patrimônio Líquido Ajustado¹³ e ativos de produção, ponderados por seu risco financeiro e operacional, seguindo o método padrão que atribui um risco determinado aos ativos por meio de fatores de ponderação definidos pelo Acordo de Basileia II. O risco depende do tipo de mutuário e da classificação outorgada por uma instituição externa de avaliação de créditos.

O resultado do indicador de suficiência de capital ajustado por risco é 124%, muito superior ao limite mínimo estabelecido pelas políticas financeiras do Fundo. O coeficiente de solvência entre a Carteira de Empréstimos e o Patrimônio Líquido é 73%, i.e., mais do que adequado. Ambos os indicadores são complementares e permitem concluir que a instituição é solvente.

SUFICIÊNCIA DE CAPITAL



13 Apurado como: Patrimônio líquido + Provisão para perdas da carteira de empréstimos - Ativos imobilizados.



Exposição a riscos de crédito

f.1. Diversificação da carteira por país

Segundo as regulamentações, para limitar o risco da carteira, ela não deve ultrapassar 25% da carteira vigente de empréstimos em cada país.¹⁴

Seu cumprimento é controlado em médio prazo (cinco anos), para incluir as mudanças conforme os países tomam os empréstimos. O FONPLATA está administrando a distribuição da carteira por país, de acordo com essa visão de médio prazo. Graças à diversificação, também pode se aproximar do objetivo de alocar maior valor de recursos aos países-membros.

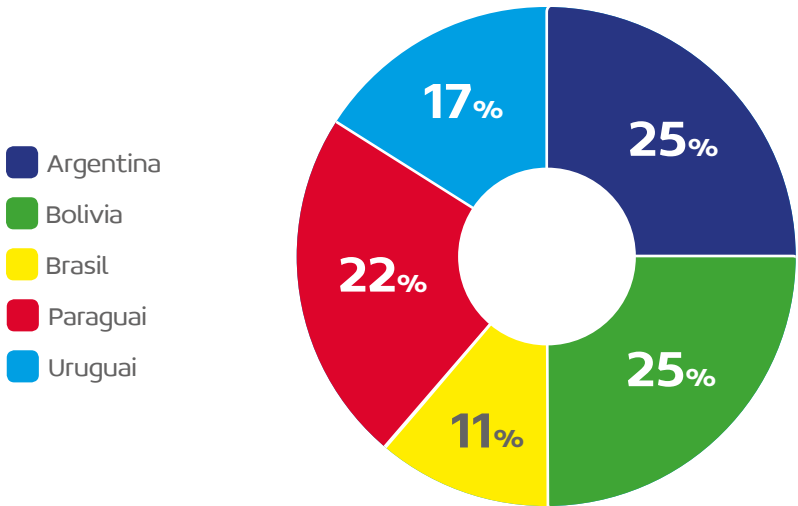
f.2. Qualidade da carteira de empréstimos

Habitualmente, o FONPLATA adota várias medidas de proteção contra os riscos de crédito que possam chegar a atingir o patrimônio e os resultados da instituição. As mais visíveis incluem o estabelecimento de limites para emprestar e de limites ao endividamento, um bom indicador de Suficiência de Capital Ajustada por Riscos, um bom tratamento da inadimplência e da carteira de empréstimos em situação não produtiva, bem como uma provisão para eventuais perdas da carteira. Em 2015 foram aprovados limites ao apetite pelo risco, definido como a quantidade de riscos que o FONPLATA deseja assumir para a consecução de seus objetivos, limitou-se o endividamento da instituição a 45% de seu patrimônio líquido, e também foi aprovada a suficiência de capital mínima estabelecendo que os ativos de produção ajustados por riscos de crédito e operacionais fossem equivalentes a 35% do patrimônio líquido.

Além disso, foi possível melhorar a regulamentação do tratamento da inadimplência e da carteira não produtiva, definir metodologias para constituir uma provisão para perdas e quantificar eventuais anomalias na cobrança da carteira de empréstimos, aprovar penalizações por inadimplência temporária de repagamentos, e estabelecer incentivos para que os mutuários cheguem mais rapidamente à fase de desembolso do empréstimo.

Os resultados em 31 de dezembro de 2015 mostram que o FONPLATA não tem carteira em situação não produtiva, constituiu provisões para perdas de carteira e não teve situações significativas de inadimplência, i.e., de mais de 90 dias. Essa situação confirma o recorde do FONPLATA na matéria desde sua criação que tende a ser de longo prazo, por sua condição de “credor preferencial”.

DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA VIGENTE DE APROVAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DOS PAÍSES EM 31/12/2015



f.3. Duração média da carteira de empréstimos

A duração média da carteira de empréstimos é o dado a respeito da quantidade média de anos que a instituição demora em recuperar os recursos emprestados. É medida em 31 de dezembro de cada ano. Esse valor é usado para apurar o risco que pode surgir do descompasso (dessincronização) entre os prazos de recuperação dos ativos e os prazos necessários para cumprir as obrigações financeiras.

No FONPLATA esse valor tem aumentado muito nos últimos anos, em decorrência da conclusão dos antigos empréstimos e da significativa expansão da nova carteira em um período curto. Estima-se que essa situação se mantenha por certo tempo, até que as recuperações do principal da carteira jovem, que agora está principalmente na etapa de desembolsos, equilibrem o crescimento das aprovações de empréstimos. Isso não impõe grandes riscos de crédito à instituição, pois se espera que ela comece a gerar passivos financeiros de curto prazo para financiar seus requerimentos de liquidez apenas em 2017, e que os prazos de vencimento dos empréstimos não sejam ampliados.

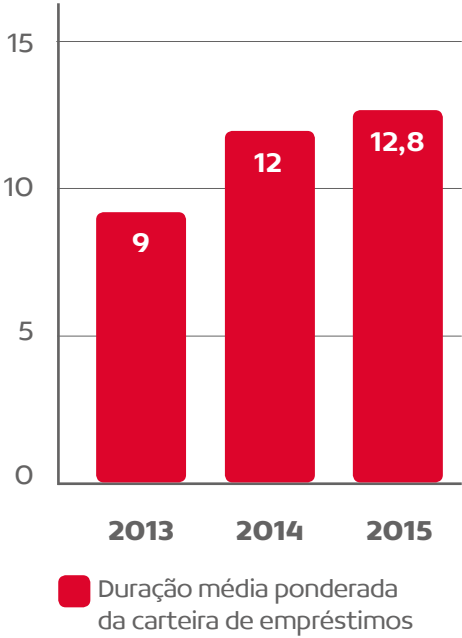
f.4. Exposição aos riscos de mercado

Os riscos de mercado significativos para o FONPLATA são os seguintes: as taxas de juros pelas quais obtenha sua receita, os custos gerados pelo descompasso entre o tempo de retorno dos empréstimos e os custos de financiamento, e os riscos de moeda.

Quanto ao primeiro risco, a taxa de juros dos empréstimos, é preciso assinalar que tem um componente fixo e um variável (Libor - 6 meses). A margem fixa é revisada em cada exercício para os novos empréstimos, com base nas diretrizes da política de gestão da receita e encargos financeiros, e enquadrada em demonstrações financeiras projetadas para médio e longo prazo, que garantam a sustentabilidade do Fundo, bem como condições financeiras favoráveis e estáveis para os países beneficiários.¹⁵ Essa exposição é medida e avaliada regularmente para garantir a administração oportuna do risco da taxa de juros.

Portanto, para o FONPLATA, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa de juros

DURAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS (anos)



Libor de 6 meses. Periodicamente é feita uma análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio líquido decorrente das mudanças nessa taxa. A análise correspondente a 31 de dezembro de 2015 é apresentada nas “Notas às demonstrações financeiras”.

Com relação aos riscos de moeda, como a moeda funcional do FONPLATA é o dólar americano e o Fundo mantém seus ativos, passivos e patrimônio nessa moeda, os riscos cambiais são minimizados.

Os riscos decorrentes do descompasso entre os custos de financiamento e o retorno dos empréstimos não existem, pois a instituição não tem uma carteira de endividamento no exercício informado. A taxa de juros dos empréstimos para os países é estável e é definida no âmbito da programação de médio e longo prazo do Fundo, que o protege do impacto que poderia ter o financiamento necessário no futuro para cuidar da projeção esperada dos negócios.

14 A instituição faz o acompanhamento desta política ponderando a exposição ao risco da carteira de empréstimos por país e verifica que a proporcionalidade estabelecida nos princípios da instituição seja mantida.

15 O FONPLATA aplica um modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para se assegurar de que os resultados sejam correspondentes com um horizonte de planejamento de médio e longo prazo, e faz revisões periódicas que informa anualmente à DE, de forma a antecipar os ajustes na margem fixa de juros a mudanças significativas nas condições financeiras dos mercados.

f.5.
Liquidez

O FONPLATA gerencia seu risco de liquidez por meio do es-
trito cumprimento do que estabelecem as políticas finan-
ceiras, que determinam que o nível mínimo de liquidez deva
ser equivalente a 12 meses de obrigações financeiras, orça-
mentárias (administrativas e de capital) e de desembolsos
líquidos. Em 31 de dezembro de 2015, o valor da carteira to-
tal de investimentos¹⁶ era de US\$ 174,8 milhões e o nível de
liquidez atual¹⁷ de US\$ 121,2 milhões, equivalente a 1,1 anos
de desembolsos brutos esperados em 2016 e a 1,4 anos de
manutenção do nível de liquidez requerido pelas políticas
financeiras da instituição.

A relação entre os ativos líquidos e o total de ativos no final
do exercício foi de 28%, inferior à de 2014 (36%).

GESTÃO DA CARTEIRA
DE INVESTIMENTOS
EM 31/12/2015

Limites por Tipo de Ativo	Política	Atual
Limite em títulos soberanos	100%	38%
Limites em CDs e/ou DPFs	100%	11%
Limites em OMDs e Bancos Nac. de Desenvolvimento	50%	36%
Limite em Money Market funds	30%	0%
Limite em Setor Financeiro Privado	15%	16%
Limites por Emissor	Política	Atual
Limites por emissores AAA (país, OMD, bancos de desenvolvimento)	100%	34%
Limites por país emissor, incl estados, governos locais, agências públicas	10%	11%
Limites por OMDs e bancos nac. de desenvolvimento	10%	10%
Limite por entidade financeira privada	5%	4%
Limites por Rating	Política	Atual
Média de Classificação da Carteira	Mínimo AA-	AA-
Classificação mínima de investimento	BBB-	BBB
Máximo de investimentos com BBB	20%	10%

16 Inclui todos os valores, títulos e DPF com independência quanto ao vencimento.
17 Os Fundos Especiais (FOCOM e PCR), o Fundo de Indenização por Tempo de Serviço dos funcionários e os valores com vencimentos superiores a um ano são
excluídos da carteira total de investimentos.

f.6.
Rentabilidade

Em 2015, a receita bruta foi de US\$ 15,3 milhões, funda-
mentalmente por causa dos juros e das comissões dos em-
préstimos (US\$ 13,8 milhões), que ultrapassaram em US\$
2,4 milhões os de 2014 (US\$ 11,4 milhões). A receita bruta
de 2015 foi superior às despesas totais (financeiras e não
financeiras) do FONPLATA, gerando uma receita líquida an-
tes da provisão para perdas¹⁸ de quase US\$ 10 milhões, ul-
trapassando em US\$ 2,2 milhões a registrada em 2014. Do
lado das despesas, há um aumento nas despesas adminis-
trativas (de US\$ 4,8 milhões em 2014 para US\$ 5,4 milhões
no presente exercício) algo inferior à previsão do orçamen-
to para o ano de 2015.

As políticas financeiras do FONPLATA estabelecem a
criação de uma previsão para perdas da carteira de emprés-
timos por prejuízos sofridos pelos mutuários e/ou seus
avalistas, que possam vir a prejudicar a cobrança da tota-
lidade ou de parte das quantias devidas. Em 2015 foi cons-
tituída uma provisão para esses fins, seguindo as práticas
prudenciais internacionalmente aceitas. O total dessa pro-
visão foi atribuído aos resultados do exercício e, portanto,
a receita líquida depois da provisão é de US\$ 7 milhões, e
o valor da provisão (US\$ 2,9 milhões) é contabilizado nas
demonstrações financeiras, deduzindo-o da carteira de em-
préstimos bruta. A estimativa de uma possível anomalia
na cobrança das quantias devidas dos empréstimos é feita
de forma global para a totalidade da carteira, levando em
conta a condição de credor preferencial da instituição e os
privilégios e imunidades estabelecidos no Convênio Cons-
titutivo do Fundo e no Acordo de Imunidades, Isenções e
Privilégios, uma vez que todos os empréstimos outorgados
contam com a garantia soberana dos países-membros. No
exercício não foi necessário tratar como perda a provisão
constituída para prejuízos da carteira.

CARTEIRA DE ATIVOS E PASSIVOS:
RETORNOS E CUSTOS
(milhares de US\$ e %)

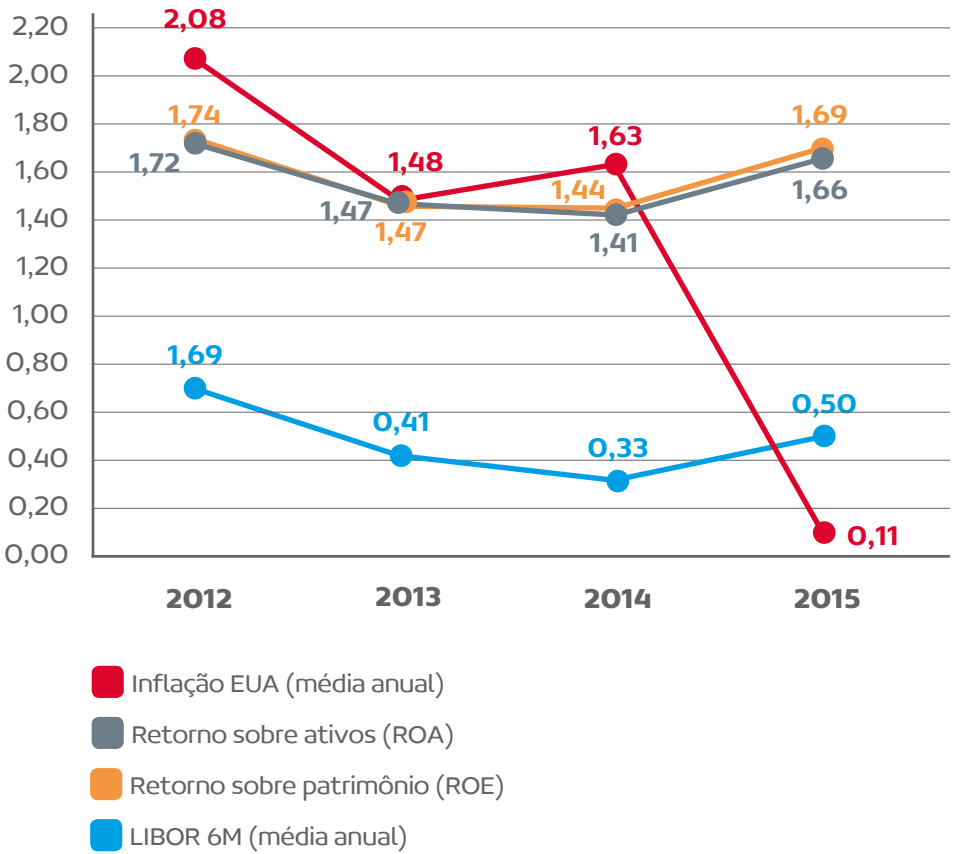
Item	2014		2015	
	Saldo médio	Retorno (custo)	Saldo médio	Retorno (custo)
Carteira de empréstimos bruta	339.227	3,37%	410.120	3,36%
Carteira de investimentos	195.464	0,70%	189.456	0,80%
Retorno dos ativos de produção	534.690	2,39%	599.579	2,55%
(Custos da carteira de dívida)		0,00%		0,00%
Rendimento líquido		2,39%		2,55%

18 A provisão por deterioração dos empréstimos é de US\$ 2,922 milhões.

O aumento já assinalado na receita líquida ocorreu mais por causa do crescimento da carteira de empréstimos a amortizar do que pelas condições financeiras dos empréstimos.¹⁹ Desde 2013, menores custos estão sendo impostos aos países pela cobrança de menores taxas de juros efetivas e implícitas. A taxa efetiva de juros²⁰ da carteira de empréstimos caiu de 3,37% em 2014 para 3,36% em 2015, enquanto a taxa implícita²¹ caiu de 2,77% em 2014 para 2,66% em 2015.

O rendimento líquido, explicado pela diferença entre o retorno sobre ativos produtivos e os custos da carteira de dívida contra o capital exigível, foi de 2,55%, portanto, superior ao de 2014 (2,39%), principalmente graças a uma leve expansão da Libor, que atingiu tanto a carteira de empréstimos quanto os investimentos.

INDICADORES DE RENTABILIDADE



19 A rentabilidade depende dos níveis das taxas de juros, dos custos de financiamento, da proporção de uso do endividamento para montar a carteira de empréstimos, dos limites do endividamento, da estrutura de pagamentos da carteira e dos requerimentos decorrentes da preservação do valor do capital e da constituição de reservas para garantir o pagamento das dívidas. No caso do FONPLATA, a constituição dos Fundos Especiais (FOCOM, PCT) também influi pois o financiamento desses fundos surge da receita líquida.

20 Produto da relação entre o montante arrecadado dos empréstimos (juros mais comissões) e a carteira de empréstimos bruta média.

21 Produto da relação entre a montante arrecadado dos empréstimos e a carteira de empréstimos bruta média.

22 O ROE é apurado a partir do quociente entre a soma da Receita líquida e a Provisão para perdas, e a Carteira de empréstimos bruta média. No caso do ROA, trata-se do quociente entre a receita e o ativo. Esses critérios são usados porque possibilitam comparar diferentes anos independentemente do momento no qual a provisão contra os resultados do exercício é criada. Na apuração do ROE e do ROA 2015 é incluído no montante arrecadado dos empréstimos um ajuste no critério segundo o qual são registradas as comissões de administração dos anos anteriores.

23 Em 2015, a receita líquida foi atingida pela "Provisão por deterioração de empréstimos", em contraste com 2014, é por isso que o ROE é de 1,1 %.

f.7. Endividamento e alavancagem

Em 2014, o Fundo começou a esboçar uma estratégia de endividamento que fosse consistente com a evolução do capital de empréstimo estabelecido pelo cronograma de aumento de capital e com o cumprimento da meta de aprovações estabelecida pela Assembleia de Governadores (US\$ 250 milhões anuais) a ser atingida nos primeiros três anos de implantação de seu plano estratégico.

Ao longo de 2015 não foi necessário recorrer ao endividamento com base no capital exigível para sustentar o aumento dos desembolsos por causa da maior quantidade de aprovações.

Estima-se que os negócios programados para 2016 serão cobertos, na medida em que seja necessário, pela linha de crédito de médio prazo contratada com a CAF por US\$ 75 milhões, destinada a compensar as necessidades de liquidez decorrentes da expansão dos desembolsos.

Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2015, a alavancagem, medida por Passivos Financeiros de Longo Prazo sobre Patrimônio, é nula, e o multiplicador do capital (Ativos Totais/Patrimônio) é praticamente 1. Para os efeitos da gestão prudencial dos riscos, a governança resolveu limitar a capacidade de endividamento do FONPLATA a 45% de seu patrimônio líquido.





A eficácia institucional é analisada em função das metas estratégicas estabelecidas no PEI e que fazem parte dos compromissos de gestão que, junto com a matriz de resultados, são informados anualmente à DE. Os resultados mais significativos de 2015 foram reunidos em dois tipos: o primeiro inclui os ligados à contribuição para o crescimento equitativo da sub-região e, o segundo, os ligados às vantagens competitivas do FONPLATA para os países que trabalham com a instituição, decorrentes das condições financeiras. As vantagens geradas pelos custos transacionais de fazer negócios com o Fundo já foram apresentadas.

g.1. Contribuição para o crescimento equitativo da sub-região

A contribuição do FONPLATA para o crescimento equitativo da sub-região é medida com uma série de indicadores que mostram: i. a magnitude dos empréstimos para a sub-região, com taxas crescentes no período 2013-2015; ii. o coeficiente de mobilização de recursos de terceiros que conduz para a aprovação de operações do Fundo, que passou de 1,3 dólares por dólar aprovado em 2013 para 1,7 dólares em 2015; iii. os fluxos de fundos líquidos de capital e das transferências líquidas de recursos para os países, que foram permanentemente positivos e crescentes no período 2013-2015; iv. a proporção da carteira de aprovações que foi para os três países de menor desenvolvimento relativo (PMDR), e que atingiu 69% do total; e, v. o financiamento preferencial que entrou em vigor em 2014, por meio do qual é compensada a margem fixa da taxa de juros aos PMDR (FOCOM),²⁴ que no biênio atingiu o limite máximo autorizado para esse regime de concessão.

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA SUB-REGIÃO

Indicador	2013	2014	2015
Expansão do financiamento para a sub-região: aumento anual da carteira de empréstimos (%)	17,10%	19,00%	22,80%
Coeficiente de mobilização direta de recursos 1/	1,30%	1,50%	1,70%
Fluxo líquido de capital para os países 2/ (milhões US\$)	45,20%	57,90%	83,90%
Transferências líquidas para os países (FNC) 3/ (milhões US\$)	33,80%	46,50%	70,90%
Financiamento a PMDR / Total de aprovações (%)	73,60%	57,50%	75,40%
Financiamento preferencial a PMDR 4/ (% do total empréstimos)	-	32,20%	40,60%

1/ Recursos mobilizados pelos empréstimos / Recursos contribuídos pelo FONPLATA

2/ Desembolsos Brutos - Reembolsos do principal dos empréstimos

3/ Desembolsos Brutos - Reembolsos do principal dos empréstimos - Pagamentos de juros e comissões

4/ Montante de empréstimos beneficiados pelo FOCOM / Montante total de empréstimos aprovados

24 O FOCOM é constituído por alocações da receita líquida aprovadas pela Assembleia de Governadores e foi criado para outorgar empréstimos por US\$ 500 milhões no período 2014-2018. Esses empréstimos podem ser outorgados apenas à Bolívia, ao Paraguai e ao Uruguai, e o montante total desses empréstimos não pode ultrapassar 40% das aprovações anuais. Os saldos não usados podem se acumular nos anos seguintes.

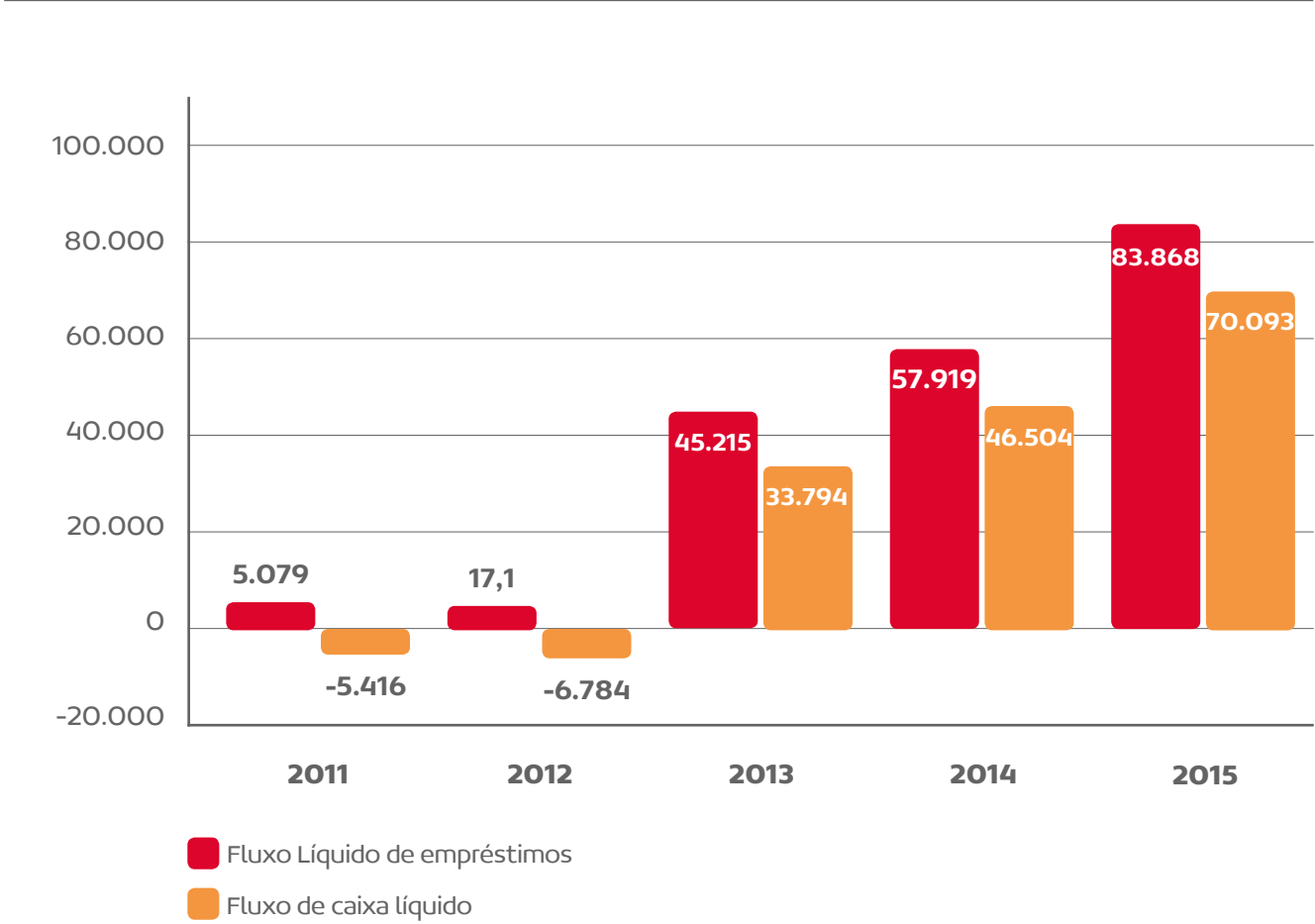
g.2. Fluxos de capital aos países-membros

Os fluxos líquidos de capital e fluxos líquidos são crescentes e positivos desde 2013. O fluxo líquido de empréstimos, definido como a diferença entre os desembolsos e as amortizações de empréstimos a cada ano, atingiu US\$ 83,9 milhões em 2015, ultrapassando o valor de US\$ 57,9 milhões atingido em 2014.

Por outro lado, o fluxo de caixa líquido, que é a diferença entre o fluxo líquido de empréstimos menos os encargos financeiros pagos pelos países a cada ano, também é crescente e positivo desde 2013 e, em 2015 atingiu US\$ 70,1 milhões, ultrapassando o valor de US\$ 46,5 milhões de 2014.

Essas tendências são explicadas pelo aumento da capacidade de empréstimo decorrente do aumento de capital vigente desde 2014, por maiores aprovações de empréstimos e por desembolsos sensivelmente superiores aos correspondentes às amortizações da carteira de empréstimos histórica. O valor do fluxo de caixa líquido de 2015 é equivalente ao total da contribuição de capital em dinheiro comprometido pelos países.

FLUXOS LÍQUIDOS DE FUNDOS PARA OS PAÍSES
(milhares de dólares americanos)



g.3. Complementaridade estratégica

Um dos objetivos fundamentais do PEI é o foco nos nichos estratégicos definidos na missão do FONPLATA para que a instituição seja complementar de outras organizações de financiamento do desenvolvimento, países e agências nacionais ou internacionais. Canalizar um volume crescente de recursos com outras organizações por meio de parcerias, cofinanciamentos e mecanismos de complementaridade operacional ou administrativa, e evitando concorrer com outras fontes de recursos, é o caminho estratégico visualizado pela governança do Fundo para aprofundar os impactos do FONPLATA na sub-região.

Os resultados nessa área para o período 2013-2015 são os seguintes: 58% dos empréstimos aprovados pelo FONPLATA foram apoiados por outras organizações financeiras no que diz respeito ao valor, e 56% no que diz respeito ao número; 100% das operações das quais participou o FONPLATA foram prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos governos dos países-membros; e 60% dos recursos aprovados pelo Fundo nesse triênio possibilitaram antecipar uma tomada de decisão de investimento já adotada pelos mutuários, adiantando, dessa forma, os benefícios para os países envolvidos.

COMPLEMENTARIDADE ESTRATÉGICA
(Nº empréstimos aprovados, milhões US\$)

Indicador	Média 2013 - 2015
Participação conjunta com outros OMD	56% 58%
Complementa Planos Nacionais de investimento	100% 100%
Adianta a decisão de investimento dos países	67% 60%
Total de empréstimos aprovados 2013 - 2015	21% 606%

4 Anexos





ANEXO 1:

Informações históricas
das operações aprovadas



EMPRÉSTIMOS APROVADOS POR TIPO DE FINANCIAMENTO a 31 / 12 / 2015

ARGENTINA
BOLIVIA
BRASIL
PARAGUAI
URUGUAI

COOPERAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS POR TIPO DE FINANCIAMENTO a 31 / 12 / 2015

OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO CONTINGENTE

COOPERAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS POR TIPO DE FINANCIAMENTO a 31 / 12 / 2015

OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS



EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO

a 31 / 12 / 2015
(em dólares estadunidenses)

Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL	A
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	APROVADO	DESEMBOLSAR
TOTAL:				24.649.802,00	400.116.868,00	424.766.670,00	138.989.387,63
1	ARG-2/83	Construção de Porto e de Defesa Litorânea em Formosa.	*2		7.100.000,00	7.100.000,00	0,00
2	ARG-3/83	Desenvolvimento Integral da Região Sudeste de Formosa.	*2		9.200.000,00	9.200.000,00	0,00
3	ARG-4/93	Estudo: Efeitos da Integração Econômica nos Sistemas Urbanos e de Transporte das Províncias do Litoral e Chaco Argentino, região da Bacia do Prata.	*2	1.462.438,00		1.462.438,00	0,00
4	ARG-5/94	Realização de Estudos e Projetos para o Saneamento de Córregos na cidade de Posadas.	*3	2.244.211,00		2.244.211,00	Anulado
5	ARG-6/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação das Rodovias N 8 e 2, Trechos: 25 de Mayo - Santa Rita; Santa Rita - Colonia Aurora; Colonia Aurora - El Soberbio; El Soberbio - Saltos del Mocona. Província Misiones.	*2	1.876.747,00	32.959.385,00	1.876.747,00 32.959.385,00	0,00 0,00
6	ARG-7/94	Execução do Programa de Cooperação Técnica e Investimentos em Desenvolvimento Social em Áreas Fronteiriças no Noroeste e Nordeste Argentino com necessidades insatisfeitas.	*2	978.206,00	21.499.100,00	978.206,00 21.499.100,00	0,00 0,00
7	ARG-8/94	Realização do Programa de Reconversão Produtiva e Reestruturação Empresarial Voltada para as Exportações.	*2	8.000.000,00		8.000.000,00	0,00
8	ARG-9/96	Programa de Modernização e Desenvolvimento do Comércio Internacional - COMINTER.	*2	3.238.200,00		3.238.200,00	0,00
9	ARG-10/96	Cooperação Técnica Reembolsável. Programa de Reconversão Empresarial para as Exportações - PREX.	*2	4.000.000,00		4.000.000,00	0,00
10	ARG-11/99	Programa de apoio à Secretaria de Programação Econômica e Regional do Ministério de Economia e Obras e Serviços Públicos.	*3	1.500.000,00		1.500.000,00	Anulado
11	ARG-12/02	Realização dos Estudos de Pré-Investimento e Execução das Obras para a Reconversão do Porto da Cidade de Santa Fé.	*1	900.000,00	25.000.000,00	900.000,00 25.000.000,00	0,00 25.000.000,00
12	ARG-13/03	Programa de Financiamento Contrapartida Local para o Projeto BID 1118/OC-AR- Programa de Emergência para a recuperação das zonas afetadas pelas inundações com especial ênfase na Província de Santa Fé.	*2		51.000.000,00	51.000.000,00	0,00
13	ARG-14/04	Programa de Desenvolvimento Social em Áreas do Noroeste e Nordeste Argentino com Necessidades Básicas Insatisfeitas - PROSOFA II.	*2		22.485.000,00	22.485.000,00	0,00
14	ARG-15/04	Programa de Melhoria e Otimização da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Área Metropolitana de Buenos Aires.	*3		27.650.000,00	27.650.000,00	Anulado
15	ARG-16/06	Execução do Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Nacional de Alerta Precoce e Prevenção de Catástrofes.	*2	450.000,00		450.000,00	0,00
16	ARG-17/06	Programa de Melhoria na Competitividade dos Portos Fluviais da Província de Buenos Aires.	*1		47.200.000,00	47.200.000,00	20.953.171,97
17	ARG-18/06	Execução do Programa de Apoio de à Inserção Comercial Internacional das Pequenas e Médias Empresas Argentinas PROARGENTINA II.	*1		4.500.000,00	4.500.000,00	140.714,88
18	ARG-19/13	Projeto de Fortalecimento da Interrupção da Transmissão Vetorial da Doença de Chagas na República Argentina.	*1		25.000.000,00	25.000.000,00	10.470.011,78
19	ARG-20/14	Criação de uma Entidade Nacional de Programação e de uma Rede de Salas de Cinema para a Promoção e Divulgação de Conteúdos Audiovisuais da Região.	*1		9.953.383,00	9.953.383,00	9.862.709,00
20	ARG-21/14	Programa de Desenvolvimento Social em Áreas Fronteiriças do Noroeste e Nordeste Argentino com Necessidades Básicas Insatisfeitas - (PROSOFA III).	*1		28.170.000,00	28.170.000,00	21.126.580,00
21	ARG-22/14	Programa de Desenvolvimento de Áreas de produção agrícola em Províncias Fronteiriças da Bacia do Prata - Primeira Etapa.	*1		18.400.000,00	18.400.000,00	16.436.200,00
22	ARG-23/15	Projeto de Integração Ferroviária Argentino - Boliviana para o Desenvolvimento Econômico e Regional - Ramal C 15 Ferrocarril Gral. Belgrano. Argentina.	*1		35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00
23	ARG-24/15	Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo.	*4		35.000.000,00	35.000.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura



EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO

a 31 / 12 / 2015
(em dólares estadunidenses)

Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL	A
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	APROVADO	DESEMBOLSAR
TOTAL:				6.997.708,00	398.292.194,00	405.289.902,00	126.337.264,84
1	BOL-1/79	Viabilidade da Ferrovia Vallegrande - Zudáñez.	*2	585.000,00		585.000,00	0,00
2	BOL-2/80	Desenho Final da Ferrovia Motacucito - Puerto Busch.	*2	423.000,00		423.000,00	0,00
3	BOL-3/81	Aerofotogrametria da Alta Bacia do Rio Bermejo.	*2	234.000,00		234.000,00	0,00
4	BOL-4/81	Pavimentação da Rodovia Potosi - Tarapaya.	*2		7.000.000,00	7.000.000,00	0,00
5	BOL-5/82	Pavimentação da Rodovia Sucre - Yotala - Totacoa.	*2		7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
6	BOL-6/83	Viabilidade e Desenho Final da Rodovia Padcaya - Bermejo.	*2	1.000.000,00		1.000.000,00	0,00
7	BOL-7/86	Desenho Final da Rodovia Challapata - Tarapaya.	*2	720.000,00		720.000,00	0,00
8	BOL-8/85	Pavimentação da Rodovia Santa Cruz - Trinidad.	*2		19.500.000,00	19.500.000,00	0,00
9	BOL-9/89	Pavimentação da Rodovia Totacoa - Puente Méndez.	*2		8.280.000,00	8.280.000,00	0,00
10	BOL-10/89	Pavimentação da Rodovia Palmar Grande - Yacuiba.	*2		13.877.500,00	13.877.500,00	0,00
11	BOL-11/89	Reabilitação dos Trechos viários: Cochabamba - Chimoré e Yapacaní - Guabirá.	*2		8.800.000,00	8.800.000,00	0,00
12	BOL-12/90	Pavimentação Rodovia Santa Cruz - Trinidad.	*2		13.700.000,00	13.700.000,00	0,00
13	BOL-13/90	Execução das Obras de Ampliação e Melhoria do Aeroporto: "Capitán Nicolás Rojas" do Departamento de Potosi.	*2		4.500.000,00	4.500.000,00	0,00
14	BOL-14/92	Elaboração dos Estudos de Viabilidade e Desenho Final para a Pavimentação da Rodovia Cuchu Ingenio - Villazón.	*2	2.087.000,00		2.087.000,00	0,00
15	BOL-15/92	Execução de Obras de Melhoria e Pavimentação do Trecho viário entre Santa Cruz de la Sierra e Abapó.	*2		10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
16	BOL-16/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia N 6, Trecho Boyuibe - Hito Villazón.	*2	728.209,00		728.209,00	0,00
17	BOL-17/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Abapó - Camiri.	*2	1.220.499,00	17.000.000,00	1.220.499,00 17.000.000,00	0,00 0,00
18	BOL-18/04	Execução de Obras para a Pavimentação do Projeto viário que abrange as rodovias: Guabirá - Chané - Aguaíces - Colonia Pirai.	*2		40.000.000,00	40.000.000,00	0,00
19	BOL-19/11	Projeto de Construção da Rodovia Rio Uruguaito - Santa Rosa de la Roca - San Ignacio de Velasco.	*1		63.450.000,00	63.450.000,00	21.016.012,80
20	BOL-20/13	Programa de Conservação Rodoviária - Reabilitação por Graus de Intervenção (Manutenção Periódica) do Trecho viário San Ramón - San Javier - Concepción - Rio Uruguaito.	*1		35.000.000,00	35.000.000,00	19.757.518,71
21	BOL-21/14	Projeto: Construção Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho: Ivirgarzama - Puente Mariposas.	*1		34.753.571,00	34.753.571,00	31.688.635,43
22	BOL-22/14	Projeto: Construção Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho: Puente Mariposas - Puente Chimoré.	*1		20.531.123,00	20.531.123,00	19.387.405,00
23	BOL-23/14	Projeto: Construção da Rodovia Nazacara - Hito IV. Trecho: Nazacara - San Andrés de Machaca.	*1		26.000.000,00	26.000.000,00	25.318.000,00
24	BOL-24/14	Projeto: Construção de Obras de Proteção contra Inundações nas Bacias do Departamento de Santa Cruz.	*1		13.400.000,00	13.400.000,00	4.169.692,90
25	BOL-25/15	Equipamento do aeroporto internacional de Alcantarí, Departamento de Chuquisaca.	*1		5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
26	BOL-26/15	Projeto: Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho Puente Chimoré. km 15 Villa Tunari.	*4		50.000.000,00	50.000.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura

Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL	A
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	APROVADO	DESEMBOLSAR
TOTAL:				0,00	266.962.348,00	266.962.348,00	0,00
1	BR-1/94	Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia MS-141 Trecho Ivinhema - Naviraí e Rodovia MS-475, Trecho MS-141 Guassulândia - Entroncamento com a BR-376.	*2		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
2	BR-2/95	Execução do Programa de Preservação do Meio Ambiente Natural e Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia Arroio Dilúvio.	*2		1.143.000,00	1.143.000,00	0,00
3	BR-3/95	Execução de Obras de Ampliação do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre.	*2		2.600.000,00	2.600.000,00	0,00
4	BR-4/97	Execução do Projeto de Construção de Ponte sobre o Rio Paraguai na Rodovia BR-262, entre Miranda e Corumbá.	*2		13.400.000,00	13.400.000,00	0,00
5	BR-5/01	Execução de Obras para a Pavimentação das Rodovias: MS 384/474, no Trecho: Antônio João - Bela Vista - Caracol - Entroncamento com a Rodovia BR-267.	*2		24.000.000,00	24.000.000,00	0,00
6	BR-6/02	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Preservação do Córrego Sóter.	*2		6.148.348,00	6.148.348,00	0,00
7	BR-7/03	Execução do Programa Integrado da Zona Norte Entrada Da Cidade.	*2		27.500.000,00	27.500.000,00	0,00
8	BR-8/04	Execução de Obras para o Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis.	*2		22.400.000,00	22.400.000,00	0,00
9	BR-9/05	Execução de Obras para a Melhoria da Infraestrutura viária na Região Sul - Fronteira.	*2		28.000.000,00	28.000.000,00	0,00
10	BR-10/06	Execução do Programa Eixo Ecológico e Estruturação de Parques Ambientais - Linha Verde.	*2		11.800.000,00	11.800.000,00	0,00
11	BR-11/06	Execução do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais da Cidade de Curitiba.	*2		10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
12	BR-12/07	Execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu.	*2		17.061.000,00	17.061.000,00	0,00
13	BR-13/07	Financiamento do Projeto de Melhoria e Expansão da Infraestrutura viária de Chapecó.	*2		14.750.000,00	14.750.000,00	0,00
14	BR-14/08	Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Ipatinga.	*3		19.250.000,00	19.250.000,00	Anulado
15	BR-15/08	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Cachoeirinha, Município de Cachoeirinha - RS, República Federativa do Brasil.	*2		8.910.000,00	8.910.000,00	0,00
16	BRA-16/14	Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá - PDI.	*4		40.000.000,00	40.000.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura





EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO

a 31 / 12 / 2015
(em dólares estadunidenses)

Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO		
TOTAL:				6.474.716,19	346.538.150,81	353.012.867,00	31.556.734,21
1	PAR-2/79	Programa de Pré-Investimento.	*2	3.000.000,00		3.000.000,00	0,00
2	PAR-3/78	Viabilidade Viária no Chaco Paraguai.	*2	675.000,00		675.000,00	0,00
3	PAR-4/81	Programa de Colonização e Desenvolvimento Pecuário no Noroeste do Chaco Paraguai.	*2		4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
4	PAR-5/84	Obras de Reabilitação e Pavimentação da Rodovia Villarrica - Ñumi.	*2		8.400.000,00	8.400.000,00	0,00
5	PAR-6/84	Sétimo Projeto Pecuário.	*2		15.000.000,00	15.000.000,00	0,00
6	PAR-7/85	Habilitação de Pequenos Agricultores no Departamento de Caaguazu.	*3		2.300.000,00	2.300.000,00	Anulado
7	PAR-8/86	Pavimentação da Rodovia Desvio Filadélfia e Mariscal Estigarribia.	*2		20.300.000,00	20.300.000,00	0,00
8	PAR-9/90	Acessos ao Porto de Assunção.	*3	230.000,00		230.000,00	Anulado
9	PAR-10/92	Estudo de Viabilidade e Desenho Final. Pavimentação do Trecho Viário da Rodovia 12 entre Chaco-i e Fortín Gral. Briguez.	*2	522.143,19	6.477.856,81	7.000.000,00	0,00
10	PAR-11/93	Execução de Obras para o Abastecimento de Água Potável nos Departamentos de Fronteira.	*2		3.800.000,00	3.800.000,00	-0,00
11	PAR-12/93	Execução do Programa Global de Empréstimos ao Setor Industrial.	*2		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
12	PAR-13/93	Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia IV (General Jose E. Díaz) no trecho San Ignacio - Pilar.	*2		34.580.300,00	34.580.300,00	0,00
13	PAR-14/94	Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Nº9 (Transchaco, trecho Mariscal Estigarribia - Eugenio A. Garay.)	*2	1.547.573,00		1.547.573,00	0,00
14	PAR-15/94	Execução do Programa Global de Empréstimos a Pequenos e Médios Produtores do Setor Pecuário.	*2		10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
15	PAR-16/01	Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Construção do Terminal Portuário Multipropósito da cidade de Pilar no Departamento de Ñeembucu.	*1 *1	500.000,00	8.500.000,00	500.000,00 8.500.000,00	220.000,00 8.500.000,00
16	PAR-17/02	Financiamento Parcial da Contribuição Local para o Programa de Melhoria dos Corredores de Integração da Região Ocidental do Paraguai.	*2		20.251.900,00	20.251.900,00	0,00
17	PAR-18/04	Programa Global de Créditos para a Reativação e o Desenvolvimento da Criação de Gado.	*3		10.000.000,00	10.000.000,00	Anulado
18	PAR-19/11	Projeto de Reabilitação e Pavimentação do Trecho Santa Rosa de Aguaray - Capitán Bado.	*1		97.928.094,00	97.928.094,00	22.836.734,21
19	PAR-20/15	Desenvolvimento de Infraestrutura viária em Corredores de Integração Sul – Oeste do Paraguai. 1 Fase (Melhoria Trecho Alberdi-Pilar; Acesso ao Puerto Pilar, e Reabil. Trecho Remanso-Falcón)	*5		70.000.000,00	70.000.000,00	0,00
20	PAR-21/15	Linha de Financiamento para a Melhora da Produção e da Comercialização dos Pequenos e Médios Produtores no Âmbito Nacional.	*4		15.000.000,00	15.000.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura
*5 Contrato assinado aguardando ratificação do Congresso



EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO

a 31 / 12 / 2015
(em dólares estadunidenses)

Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL	A
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	APROVADO	DESEMBOLSAR
TOTAL:				6.247.482,00	328.090.670,00	334.338.152,00	43.377.643,13
1	UR-2/82	Estudos das rodovias 1, 4 e 14 e quatro pontes.	*2	2.000.000,00		2.000.000,00	0,00
2	UR-3/84	Construção de Laboratório de Pesquisa e Controle da Febre Aftosa.	*2	2.000.000,00		2.000.000,00	0,00
3	UR-4/89	Construção do Centro Malvin Norte e Equipamento dos Centros de Pesquisa de Pós-Graduação da Universidade.	*2		3.534.170,00	3.534.170,00	0,00
4	UR-5/92	Execução de Obras para a reabilitação de quatro trechos viários das Rodovias 5 (Acesso à cidade de Tacuarembó), 8 (Acessos à cidade de Treinta y Tres) e 9 (Acesso à cidade do Chuy).	*2		19.726.500,00	19.726.500,00	0,00
5	UR-6/92	Cooperação Técnica para a Elaboração do Estudo de Impacto do Processo de Integração Regional no Transporte de Carga.	*2	441.327,00		441.327,00	0,00
6	UR-7/93	Execução dos Estudos de Desenho Final Plano de Saneamento para o Interior do País.	*2	953.953,00		953.953,00	0,00
7	UR-8/93	Plano de Transformações da Direção Nacional de Correios.	*2		1.830.000,00	1.830.000,00	0,00
8	UR-9/94	Programa de Cooperação Técnica e Investimento em Infraestrutura Física, Equipamento e Capacitação para o Setor Educação.	*3	336.642,00		336.642,00	Anulado
9	UR-10/94	Execução do Dragado e Sinalização dos Canais de Martín García entre o km 0 do Rio Uruguai e a interseção do Canal de Acesso ao Porto de Buenos Aires no km. 37 (Barra del Farallon).	*2		25.000.000,00	25.000.000,00	0,00
10	UR-11/94	Realização dos Planos Mestres para os Portos de Colonia e Juan Lacaze. Realização dos Planos Mestres para os Portos Nueva Palmira e Fray Bentos.	*2	233.036,00		233.036,00	0,00
			*2	282.524,00		282.524,00	0,00
11	UR-12/2003	Assistência Financeira destinada a solver parcialmente as Despesas das Contribuições Locais para a Execução de Obras e Aquisição de Equipamento correspondente a Programas e/ou Projetos que contam com financiamento do BID, do BIRF e da CAF.	*2		30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
12	UR-13/2012	Programa de Reabilitação e Manutenção de Infraestrutura.	*1		112.000.000,00	112.000.000,00	12.877.643,13
13	URU-14/2014	Construção e Melhoria dos Sistemas de Saneamento em Localidades da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Lucia.	*1		30.500.000,00	30.500.000,00	30.500.000,00
14	URU-15/2014	Projeto de Construção da Linha de Transmissão Elétrica Tacuarembó - Melo em 500 kV.	*3		40.000.000,00	40.000.000,00	Anulado
15	URU-16/2015	Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária - Fase II.	*4		35.000.000,00	35.000.000,00	0,00
16	URU-17/2015	Financiamento do Segundo Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária.	*4		30.500.000,00	30.500.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura



COOPERAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS POR TIPO DE FINANCIAMENTO

a 31 / 12 / 2015
(em dólares estadunidenses)

N°	PAÍS / CONVÊNIO	ITEM		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO CONTINGENTE				4.472.330,00	340.563,15
ARGENTINA				1.040.534,00	184.628,40
1	OCT/RC-ARG-1/95	Estudos Complementares Fase I dos Estudos de Viabilidade para o aproveitamento dos recursos Hídricos da Alta Bacia do Rio Bermejo e do Rio Grande de Tarija.	(*)	437.338,00	0,00
2	OCT/RC-BINACIONAL-ARG-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente Destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Neembucu - Rio Bermejo e Nó: Clorinda - Área Metropolitana de Assunção.	(**)	603.196,00	184.628,40
BOLIVIA				1.131.502,00	0,00
1	OCT/RC-BOL-1/91	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Projeto de Eletrificação da Província Modesto Omiste do Departamento de Potosí.	(*)	102.000,00	0,00
2	OCT/RC-BOL-2/92	Atualização do Estudo de Viabilidade e Otimização do Desenho Final do Trecho viário Padcaya - La Mamora no Departamento de Tarija.	1	203.700,00	0,00
3	OCT/RC-BOL-3/92	Execução do Estudo de Viabilidade Fase I para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija.	(*)	481.482,00	0,00
4	OCT/RC-BOL-4/95	Estudos para a elaboração do Projeto para o "Plano Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa na República da Bolívia".	(*)	344.320,00	0,00
PARAGUAI				1.811.694,00	155.934,75
1	OCT/RC-PAR-1/91	Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho viário San Ignacio - Pilar.	2	355.000,00	0,00
2	OCT/RC-PAR-2/91	Revisão e Atualização do Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho viário Concepción-Pozo Colorado.	3	54.000,00	0,00
3	OCT/RC-PAR-3/92	Execução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e de Desenho Final do Projeto "Acessos ao Porto de Assunção".	(*)	545.398,00	0,00
4	OCT/RC-PAR-4/96	Execução dos Estudos de Delimitação de Áreas Inundáveis do Rio Paraguai.	(*)	254.100,00	0,00
5	OCT/RC-BINACIONAL-PAR-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente Destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Neembucu - Rio Bermejo e Nó: Clorinda - Área Metropolitana de Assunção.	(**)	603.196,00	155.934,75
URUGUAI				488.600,00	0,00
1	OCT/RC-UR-1/91	Estudo de Viabilidade para o Ramal Ferroviário para o Porto de Nueva Palmira.	(*)	84.000,00	0,00
2	OCT/RC-UR-2/92	Execução do Estudo de Viabilidade do Projeto de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina, e Implementação do Sistema de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Avaliação do Impacto de Doenças Crônicas e Sistemas Subclínicos no Gado Uruguaio.	(*)	97.000,00	0,00
3	OCT/RC-UR-3/93	Execução do Programa de Investimento Social Fase I.	(*)	307.600,00	0,00

(*) Concluídas
(**) Em Execução

1 Em julho/2000 o beneficiário devolveu a quantia antes desembolsada de US\$ 201.997,73
2 Com o 1o desembolso do Empréstimo PAR-13/93 foram recuperados US\$ 319.999,14 (Reais) e US\$ 34.992,01 (Guaranis) pela OCT
3 Em 17 de junho/98 o beneficiário devolveu a quantia antes desembolsada de US\$ 53.160,34



COOPERAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS POR TIPO DE FINANCIAMENTO

a 31 / 12 / 2015
(em dólares estadunidenses)

Nº	CONVÊNIO	ITEM		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS				908.200,00	
HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ				685.000,00	0,00
1	OCT/N.R.-CIH-1/91	Cooperação Técnica Não Reembolsável para a Hidrovia Paraguai Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira).	(*)	150.000,00	0,00
2	OCT/N.R.-CIH-2/95	Cooperação Técnica Não Reembolsável para Realizar Estudos sobre: "O Desenvolvimento das Zonas de Produção nas Áreas de Influência Portuária".	(*)	485.000,00	0,00
3	OCT/N.R.-CIH-3/98	Cooperação Técnica Não Reembolsável destinada para realizar Estudos sobre "Sistema de Informações do Programa Hidrovia Paraguai - Paraná".	(*)	50.000,00	0,00
CIC				155.000,00	0,00
1	CONVÊNIO OCT-NR C I C - 5/2003	Cooperação Técnica Não Reembolsável destinada a cooperar com o financiamento da Preparação do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata.	(*)	155.000,00	0,00
ATN - BID - FONPLATA				20.000,00	0,00
1	CONVÊNIO OCT-NR ATN/SF-9229-RG	Participação do BID e do FONPLATA no IIRSA. Apoio à Implementação da Estratégia de Divulgação e Participação da Iniciativa IIRSA.	(*)	20.000,00	0,00
IIRSA - COSIPLAN				1.959.308,21	128.741,27
1	CONVÊNIO OCT/NR-IIRSA-04/2002	Participação do FONPLATA no IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	1.759.308,21	0,00
2	CONVÊNIO OCT/NR-IIRSA-08/2015	Participação do FONPLATA no IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(**)	200.000,00	128.741,27
SISTEMA VIDEOCONFERÊNCIA BOLÍVIA				20.000,00	0,00
1	CONVÊNIO OCT-NR -BOL-6/2014	Instalação ou Melhoria Infraestrutura Comunicacional de Videoconferência.	(**)	20.000,00	0,00
FUNDO PECUÁRIO PARAGUAI				28.200,00	0,00
1	CONVÊNIO OCT-NR -PAR-7/2015	Fortalecimento das Capacidades do Fundo Pecuário do Paraguai.	(*)	28.200,00	0,00

(*) Concluídas
(**) Em Execução



ANEXO 2:

Decisões estratégicas
adotadas em 2015



DECISÕES NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES

Data	Resolução	Assunto
19.01.2015	149	Diretoria Executiva. Presidência anual. Interpretação do Convênio Constitutivo.
13.07.2015	150	Relatório, Demonstrações Financeiras, Demonstração de Lucros e Perdas em 31 de dezembro de 2014 e parecer de auditor externo. Aprovação
07.08.2015	151	Alocação do Lucro de Exercícios Anteriores e das Reservas para Imprevistos em 31 de dezembro de 2014 nas Reservas Gerais do FONPLATA. Aprovação
09.11.2015	152	Contratação de Auditores Externos. Exercício 2015.
19.11.2015	153	Programas e Orçamento 2016.

Data	Resolução	Assunto
20.03.2015	1356	Contrato de Empréstimo ARG-23/2015. Financiamento do Projeto de Integração Ferroviária Argentino – Boliviano: Ramal C 15 Ferrocarril Belgrano (Argentina). Aprovação
20.03.2015	1357	Contrato de Empréstimo PAR-20/2015. Financiamento do Programa de Infraestrutura Viária Corredores de Integração Sul – Oeste do Paraguai. Aprovação
27.04.2015	1358	Políticas Financeiras do FONPLATA. Alteração da Taxa de Operações. Aprovação
27.04.2015	1359	Políticas Financeiras do FONPLATA. Alteração dos Períodos de Graça. Aprovação
23.07.2015	1360	Revisão das Políticas Financeiras do FONPLATA. Aprovação
06.10.2015	1361	Contrato de Empréstimo ARG-24/2015. Financiamento do Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo (Argentina). Aprovação
29.10.2015	1362	Contrato de Empréstimo URU-16/2015. Financiamento do Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária – Fase II (Uruguai). Aprovação
29.10.2015	1363	Programas e Orçamento 2016.
02.12.2015	1364	Contrato de Empréstimo URU-17/2015. Financiamento do Segundo Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária (Uruguai). Aprovação
02.12.2015	1365	Contrato de Empréstimo PAR-21/2015. Linha de financiamento para a Melhoria na Produção e na Comercialização dos Pequenos e Médios Produtores no Âmbito Nacional (Paraguai). Aprovação
24.12.2015	1366	Contrato de Empréstimo BOL-26/2015. Financiamento do projeto pista dupla Montero – Cristal Mayu. Puente Chimoré – km 15 (Villa Tunari). (Bolívia). Aprovação

Data	Resolução	Assunto
03.03.2015	07	Estrutura Organizacional, descrição e funções dos cargos. Alteração.
18.03.2015	09	Regulamento de Estágios. Aprovação.
14.05.2015	18	Políticas Financeiras do FONPLATA. Determinação de Margens Fixas Diferenciadas segundo os Prazos dos Empréstimos. Aprovação.
14.05.2015	19	Políticas Financeiras do FONPLATA. Redução da Comissão de Compromisso por eficácia no cumprimento dos Planos de Desembolso. Aprovação.
08.06.2015	22	Administração Fiduciária de Projetos. Atualização do Guia Operacional.
08.06.2015	23	Diretrizes Gerais do Ciclo de Projetos para Aprovação de Operações. Atualização.
08.06.2015	24	Guia para a Execução de Operações. Aprovação.
11.06.2015	26	Regulamento de Caixa. Atualização.
16.06.2015	29	Ciclo de Projetos. Responsabilidades para a gestão de alterações em empréstimos e cooperações técnicas aprovados. Atualização.
19.06.2015	31	Comitê de Finanças.
19.06.2015	32	Comitê de Programação e Riscos.
29.06.2015	34	Compensação por Reserva de Crédito para os casos de Ampliação do Prazo para a Assinatura dos Contratos de Empréstimo. Aprovação.
31.07.2015	37	Termos de referência e sistema de qualificação para a contratação de serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras exercícios 2015, 2016 e 2017.
14.08.2015	40	Procedimento para a Aquisição de Bens e Contratação de Serviços. Atualização.
17.08.2015	41	Código de Ética e Conduta. Regulamento Comitê de Ética e Conduta. Aprovação.
27.08.2015	43	Regulamento para a gestão e administração da conta especial do fundo de garantia por tempo de serviço. Aprovação.
01.09.2015	44	Fundo especial para a compensação da taxa de operações (FOCOM). Guia para sua aplicação. Atualização.
05.10.2015	47	Orientações para a aprovação de um orçamento por resultados. Aprovação.
13.11.2015	49	Conformação do Comitê de Ética e Conduta. Designação.
23.11.2015	50	Metodologia para o Cálculo da Previsão para Perdas na Carteira de Empréstimos.
23.11.2015	51	Manual de Imagem Corporativa do FONPLATA. Atualização.
23.11.2015	52	Estrutura Organizacional, descrição e funções dos cargos. Alteração.



ANEXO 3:

Relatório da Auditoria Externa das
Demonstrações Financeiras para o
Ano 2015



PONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA (FONPLATA)

Estados financieros al 31 de diciembre de 2015 y 2014

CONTENIDO

Dictamen del auditor independiente
Estado de situación financiera
Estado de ingresos
Estado de resultados integrales
Estado de flujos de efectivo
Estado de evolución del patrimonio neto
Notas a los estados financieros

US\$ = dólar estadounidense



DICTAMEN DEL AUDITOR INDEPENDIENTE

8 de abril de 2016

A la Asamblea de Gobernadores
Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Hemos auditado los estados financieros adjuntos de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) que comprenden el estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2015, y los estados de ingresos, de resultados integrales, de flujo de efectivo, y de evolución del patrimonio neto correspondiente al ejercicio terminado en dicha fecha, así como las notas a los estados financieros que se acompañan. Los estados financieros del Fondo al 31 de diciembre de 2014, fueron examinados por otros auditores cuyo informe de fecha 18 de febrero de 2015, expreso una opinión sin salvedades sobre estos estados financieros.

Responsabilidad de la Administración en relación con los estados financieros

La Administración es responsable de la preparación y presentación razonable de los estados financieros adjuntos de conformidad con las Normas Internacionales de Información Financiera, y del control interno que la Administración considere necesario para permitir la preparación de estados financieros libres de errores materiales, debido a fraude o error.

Responsabilidad del auditor

Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre los estados financieros de 2015 adjuntos basado en nuestra auditoría. Hemos llevado a cabo nuestra auditoría de conformidad con las Normas Internacionales de Auditoría. Dichas normas exigen que cumplamos los requerimientos de ética, así como que planifiquemos y ejecutemos la auditoría con el fin de obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros de 2015 están libres de presentaciones incorrectas significativas.

Una auditoría conlleva la aplicación de procedimientos para obtener evidencia de auditoría sobre los importes y la información revelada en los estados financieros. Los procedimientos seleccionados dependen del juicio del auditor, incluida la valoración de los riesgos de error material en los estados financieros, debido a fraude o error. Al efectuar dichas valoraciones del riesgo, el auditor tiene en cuenta el control interno relevante para la preparación y presentación razonable por parte del Fondo de los estados financieros, con el fin de diseñar los procedimientos de auditoría que sean adecuados en función de las circunstancias, y no con la finalidad de expresar una opinión sobre la eficacia del control interno del Fondo. Una auditoría también incluye la evaluación de lo adecuado de las políticas contables aplicadas y de la razonabilidad de las estimaciones contables realizadas por la Administración, así como la evaluación de la presentación de los estados financieros en su conjunto.

Consideramos que la evidencia de auditoría que hemos obtenido proporciona una base suficiente y adecuada para nuestra opinión de auditoría.

PricewaterhouseCoopers S.R.L. Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Dei Piso 1. Equipetrol Norte Calle Dr. Viador Pinto esquina calle I, T: (591-3) 3444311, F: (591-3) 3444312, www.pwc.com/bo



Opinión

En nuestra opinión, los estados financieros de 2015 antes mencionados presentan razonablemente, en todos los aspectos materiales, la situación financiera de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) al 31 de diciembre de 2015, así como el resultado de sus operaciones, su flujo de efectivo y los cambios en el patrimonio neto, correspondiente al ejercicio terminado en dicha fecha, de conformidad con las Normas Internacionales de Información Financiera.

PricewaterhouseCoopers





FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
ESTADO DE SITUACIÓN FINANCIERA
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Al 31 de diciembre de			
	2015		2014	
ACTIVOS				
Efectivo y equivalentes de efectivo – Nota 6.1		17.618		45.206
Inversiones				
Disponibles para la venta – Nota 6.2	4.997		~	
Mantenidas a vencimiento – Nota 6.3	152.158	157.155	158.939	158.939
Cartera de préstamos – Nota 6.4		447.327		364.303
Intereses y otros cargos acumulados				
Sobre inversiones – Nota 6.3	330		39	
Sobre préstamos – Nota 6.4	2.674	3.004	2.264	2.303
Otros activos				
Propiedades y equipos, neto – Nota 7.1	2.377		2.174	
Misceláneos – Nota 7.2	136	2.513	249	2.423
Total de activos		<u>627.617</u>		<u>573.174</u>
PASIVO Y PATRIMONIO NETO				
Pasivo				
Otros pasivos	271		228	
Fondos especiales – Nota 6.5	9.425		10.110	
Provisiones a largo plazo – Nota 7.3	411	10.107	382	10.720
Patrimonio neto				
Capital – Nota 8.1				
Suscrito	1.639.200		1.639.200	
Menos porción exigible	(840.000)		(840.000)	
Capital integrable en efectivo	799.200		799.200	
Capital suscrito a integrar	(256.667)	542.533	(303.333)	495.867
Reserva general – Nota 8.3		65.654		40.055
Reserva cobertura de imprevistos – Nota 8.3		~		17.843
Otras reservas – Nota 8.2		(2)		933
Utilidades retenidas – Nota 8.3		9.325		7.756
Total del patrimonio neto		<u>617.510</u>		<u>562.454</u>
Total del pasivo y patrimonio neto		<u>627.617</u>		<u>573.174</u>

Las notas que se acompañan forman parte integral de estos estados financieros.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE

Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
ESTADO DE INGRESOS
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Años terminados al 31 de diciembre de	
	2015	2014
INGRESOS – Nota 9		
Cartera de préstamos		
Intereses	10.911	9.402
Otros ingresos por préstamos	2.863	2.013
	<u>13.774</u>	<u>11.415</u>
Inversiones		
Intereses	1.246	1.088
Otros	43	11
	<u>1.289</u>	<u>1.099</u>
Otros ingresos	274	6
Total de ingresos	<u>15.337</u>	<u>12.520</u>
GASTOS		
Provisión por deterioro de préstamos	2.922	~
Gastos administrativos – Nota 10	5.381	4.789
Total de gastos	<u>8.303</u>	<u>4.789</u>
Ingreso neto	<u>7.034</u>	<u>7.731</u>
ESTADO DE RESULTADOS INTEGRALES		
Ingreso neto	7.034	7.731
Cambios en el valor de inversiones disponibles para la venta	(2)	~
Reclasificación de reserva por revalorización de propiedades	(305)	(25)
Resultado integral	<u>6.727</u>	<u>7.706</u>

Las notas que se acompañan forman parte integral de estos estados financieros.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE

Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



NOTAS A LOS ESTADOS FINANCIEROS
EJERCICIOS FINALIZADOS AL 31 DE DICIEMBRE DE 2015 Y 2014
(Cifras en miles de dólares estadounidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

Los Gobiernos de los Países de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, animados de un firme espíritu de cooperación y solidaridad, persuadidos de que la acción mancomunada permitirá el desarrollo regional armónico y equilibrado, suscribieron el Tratado de la Cuenca del Plata el 23 de abril de 1969.

La Cuenca del Plata es una región caracterizada por su riqueza en recursos naturales, destacándose sus cuencas hídricas, la abundancia de sus minerales y la fertilidad de sus suelos. El área cuenta con zonas de vasto potencial para actividades agropecuarias e industriales y alberga algunas de las reservas hidroeléctricas más importantes de Latinoamérica, como Itaipú, Yacyretá y Salto Grande, a la vez que extensas redes de transporte vial y fluvial.

Los cinco Países mantienen entre sí una estrecha vinculación debido a los ecosistemas compartidos, tales como los sistemas hidrográficos y energéticos, las redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre y demás sistemas de comunicación.

El Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA o el Fondo), fue creado como resultado del Tratado de la Cuenca del Plata, mediante Convenio Constitutivo suscrito por los gobiernos de los Países Miembros. Dicho Convenio entró en vigencia en fecha 14 de octubre de 1976.

FONPLATA es una persona jurídica internacional, de duración indefinida, que se rige por las disposiciones contenidas en su Convenio Constitutivo y en sus Reglamentos. Tiene su Sede principal en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional de Bolivia, contando con una oficina de seguimiento de proyectos en la ciudad de Asunción, República del Paraguay, la cual opera desde 1989.

De acuerdo a los términos del Artículo I del Tratado, el objetivo de FONPLATA es financiar la realización de estudios, proyectos, programas y obras tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que obtenga de otras fuentes de financiamiento.

Entre las principales funciones de FONPLATA, están el otorgamiento de préstamos, fianzas y avales; la obtención de préstamos externos con la responsabilidad solidaria de sus Países Miembros; el financiamiento de estudios de pre inversión, con el propósito de identificar oportunidades de inversión o proyectos de interés para la Cuenca; el financiamiento y contratación de asistencia y asesoramiento técnico; así como acometer todas aquellas funciones que sean propicias para el mejor cumplimiento de sus objetivos.

En el año 2011, la Asamblea de Gobernadores como parte de la implementación de un nuevo modelo de gestión institucional, creó el cargo de Presidente Ejecutivo y aprobó una nueva delegación y distribución de las funciones de gobernanza y administración del Fondo, delegando en el Presidente el ejercicio de las funciones de representación legal, dirección y administración. El primer Presidente de FONPLATA fue nombrado por la Asamblea de Gobernadores y entró en funciones en septiembre de 2012.

Entre septiembre y diciembre de 2012, se implementaron un conjunto de medidas que modernizaron y dinamizaron al Fondo. Entre las medidas más relevantes se destacan: la reformulación del ciclo de proyectos,

dándole agilidad y reduciendo sus costos transaccionales; la adopción de un nuevo marco de presupuesto basado en resultados, mejorando la rendición de cuentas, la transparencia y el proceso de toma de decisiones; la incorporación de la gestión por objetivos y el comienzo de un vínculo fluido con las instituciones multilaterales internacionales.

En la gestión 2013, se aprobó el Plan Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022. El PEI es un instrumento de planificación estratégica diseñado para conducir, supervisar y rendir cuentas respecto del grado de consecución de los resultados de gestión de FONPLATA. Conjuntamente con la aprobación del PEI se modificó el Convenio Constitutivo fortaleciendo el proceso de gobernanza, y aprobó el primer aumento del capital de FONPLATA, ampliando el capital de \$489.000 a \$1.639.000.

Continuando con la implementación de medidas para modernizar y agilizar la operación del Fondo y consolidar el nuevo modelo de gestión, entre 2013 y 2014 se aprobaron e implementaron nuevos instrumentos y políticas financieras, sentando las bases para el nuevo protagonismo subregional que FONPLATA desea alcanzar y emprender el proceso de obtención de una calificación de riesgo crediticio.

Con fecha 28 de enero de 2016, demostrando su apoyo a la gestión de FONPLATA durante el periodo 2012 – 2015, y su compromiso con el crecimiento de la capacidad prestable para atender la demanda creciente de financiamiento de sus Países miembros, la 14ª Asamblea Extraordinaria de Gobernadores aprobó un nuevo aumento de capital. Este nuevo aumento, que comenzará a hacerse efectivo en el 2017 y culminará de ser integrado en el 2024, resultará en un incremento de \$1.375.000 en la capacidad prestable. El aumento de capital consiste de \$550.000 de capital integrable en efectivo en siete cuotas anuales a partir del año 2018, y de \$825.000 de capital exigible a ser suscrito en su totalidad a partir del año 2017.

Los estados financieros correspondiente al ejercicio 2015, fueron considerados por la Comisión de Auditoría del Directorio Ejecutivo y el Directorio recomendó su aprobación a la Asamblea de Gobernadores de FONPLATA.

NOTA 2 – RESUMEN DE LAS PRINCIPALES POLÍTICAS CONTABLES

A continuación se resumen las principales políticas contables aplicadas en la preparación de estos estados financieros. Salvo expresa indicación en contrario, estas políticas contables han sido consistentemente aplicadas para todos los años presentados.

2.1 Bases de presentación

(i) Cumplimiento con Normas Internacionales de Información Financiera

Los estados financieros están presentados de acuerdo con Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) e interpretaciones emitidas por el Comité de Interpretaciones NIIF (IFRIC IC por sus siglas en inglés) aplicable a las entidades que reportan bajo NIIF y cumplen con las normas emitidas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB por sus siglas en inglés).

El Fondo presenta su estado de situación financiera ordenado por el criterio de liquidez. Los activos y pasivos se presentan de acuerdo a su recuperación o liquidación dentro de los 12 meses siguientes de la fecha del estado de situación financiera (corrientes) y por más de 12 meses siguientes de la fecha del estado de situación financiera (no corrientes), según Nota 11.



(ii) Costo histórico

Los estados financieros han sido preparados sobre la base del costo histórico, excepto por los siguientes componentes de los estados financieros:

- Activos financieros disponibles para la venta.
- Algunas inversiones valuadas al menor valor entre el costo amortizado o su valor de mercado, en aquellos casos en los que existen indicadores de deterioro.
- Propiedades cuyo valor incluye revalorización técnica al 31 de diciembre de 2014.

(iii) Nuevas normas y modificaciones adoptadas por FONPLATA

FONPLATA ha aplicado las siguientes normas y modificaciones por primera vez en la gestión anual iniciada el 1 de enero de 2015:

- Mejoras anuales a las NIIF – Ciclo 2010 a 2012.
- Mejoras anuales a las NIIF –Ciclo 2011 a 2013.

La adopción de las mejoras realizadas en el Ciclo 2010 a 2012 y del Ciclo 2011 a 2013, ha requerido incorporar información adicional en la exposición de la nota de segmentos. De forma adicional, la adopción de las mejoras mencionadas anteriormente, no han tenido impacto en la gestión actual o anterior y es probable que no afecten a gestiones futuras.

(iv) Nuevas normas e interpretaciones no adoptadas

Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
NIIF 9 – Instrumentos Financieros	La NIIF 9 establece la clasificación, medición y baja de los activos y pasivos financieros e introduce las nuevas reglas para la contabilidad de coberturas. En julio de 2014, el IASB ha realizado cambios adicionales a las reglas de clasificación y medición y también ha incluido un nuevo modelo de deterioro. Estas nuevas modificaciones completan el contenido de esta nueva norma sobre instrumentos financieros.	Siguiendo los cambios aprobados por el IASB en julio de 2014, FONPLATA no espera mayores impactos en las nuevas reglas de clasificación, medición y baja, en los activos y pasivos financieros. Por el momento FONPLATA no ha realizado una evaluación detallada de los activos financieros clasificados como disponibles para la venta, que aparentemente cumplirían con las condiciones para ser clasificados como instrumentos financieros a valor justo con cambios a través de otros resultados	Esta norma debería ser aplicada en gestiones financieras que inicien en o después del 1 de enero de 2018. Basados en las disposiciones transitorias que complementan la NIIF 9, la adopción temprana en fases es solamente permitida en gestiones anuales que inicien antes del 1 de febrero de 2015. Después de esta fecha la norma debe ser aplicada completamente.

7

Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
		integrales basados en el modelo de negocio actual de estos activos. Por lo tanto, no se espera que exista un cambio en la contabilización de estos activos. Asimismo, se estima que no exista impacto en la contabilización de los pasivos financieros, tomando en cuenta que los nuevos requerimientos contables, solamente afectarán la contabilización de los pasivos financieros que son designados a valor justo con cambios a resultados y FONPLATA no mantiene este tipo de pasivos. La nueva norma también establece cambios en las reglas de contabilización de las coberturas, las cuales no afectan a FONPLATA, debido a que no mantiene este tipo de instrumentos financieros. El nuevo modelo de desvalorización relacionada con pérdidas crediticias esperadas, podría resultar en el reconocimiento de pérdidas crediticias tempranas.	
NIIF 15 –Ingresos de contratos con clientes	La IASB ha emitido una nueva norma para el reconocimiento de ingresos. Esta norma reemplazará la NIC 18 que cubre los contratos de bienes y servicios, y la NIC 11 que cubre los contratos de construcción. Esta nueva norma está basada en el principio de	La gerencia de FONPLATA actualmente está evaluando el impacto de estas nuevas reglas. Si bien FONPLATA, estima que esta nueva norma no afectará de forma significativa a sus estados financieros, esta evaluación será completada en los siguientes 12 meses.	Esta norma es de aplicación obligatoria para las gestiones financieras que inicien en o después del 1 de enero de 2017. Se espera que la adopción de esta norma por parte de FONPLATA se realice el 1 de enero de 2017.

8



Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
	que el ingreso debe ser reconocido cuando el control de los bienes y servicios han sido transferidos al cliente, por lo tanto, la noción de control reemplaza la actual noción de riesgos y beneficios. Esta norma permite realizar una modificación retrospectiva en su adopción. Bajo este esquema las entidades podrían reconocer ajustes de transición en las utilidades acumuladas a la fecha de aplicación inicial, sin reexpresar la gestión comparativa. Las nuevas reglas deben ser aplicadas sobre los contratos que no han finalizado a la fecha de aplicación inicial.		

2.2 Información sobre segmentos

Con base en el análisis de sus operaciones, FONPLATA ha determinado que solo tiene un segmento operativo, consistente en el financiamiento de las necesidades de desarrollo de sus Países miembros.

FONPLATA evalúa periódicamente el desempeño y la situación financiera del Fondo, a efectos de tomar las decisiones que considere pertinentes para el logro de sus objetivos estratégicos.

2.3 Conversión a moneda extranjera

(i) Moneda funcional y de presentación

Los saldos presentados en los estados financieros, así como las transacciones que los conforman son medidos utilizando el dólar estadounidense, que es la moneda del ambiente económico primario en el cual opera FONPLATA ("la moneda funcional").

(ii) Transacciones y saldos

Las transacciones en moneda extranjera son convertidas a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio a la fecha de cada una de las transacciones. Las pérdidas o ganancias por transacciones en moneda extranjera resultan de los pagos realizados en monedas diferentes al dólar estadounidense y se relacionan en general con gastos administrativos incurridos en la sede principal de FONPLATA, o en su oficina en Asunción, Paraguay. Las ganancias y pérdidas por diferencia de cambio asociadas a gastos administrativos, son presentadas en el estado de resultados de forma neta en los gastos administrativos.

Los activos financieros, tales como inversiones y préstamos se encuentran denominados en dólares estadounidenses y el Fondo no tiene pasivos financieros por lo que no hay diferencias de cambio relacionadas con activos financieros.

Los bienes o servicios denominados en monedas diferentes a la moneda funcional que son medidos a valor razonable, son convertidos a la moneda funcional a los tipos de cambio vigentes en la fecha en que se determina su valor razonable. Las diferencias de cambio en activos y pasivos medidos a valor razonable, son reportadas como parte de la ganancia y pérdida por valor razonable.

2.4 Reconocimiento de ingresos

Los ingresos por intereses sobre préstamos y por inversiones mantenidas a vencimiento, son determinadas aplicando el método de la tasa de interés efectiva. Los otros ingresos por préstamos que consisten en comisiones por administración y compromiso, se determinan de acuerdo con lo establecido en la NIC 18.

FONPLATA reconoce los ingresos cuando el monto de los mismos puede ser medido de manera confiable, y es probable que los beneficios económicos fluyan a favor del Fondo. FONPLATA basa sus estimaciones en los resultados históricos, tomando en consideración el tipo de transacción o prestatario y las especificaciones de cada uno de los acuerdos suscritos.

2.5 Arrendamientos

Los arrendamientos en los cuales los riesgos y beneficios de la propiedad de los activos no son retenidos por el arrendatario, son clasificados como arrendamientos operativos. Los pagos realizados por los arrendamientos operativos son cargados a los resultados durante el período que dure dicho arrendamiento sobre el método de línea recta. FONPLATA no mantiene arrendamientos financieros.

2.6 Efectivo y equivalente de efectivo

Para propósitos de presentación en el estado de flujos de efectivo, el efectivo y equivalente de efectivo incluye las tenencias de efectivo y depósitos en bancos e inversiones altamente líquidas, con vencimientos originales de tres meses o menos, convertibles en efectivo en montos determinables y que no presentan riesgos significativos de cambios en el valor.

2.7 Cartera de préstamos

La cartera de préstamos es reconocida inicialmente a su valor razonable y posteriormente es medida a su costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva, menos la provisión por deterioro. Para mayor información acerca de la contabilización de la cartera de préstamos ver la Nota 6.4.

2.8 Inversiones y otros activos financieros

(i) Clasificación

FONPLATA clasifica sus activos financieros en las siguientes categorías:

- Activos financieros a valor razonable con cambios a resultados.



- Préstamos.
- Inversiones mantenidas a vencimiento, y
- Activos financieros disponibles para la venta.

La clasificación de los activos financieros depende del propósito para los cuales las inversiones fueron adquiridas. FONPLATA determina la clasificación de sus inversiones en oportunidad de su adquisición y reconocimiento. Las inversiones que son designadas para ser mantenidas hasta su vencimiento están sujetas a una revisión anual a fin de revalidar la razonabilidad de dicha clasificación. La Nota 6 muestra un mayor detalle sobre cada tipo de activos financieros.

(ii) Reclasificación

Los activos financieros diferentes a los préstamos pueden ser reclasificados a otra categoría diferente de "valores negociables," sin embargo estos cambios, de existir, deben ser realizados solamente en circunstancias particulares y que surjan como resultado de un evento particular e inusual. Adicionalmente, FONPLATA puede elegir reclasificar los activos financieros que no cumplan con la definición de préstamos fuera de las categorías de "valores negociables" o "disponibles para la venta", si el Fondo tiene la intención y la habilidad de mantener estos activos financieros en el futuro o hasta su vencimiento, dentro de la categoría a la cual se reclasificó.

Las reclasificaciones son realizadas a su valor razonable a la fecha de la reclasificación. El valor razonable se convierte en el costo o costo amortizable, en caso de ser aplicable, y no se pueden realizar reversiones posteriores de las ganancias o pérdidas del valor razonable contabilizado antes de la fecha de reclasificación. Las tasas de interés efectivas de los activos financieros reclasificados a la categoría de "valores mantenidos hasta su vencimiento" son determinados a la fecha de la reclasificación. Los incrementos adicionales estimados en el flujo de caja son ajustados en la tasa de interés efectiva de forma prospectiva.

(iii) Reconocimiento y baja

La compra y venta normal de los activos financieros son reconocidas en la fecha en la cual dichos activos son negociados, que es la fecha en la que el Fondo compromete la compra o venta de éstos. Los activos financieros son dados de baja cuando los derechos de recibir flujos de caja de estos activos financieros han expirado o cuando los beneficios o riesgos de la propiedad de estos activos han sido transferidos.

Cuando las inversiones clasificadas como "disponibles para la venta" son vendidas, los ajustes en el valor razonable que se encuentran acumuladas en los "otros resultados integrales", son reclasificados en el estado de resultados como "ganancias o pérdidas de inversiones."

(iv) Medición

Al inicio de la transacción, FONPLATA, mide los activos financieros a su valor razonable más los costos de transacción que son directamente atribuibles a la adquisición de los activos financieros.

Los préstamos y las inversiones mantenidas a vencimiento, son posteriormente valuadas a su costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

Los activos financieros "disponibles para la venta" son posteriormente valuados a su valor razonable. Las ganancias y pérdidas que surjan de los cambios en el valor razonable, son reconocidas dentro de otros resultados integrales.

Los intereses que surjan de los activos financieros "disponibles para la venta", "mantenidas a vencimiento" y préstamos, calculados utilizando el método de la tasa de interés efectiva, son reconocidos en el estado de ingresos como parte de los ingresos operativos.

En la Nota 6.6 se encuentra un detalle sobre la determinación del valor razonable de los instrumentos financieros.

(v) Deterioro

Al final de cada periodo de cierre, FONPLATA evalúa la posibilidad de deterioro potencial que afecte a un activo financiero o a un grupo de activos financieros. El potencial deterioro en préstamos es determinado con base en la calificación de riesgo individual de los Países prestatarios de acuerdo con una metodología adoptada por la mayoría de los bancos multilaterales de desarrollo. La nota 6.4 contiene una explicación detallada esta metodología así como de la determinación de la provisión por deterioro de préstamos.

En el caso de inversiones, FONPLATA reconoce el deterioro solamente si existe una evidencia objetiva del mismo como resultado de uno o más eventos que ocurran después de su reconocimiento inicial (evento de pérdida) y dicho evento o los eventos, afecta los flujos de caja futuros a ser producidos y los mismos pueden ser determinados de manera confiable.

- Activos financieros mantenidos a costo amortizado: La provisión para posibles pérdidas en préstamos soberanos es mantenida a un nivel que FONPLATA considera adecuado para absorber las pérdidas potenciales inherentes a la cartera de préstamos a la fecha de los estados financieros. El monto de pérdida por deterioro se mide como la diferencia entre el valor contable y el valor determinado de acuerdo con la calificación de riesgo individual de los Países prestatarios para su deuda a largo plazo, que se determina como la calificación más baja de riesgo a la fecha de los estados financieros, de tres agencias calificadoras de crédito internacionalmente reconocidas. Estas calificaciones incorporan una probabilidad de incumplimiento ("default"). Debido a su condición de acreedor preferente, y teniendo en cuenta los privilegios e inmunidades concedidos a FONPLATA por sus Países miembros, las cuales están establecidas en su Convenio Constitutivo y en otros acuerdos específicos firmados con los Países, se utiliza un factor que refleja una menor probabilidad de incumplimiento – generalmente equivalente a tres niveles por encima de su calificación de riesgo. En caso de ser practicable, FONPLATA puede medir el deterioro sobre la base del valor razonable utilizando precios de mercados observables.

La provisión atribuible a la cartera de préstamos, es presentada como una deducción del monto de la cartera de préstamos.

Si, en un periodo posterior, los montos de las pérdidas por deterioro disminuyen, y dicha disminución está relacionada de forma objetiva a un evento que ocurre después de que el deterioro ha sido reconocido (tal como una mejora en la capacidad crediticia del deudor), las reversiones de las pérdidas por deterioro previamente contabilizadas pueden ser revertidas con efecto en el estado de ingresos.

- Activos financieros clasificados como disponibles para la venta: Si existe evidencia objetiva de deterioro sobre los "activos disponibles para la venta", las pérdidas acumuladas medidas como la diferencia entre el costo de adquisición y su valor razonable, menos cualquier pérdida por deterioro de esos activos financieros, son reclasificadas del patrimonio y reconocidos en el resultado de la gestión.

Si el valor razonable de los instrumentos de deuda clasificados como "disponibles para la venta" se incrementa en periodos posteriores, y el incremento puede ser objetivamente relacionado con un evento que ocurra después del reconocimiento de la pérdida por deterioro en el estado de resultados, la pérdida por deterioro es revertida con efecto en el estado de resultados.



(vi) Reconocimiento de ingresos

Las ganancias por intereses son reconocidos utilizando el método de la tasa de interés efectiva. De existir préstamos en estado de no acumulación de ingresos, los mismos se consideran créditos deteriorados. Se considera que un préstamo está deteriorado cuando el análisis de la información disponible y eventos actuales indican que existe un grado de probabilidad que FONPLATA no pueda recuperar el monto total de capital e intereses adeudados, de acuerdo con los términos contractuales del préstamo. Cuando un préstamo se encuentra deteriorado, FONPLATA disminuye el valor contable de estos activos a su importe recuperable, siendo los flujos futuros de caja estimados descontados a la tasa de interés efectiva original, y revierte el efecto del descuento contra los ingresos financieros. Las ganancias por intereses sobre préstamos deteriorados son reconocidas utilizando la tasa de interés efectiva original.

2.9 Propiedades y equipos

Las propiedades y equipos se encuentran contabilizados a su costo histórico, menos la depreciación. El costo histórico incluye los gastos que son directamente atribuibles a la adquisición de los activos.

Los costos posteriores son incluidos en el valor contable de los activos o son reconocidos como un activo separado, solamente cuando sea probable que existan beneficios económicos futuros asociados con el activo y sus costos puedan ser valuados de forma confiable. Los valores contables de cualquier componente, se contabilizado como un ítem separado, son dados de baja cuando estos son reemplazados. Las reparaciones y mantenimientos son cargados al estado de resultados durante el periodo en los cuales estos costos son incurridos.

Los incrementos en los valores contables que surgen de las revaluaciones de las propiedades, son reconocidos en los otros resultados integrales y acumulados en las reservas dentro del patrimonio neto. En la medida que el incremento del activo por revalúo haya sido anteriormente revertido con efecto en el estado de resultados, el incremento posterior debe ser reconocido también con efecto en el estado de resultados. Las disminuciones que revertan los incrementos por revalúo de los mismos activos, son inicialmente reconocidos en los otros resultados integrales en la medida que existan excedentes por revalúo atribuibles a los activos; todas las otras disminuciones son cargadas al estado de resultados. Cada año, las diferencias entre la depreciación calculada sobre los activos revaluados que son cargadas al estado de resultados, y la depreciación calculada sobre los activos al costo original, son ajustados reclasificando las reservas por revalúo contra los resultados acumulados.

Los métodos de depreciación y los periodos utilizados por FONPLATA se encuentran expuestos en la Nota 7.1.

Los valores residuales y las vidas útiles de los activos, son revisados y ajustados, en caso de ser apropiado, al final de cada gestión.

Los valores contables de los activos son ajustados a su valor recuperable, si el monto contable de estos activos excede a su valor recuperable estimado.

Las ganancias o pérdidas sobre la venta de los activos son determinados comparando el valor contable y el valor de venta de los activos, y su efecto es directamente contabilizado en el estado de resultados. Cuando los activos revaluados son vendidos, es política del Fondo transferir los importes incluidos en las otras reservas a los resultados acumulados.

Las obras en curso incluyen el costo de proyectos de capital en proceso de construcción, así como bienes muebles adquiridos que forman parte integral de dichos proyectos. El monto total invertido en estos bienes es capitalizado

y comienza a ser amortizado al momento de su culminación, cuando dichos bienes estén en condiciones de ser puestos en servicio. Las inversiones en obras en curso son realizadas en base a los certificados de avance de obras.

2.10 Otros pasivos y obligaciones

Estos montos representan pasivos por bienes y servicios provistos al Fondo antes de la fecha de cierre, que se encuentran pendientes de pago. Los otros pasivos no presentan garantías y son usualmente pagados dentro de los 30 días de su reconocimiento. Estos pasivos son reconocidos inicialmente a su valor razonable y de forma posterior son medidos a costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

2.11 Obligaciones con fondos especiales

Estos montos representan pasivos por inversiones administradas por cuenta y orden de fondos especiales. Estos pasivos no presentan garantías y son usualmente pagados cuando los Fondos especiales solicitan efectivo a FONPLATA. Estos pasivos son reconocidos inicialmente a su valor razonable y de forma posterior son medidos a costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

2.12 Otros beneficios a empleados a largo plazo

Este beneficio consiste en un pago por terminación de la relación laboral, equivalente a un sueldo por año de servicio efectivamente prestado al Fondo, y calculado sobre la base del último sueldo pagado a los empleados. Este beneficio es reconocido para todos los empleados que superen los tres meses de antigüedad. Se estima que el valor actual de los pagos futuros estimados por este beneficio es cercano a los pasivos devengados por el Fondo a la fecha de cierre.

2.13 Capital integrado

El capital integrado consiste en los aportes en dinero efectivamente realizados por los Países miembros de FONPLATA.

NOTA 3 – ESTIMACIONES Y JUICIOS RELEVANTES

Los estados financieros son preparados de conformidad con las Normas Internacionales de Información Financiera, las que requieren que la Presidencia Ejecutiva haga supuestos y estimaciones que afectan los montos presentados para los activos y pasivos, así como de ingresos y gastos, durante el periodo correspondiente. Las estimaciones y juicios son continuamente evaluados y están basados en normas legales vigentes y otros factores, incluyendo la expectativa de eventos futuros, que son razonables bajo las actuales circunstancias.

Esta nota proporciona una visión general de las áreas que involucran un mayor grado de juicio o complejidad inherente a cada estimación, y de los ítems que son más probables a ser ajustados de forma significativa debido a que los resultados reales podrían diferir de dichas estimaciones. La información detallada acerca de cada una de las estimaciones y juicios utilizados, se encuentran incluidas en las Notas 6 y 7, junto con la información acerca de las bases de cálculo aplicadas sobre cada uno de los rubros que afectan a los estados financieros.

Los estimados más relevantes que afectan la preparación de los estados financieros de FONPLATA se relacionan con:



- Estimación de la provisión para deterioro de las inversiones a costo amortizado – Nota 6.3.
- Estimación de la provisión para deterioro de la cartera de préstamos – Nota 6.4.

NOTA 4 - ADMINISTRACIÓN DE RIESGOS FINANCIEROS

Esta nota explica la exposición de FONPLATA a los riesgos financieros y cómo estos riesgos podrían afectar en el desempeño financiero futuro del Fondo.

Riesgo	Origen de la exposición	Medición	Administración
Riesgo de mercado – Riesgo de moneda	Riesgo comercial de que las transacciones reconocidas como activos y pasivos financieros no se encuentren denominados en dólares estadounidenses (moneda funcional)	Presupuesto de flujo de efectivo.	Todas las operaciones de préstamos e inversiones, así como los pasivos más significativos de los estados financieros, han sido pactadas en dólares estadounidenses.
Riesgo de mercado – Riesgo de tasa de interés	Riesgo de variaciones en la tasa de interés utilizada por FONPLATA en la otorgación de los préstamos.	Análisis de sensibilidad.	FONPLATA ha establecido políticas para la determinación de la tasa de interés sobre los préstamos que le permiten reducir el riesgo de variación.
Riesgo de mercado	FONPLATA no mantiene inversiones en instrumentos de patrimonio que pueda estar sujetos al riesgo de precio.	Ninguna.	FONPLATA no mantiene inversiones en instrumentos de patrimonio que pueda estar sujetos al riesgo de precio.
Riesgo de crédito	Efectivo y equivalente de efectivo, inversiones disponibles para la venta, inversiones mantenidas a vencimiento.	- Análisis de antigüedad - Análisis del riesgo crediticio.	Diversificación de los depósitos en bancos y límites en préstamos. Políticas y lineamientos establecidos para las inversiones disponibles para la venta y las inversiones mantenidas a vencimiento.
Riesgo de liquidez	Otros pasivos y obligaciones con fondos especiales	Presupuesto de flujo de efectivo.	Disponibilidad de los fondos necesarios para cubrir con las obligaciones.

FONPLATA administra los riesgos a los que se encuentran expuestas sus operaciones de acuerdo con su política de gestión integral de riesgos. Esta política abarca los riesgos financieros de mercado y tasa de interés, los riesgos operativos y los riesgos estratégicos. El foco de la gestión integral de riesgos de FONPLATA es el de asegurar que los riesgos se mantengan en todo momento dentro de los parámetros establecidos. Dichos parámetros se encuentran fijados en las políticas financieras de la institución y reflejan la capacidad de asumir riesgos definidos por sus órganos de gobernanza. Dentro del marco de su gestión integral de riesgos, la gestión está orientada para evitar aquellos riesgos que exceden la tolerancia de riesgo de la institución y mitigar los riesgos financieros, operativos y estratégicos, de acuerdo con los límites establecidos para cada tipo de riesgo asociado a sus operaciones.

En línea con las mejores prácticas internacionales en relación a la administración de riesgos, FONPLATA adoptó la clasificación de riesgos y definiciones adoptadas por la "Office of the Comptroller of the Currency (OCC)" y Basilea II.

4.1 Riesgo de moneda

La totalidad de los activos financieros y cerca del 99% de sus pasivos están denominados en dólares estadounidenses, que constituye la moneda funcional de la institución. Por lo tanto, los estados financieros de FONPLATA no están expuestos a un riesgo significativo ante potenciales variaciones de los tipos de cambio.

4.2 Riesgo de tasa de interés

Los préstamos de FONPLATA tienen como tasa de interés un componente de margen fijo y uno variable (LIBOR 6 meses). El margen fijo es revisado en cada ejercicio para los nuevos préstamos, en base a los lineamientos en la política de gestión de los ingresos y cargos financieros, cuyo objetivo es alcanzar el equilibrio entre la acumulación de capital de largo plazo que garantice la auto-sostenibilidad del Fondo y una estructura de condiciones financieras favorables para los Países beneficiarios del Fondo. FONPLATA aplica un modelo de gestión de ingresos netos como herramienta para administrar los resultados, que responden a un horizonte de planificación de mediano y largo plazo. El modelo permite, a través de la administración de parámetros y variables, asegurar que los cargos financieros sean estables y suficientes para sufragar todos los fines establecidos en las políticas financieras del Fondo, y realizar, en forma oportuna, los ajustes en el margen fijo frente a cambios significativos en los supuestos y estimaciones utilizados. Esta exposición es medida y evaluada por la institución regularmente, para asegurar la administración de riesgo de la tasa de interés.

De acuerdo con la política de Gestión de los Ingresos y Cargos Financieros, FONPLATA establece anualmente un margen fijo aplicable a nuevas operaciones de préstamo durante el ejercicio entrante (Tasa Operativa de Retorno o TOR). Conjuntamente con la aprobación de la TOR para 2015, se facultó al Presidente Ejecutivo a fijar tasas con márgenes fijos diferenciados para préstamos con vencimientos menores a 15 años y se aprobaron tasas operativas diferenciales, para incentivar a los prestatarios a tomar préstamos con menores plazos.

Para FONPLATA, el riesgo de la tasa de interés se limita a su componente variable, que está basado en la tasa Libor de 6 meses. FONPLATA lleva a cabo un análisis de sensibilidad para determinar la variación en los resultados o en el patrimonio neto como resultado de cambios en la tasa Libor de 6 meses.

Siguiendo el Presupuesto 2016 aprobado por la Asamblea de Gobernadores, se tomó como base la tasa LIBOR de 6 meses de 73 puntos base o "bps." La sensibilización de la variación positiva, se considera una tasa LIBOR de 6 meses máxima de 122 bps (+49 bps, 2015 - +35 bps), y la sensibilización de variación negativa, una tasa LIBOR de 6 meses mínima de 23 bps (-49 bps, 2015 - -35 bps).

En el siguiente gráfico, se expone el análisis de sensibilidad, el cual presenta los efectos en los ingresos netos proyectados en 2016 de los préstamos contratados y aprobados al 31 de diciembre del 2015 en relación con el caso base, generadas por cambios asumidos en la tasa de interés LIBOR de 6 meses.





De acuerdo con el análisis de sensibilidad, los ingresos netos futuros se incrementarán en \$ 2.249 para la tasa libor de 6 meses máxima supuesta y disminuirían en \$ 2.249 para la tasa libor de 6 meses mínima considerada.

4.3 Riesgo de mercado

Es el riesgo de pérdidas en el valor de los activos financieros de FONPLATA como resultado de cambios en las condiciones de mercado. FONPLATA administra los riesgos de mercado, que afectan principalmente a sus portafolios de inversiones y préstamos mediante diversas medidas para asegurar que la exposición a riesgos se mantenga dentro de los límites establecidos en sus políticas. A la fecha de los estados financieros por los ejercicios cerrados al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente, FONPLATA no tenía pasivos financieros.

4.4 Riesgo de crédito

Es el riesgo derivado de la falta de cumplimiento de los términos de cualquier contrato por parte del deudor. Las políticas financieras establecen límites individuales de exposición de cartera por país, con el objetivo de reducir una concentración excesiva y cumplir con la proporcionalidad equitativa de la distribución del capital prestable a cada país. El coeficiente de suficiencia de capital que relaciona el monto de préstamos con el total del patrimonio neto, asegura una cobertura razonable de la exposición a riesgo de la cartera de préstamos, tanto en su conjunto como a nivel individual.

Actualmente, FONPLATA sólo otorga préstamos con garantía soberana, y cuenta con un reglamento que determina las acciones referentes a atrasos e incumplimientos en los pagos de los préstamos, los cuales también están descritos en los contratos de préstamos.

El riesgo de crédito de la cartera de inversión de los activos líquidos está regido por normas internas que regulan la inversión de los activos líquidos, estableciendo límites prudenciales de inversión por clase de activos, sectores y emisores, para garantizar una adecuada diversificación y combinación de fuentes con sus diversos plazos de vencimiento. A la fecha de cierre de gestión, la institución mantenía una calificación promedio del portafolio de inversiones de AA-, en línea con lo requerido por la política de inversiones. Se verifica también el cumplimiento de los límites establecidos en la política con un rendimiento promedio del portafolio superior a los supuestos que sirvieran de base para la determinación del resultado neto del ejercicio 2015, y 2014, efectuada como parte del ejercicio anual de programación financiera y presupuesto, que forma parte integral de la política de gestión de los ingresos y cargos financieros.

4.5 Riesgo de liquidez

Es el riesgo originado en la incapacidad de la institución para cumplir con sus obligaciones, sin incurrir en pérdidas inaceptables. La institución tiene un nivel de liquidez requerido mínimo, definido por su política de liquidez, como el necesario para cubrir todas las obligaciones, pagos y desembolsos para un periodo de 12 meses. Al 31 de diciembre de 2015, el Fondo no presenta una estructura de obligaciones que puedan generar riesgos de liquidez de corto o mediano plazo. Los pasivos de la institución ascienden a \$ 10.107, y los activos líquidos, incluyendo el efectivo, alcanzan \$174.000 aproximadamente. La cobertura de la liquidez respecto a los desembolsos brutos estimados era de 1,1 años y de 1,4 años, al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente.

NOTA 5 - ADMINISTRACIÓN DE OTROS RIESGOS NO FINANCIEROS

5.1 Riesgo de operación

El riesgo de operación se define como el riesgo de que por comisión u omisión exista una falla en los procesos internos o sistemas, que pueda causar pérdidas económicas y financieras. FONPLATA tiene ordenadas, actualizadas y en funcionamiento, las políticas, procedimientos y prácticas de administración de operaciones que previenen y preparan a la institución ante los riesgos inherentes al devenir de sus operaciones. FONPLATA cuenta con una gobernanza y sistema de control interno eficiente, así como con estándares de comportamiento ético y de reputación en operaciones, con claras normas para asegurar el debido cumplimiento con los aspectos fiduciarios, medio ambientales, jurídicos aplicables de acuerdo con sus políticas y los imperantes en el ámbito de sus Países miembros.

5.2 Administración de los riesgos estratégicos

Riesgo estratégico - Es el riesgo que deriva de decisiones adversas de la actividad de la entidad, la aplicación incorrecta de decisiones o la falta de respuesta a los cambios en el sector de instituciones financieras de desarrollo en que actúa. FONPLATA cuenta con un Plan Estratégico Institucional (PEI) el cual fue aprobado por sus Gobernadores, y establece los objetivos estratégicos a ser alcanzados, así como los indicadores para posibilitar su medición en el tiempo. Anualmente, los Gobernadores aprueban el presupuesto para el año entrante, el que contiene un resumen de los logros alcanzados en el ejercicio anterior y los objetivos y resultados a ser alcanzados en el próximo ejercicio. El presupuesto de FONPLATA resume su plan de trabajo y contiene además los indicadores basados en resultados y los costos requeridos para lograrlos, los que están basados en la matriz de resultados establecida en el PEI. De esta forma, se asegura un adecuado alineamiento entre los objetivos estratégicos de largo plazo y los resultados a ser alcanzados en el corto plazo para avanzar en el logro de dichos objetivos estratégicos.

Los estados financieros reflejan la compatibilidad y la consistencia de los resultados con los objetivos estratégicos de la misión y la visión establecida para la institución en términos del logro de las metas anuales para aprobación de operaciones y sus costos relacionados.

Riesgo de incumplimiento - Es el riesgo derivado de violaciones de leyes, normas, reglamentos, prácticas prescriptas, las políticas, procedimientos o normas éticas. El riesgo de incumplimiento puede dar lugar a un cambio negativo en la reputación de la entidad. FONPLATA es una persona jurídica internacional, que se rige por su Convenio Constitutivo, sus políticas, y reglamentos. FONPLATA cuenta con un Tribunal Administrativo, un Comité de Auditoría del Directorio Ejecutivo, un Asesor Legal, un Oficial de Cumplimiento, y Auditoría Interna, que velan por el cumplimiento de los factores que podrían de otra forma desencadenar instancias de riesgo de incumplimiento.



Riesgo de reputación - Es el riesgo derivado de una opinión pública negativa. Esto afecta la capacidad de la organización para establecer nuevas relaciones o mantener las ya existentes, que afectan directamente a sus ingresos actuales y futuros. Este riesgo puede exponer a la entidad en un juicio o una pérdida financiera o poner en peligro su competitividad. La institución realiza un monitoreo regular de este riesgo desde el área de comunicaciones y desarrolla un seguimiento específico sobre cada uno de los proyectos vigentes desde el área de operaciones. A la fecha, no existen indicios de este tipo de riesgo para el Fondo.

NOTA 6 – ACTIVOS Y PASIVOS FINANCIEROS

Esta nota proporciona información acerca de los instrumentos financieros de FONPLATA, incluyendo:

- Una visión general de todos los instrumentos financieros mantenidos por la institución
- Información específica acerca de cada tipo de instrumento financiero
- Políticas contables
- Información acerca de la determinación del valor razonable de los instrumentos financieros, incluyendo el juicio profesional utilizado y las incertidumbres que afectan las estimaciones

La institución mantiene los siguientes instrumentos financieros activos:

	Nota	Activos financieros a valor razonable con cambios en el ORI	Activos financieros a costo amortizado	Total
2015				
Efectivo y equivalente de efectivo	6.1	-	17.618	17.618
Inversiones disponibles para la venta	6.2	4.997	-	4.997
Inversiones mantenidas a vencimiento	6.3	-	152.488	152.488
Cartera de préstamos	6.4	-	450.001	450.001
Total		<u>4.997</u>	<u>620.107</u>	<u>625.104</u>
2014				
Efectivo y equivalente de efectivo	6.1	-	45.206	45.206
Inversiones disponibles para la venta	6.2	-	-	-
Inversiones mantenidas a vencimiento	6.3	-	158.978	158.978
Cartera de préstamos	6.4	-	366.567	366.567
Total		<u>-</u>	<u>570.751</u>	<u>570.751</u>

La institución mantiene los siguientes instrumentos financieros pasivos:

	Nota	Pasivos financieros a costo amortizado	Total
2015			
Otros pasivos		271	271
Fondos especiales	6.5	<u>9.425</u>	<u>9.425</u>
Total		<u>9.696</u>	<u>9.696</u>
2014			
Otros pasivos		228	228
Fondos especiales	6.5	<u>10.110</u>	<u>10.110</u>
Total		<u>10.338</u>	<u>10.338</u>

La exposición de la institución a los diferentes riesgos asociados con los instrumentos financieros se encuentra detallado en la Nota 4. La máxima exposición al riesgo de crédito al final de la gestión corresponde a los importes contables para cada uno de los activos financieros mencionados arriba.

6.1 Efectivo y equivalentes de efectivo

El efectivo mantenido en bancos, así como los depósitos con vencimiento original de hasta tres meses consiste de:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
Efectivo en bancos	10.618	41.206
Depósitos a plazo fijo	<u>7.000</u>	<u>4.000</u>
Total	<u>17.618</u>	<u>45.206</u>

(i) Clasificación de los equivalentes de efectivo

Los depósitos a plazo fijo son considerados equivalentes de efectivo si estos presentan un tiempo de vencimiento igual o menor a tres meses, desde su fecha de adquisición. En la Nota 2.6 se ha incluido la política con relación al efectivo y los equivalentes de efectivo.

6.2. Inversiones disponibles para la venta

Las inversiones clasificadas bajo esta categoría, corresponden a la tenencia de bonos emitidos por organismos multilaterales de desarrollo, e incluyen las siguientes:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
Bonos de organismos multilaterales de desarrollo	<u>4.997</u>	-
Total	<u>4.997</u>	<u>-</u>

(i) Inversiones entre entidades relacionadas

Al 31 de diciembre de 2015 y 2014, la institución no mantiene inversiones disponibles para la venta con entidades relacionadas.

(ii) Clasificación de las inversiones disponibles para la venta

Las inversiones son designadas como activos financieros "disponibles para la venta" si: i) las inversiones no tienen una fecha fija de vencimiento, ii) las inversiones no tienen un importe fijo o determinable de pago, y iii) la gerencia tiene la intención de mantener estas inversiones en el mediano o largo plazo. Los activos financieros que no pueden ser clasificados dentro de las otras categorías de instrumentos financieros (valor razonable con cambios en resultados, préstamos o inversiones mantenidas a vencimiento), son también incluidos en la categoría "disponibles para la venta".

Tal como se detalla en la Nota 11, los activos financieros son presentados como activos no corrientes a menos que estos presenten un vencimiento o la gerencia tenga la intención de venderlos dentro de los 12 meses de finalizada la gestión.



(iii) Indicadores de deterioro para las inversiones disponibles para la venta

Se considera que una inversión debe ser deteriorada si existe una prolongada y significativa disminución del valor razonable por debajo del costo. Ver la Nota 2.8 para mayor detalle acerca de las políticas de deterioro de los activos financieros.

(iv) Importes reconocidos en los otros resultados integrales

Durante la gestión, la institución ha reconocido una pérdida de \$2 en el estado de resultados integrales.

(v) Valor razonable, deterioro y exposición al riesgo

La información acerca de los métodos y supuestos utilizados en la determinación del valor razonable, se encuentra detallada en la Nota 6.6. No existen inversiones disponibles para la venta que se encuentren vencidas o deterioradas.

Todas las inversiones disponibles para la venta han sido y se mantienen denominadas en dólares estadounidenses, que constituye la moneda funcional en la que se expresan los estados financieros.

6.3 Inversiones mantenidas a vencimiento

Las inversiones clasificadas bajo esta categoría corresponden a certificados de depósitos e inversiones en bonos y títulos, que se componen de la siguiente manera:

		31 de diciembre de	
		2015	2014
<u>Inversiones en depósitos a plazo fijo ⁽¹⁾</u>			
Sector financiero		-	23.000
Organismos multilaterales de desarrollo		10.000	-
Subtotal		10.000	23.000
<u>Inversiones en otros valores ⁽²⁾</u>			
Bonos soberanos		61.071	54.195
Bonos de organismos multilaterales de desarrollo		52.083	55.516
Bonos del sector financiero		25.514	22.412
Bonos del Tesoro de la República Argentina ⁽³⁾		3.490	3.816
Subtotal		142.158	135.939
Capital invertido		152.158	158.939
Intereses y comisiones devengados por cobrar		330	39
Total		152.488	158.978

- (1) Las inversiones consisten de depósitos a plazo fijo con vencimientos originales superiores a tres meses.
- (2) Las inversiones incluyen bonos soberanos de organismos multilaterales de desarrollo, y de otras instituciones financieras cuyos papeles comerciales entran dentro del perfil de riesgo determinado para las inversiones de FONPLATA.
- (3) Este grupo de inversiones incluye valores negociables vinculados al PBI, en dólares estadounidenses, que recibió FONPLATA como parte del canje de deuda sobre la tenencia de bonos de la República Argentina en el 2005. Estos títulos tienen un valor nominal de \$9.127 a efectos del cálculo de su renta y tienen un valor cero a su vencimiento. El pago de renta está condicionado a que para el año de

referencia se cumplan con las siguientes condiciones: (i) el PBI real supere al PBI proyectado para el caso base, (ii) el crecimiento real del PBI supere el crecimiento proyectado y (iii) el total de los pagos efectuados sobre un título del PBI, no supere el límite máximo de pago estipulado. Dicho límite asciende actualmente a 0,4060871 por cada título. En 2015 dichos títulos no devengaron renta alguna (\$569 se devengaron y cobraron en el 2012).

(i) Clasificación de inversiones mantenidas a vencimiento

La institución clasifica las inversiones como mantenidas a vencimiento, si:

- Los activos financieros no son derivados.
- Las inversiones no se encuentran cotizadas en un mercado activo.
- Las inversiones tienen pagos fijos o determinables y presentan vencimientos fijos.
- La institución tiene la intención y capacidad de mantener estas inversiones a vencimiento.

(ii) Deterioro y exposición al riesgo

Los Bonos del Tesoro de la República de Argentina que al 31 de diciembre de 2015 asciende a \$ 3.490 (2014: \$ 3.816), corresponden a bonos Argentinos "PAR" y "DISCOUNT," recibidos como parte del programa de canje de deuda sobre la tenencia del título "BONTE - 04," en el 2005. Los bonos recibidos tienen vencimientos entre el 2033 y 2038. El deterioro en el valor de estos bonos se ajusta en función al valor razonable proporcionado por Bloomberg. El deterioro contabilizado al 31 de diciembre de 2015 asciende a US\$ 2.498 (2014: \$ 2.587) y la variación en el valor del deterioro correspondiente a la gestión 2015 es de \$89 (2014: \$ \$160).

Todas las inversiones mantenidas a vencimiento han sido adquiridas en dólares estadounidenses. Por lo tanto, no existe una exposición al riesgo de moneda. Asimismo, no existe un riesgo significativo al riesgo de precio debido a que las inversiones se mantendrán hasta el vencimiento.

6.4 Cartera de préstamos

La composición de la cartera de préstamos pendiente de cobro por país miembro es como sigue:

		31 de diciembre de	
		2015	2014
<u>País</u>			
Argentina		81.375	52.924
Bolivia		91.163	54.298
Brasil		97.870	110.231
Paraguay		82.523	61.717
Uruguay		99.123	89.016
Subtotal cartera de préstamos bruta		452.054	368.186
Menos: Comisiones por administración a devengar		(1.805)	(3.883)
Subtotal Cartera de préstamos		450.249	364.303
Menos: Provisión para posibles pérdidas en préstamos		(2.922)	-
Cartera de préstamos neta		447.327	364.303

Los intereses devengados por cobrar sobre préstamos ascienden a \$2.674 y \$2.264, al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente.



La cartera bruta clasificada por fecha de vencimiento, es como sigue:

Plazo de vencimiento	31 de diciembre de	
	2015	2014
Hasta un año de plazo	1.715	34.116
Entre uno y dos años	799	28.977
Entre dos y tres años	3.429	31.707
Entre tres y cuatro años	46.423	30.565
Entre cuatro y cinco años	27.873	27.171
Más de cinco años	371.815	215.650
Total cartera de préstamos bruta	452.054	368.186

(i) Clasificación de la cartera de préstamos

La cartera de préstamos corresponde en su totalidad a importes por cobrar a los Países miembros que conforman la Cuenca del Plata por financiamientos otorgados con garantía soberana. Los financiamientos que conforman la cartera de préstamos, por su naturaleza y términos relevantes, no constituyen instrumentos financieros derivados. Las cobranzas o amortizaciones de los préstamos son fijas o determinables y no cotizan en un mercado activo. Tal como se expone en la Nota 11, las amortizaciones de los préstamos que serán cobradas dentro de los siguientes 12 meses, son clasificadas como corrientes, caso contrario se clasifican como no corrientes. En la Nota 2.8 se describen las políticas contables utilizadas para la contabilización de la cartera de préstamos y para el reconocimiento del deterioro.

(ii) Valor razonable de la cartera de préstamos

Se considera que el valor de libros se aproxima a su valor razonable, ya que los flujos futuros de efectivo a recibir de estos activos son cercanos al valor contabilizado.

(iii) Deterioro y exposición al riesgo

La provisión para posibles pérdidas en préstamos es mantenida a un nivel que FONPLATA considera adecuado para absorber las pérdidas potenciales inherentes a la cartera de préstamos a la fecha de los estados financieros.

La provisión para posibles pérdidas en préstamos soberanos es establecida con base en la calificación de riesgo individual de los Países prestatarios para su deuda a largo plazo, que se determina como la calificación más baja de riesgo a la fecha de los estados financieros, de tres agencias calificadoras de crédito internacionalmente reconocidas. Estas calificaciones incorporan una probabilidad de incumplimiento ("default"). Debido a su condición de acreedor preferente, y teniendo en cuenta los privilegios e inmunidades concedidos a FONPLATA por sus Países miembros, las cuales están establecidas en su Convenio Constitutivo y en otros acuerdos específicos firmados con los Países, se utiliza un factor que refleja una menor probabilidad de incumplimiento – generalmente equivalente a tres niveles por encima de su calificación de riesgo.

La acumulación de intereses sobre cartera se discontinúa cuando existe una mora superior a 180 días. Los intereses acumulados pendientes de cobro en préstamos declarados en situación de no acumulación se registran al momento de su cobro efectivo, hasta tanto dichos préstamos sean declarados nuevamente en estado de acumulación de ingresos. Tal condición requiere la cancelación de la totalidad de las cuotas de capital

y de los intereses o comisiones adeudados por el prestatario, así como la seguridad de que el mismo ha superado las dificultades financieras que motivaran el atraso en el cumplimiento de sus obligaciones.

FONPLATA no ha tenido ni tiene en la actualidad préstamos en estado de no acumulación de ingresos. No obstante, y consistente con su política de gestión integral de riesgos, FONPLATA constituye una provisión para reflejar la potencial incobrabilidad de su cartera de préstamos.

Asimismo, FONPLATA mantiene políticas de exposición de riesgos para evitar concentrar su cartera de créditos en un solo país, que podría verse afectado por situaciones del mercado u otras circunstancias. Debido a ello, FONPLATA utiliza ciertos parámetros de medición, tales como: patrimonio neto del Fondo y total de la cartera de préstamos. FONPLATA revisa en forma semestral el estado de su cartera de préstamos a fin de evaluar posibles deterioros que pudieran afectar su cobrabilidad, total o parcial. La información acerca de la calidad crediticia, la exposición al riesgo de crédito, moneda y tasa de interés se incluye en la Nota 4.

6.5 Obligaciones con fondos especiales

El saldo mantenido por FONPLATA con los fondos especiales al 31 de diciembre de 2015 y 2014, incluye los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
FOCOM:		
Inversiones manejadas por FONPLATA	5.452	5.510
Retorno sobre inversiones por pagar	24	22
Saldo en subcuenta Banco do Brasil	97	-
Subtotal FOCOM	5.573	5.532
PCT:		
Inversiones manejadas por FONPLATA	3.500	4.000
Retorno sobre inversiones por pagar	16	-
Saldo por cobrar	27	-
Saldo en subcuenta Banco do Brasil	309	852
Gastos cooperación técnica pagados por FONPLATA	-	(274)
Subtotal PCT	3.852	4.578
	9.425	10.110

La Asamblea de Gobernadores de FONPLATA puede crear fondos especiales para propósitos específicos, los que son considerados entidades jurídicas, separadas e independientes de la institución cuyo control es ejercido por los Países miembros a través de la Asamblea de Gobernadores. Por lo tanto, los saldos de dichos fondos no son consolidados por FONPLATA.

Los fondos especiales se fondean a través de la distribución de una porción de los resultados acumulados no asignados o ganancias retenidas mantenidas en la reserva general. En el 2014, la Asamblea de Gobernadores creó y fondeó los siguientes fondos especiales:

- Fondo de compensación de la tasa operativa o margen fijo (FOCOM):** Este fondo tiene la finalidad de ayudar a reducir el costo financiero derivado de los préstamos contraídos por Bolivia, Paraguay y Uruguay con FONPLATA, mediante el pago de una porción de los intereses a ser pagados semestralmente por los prestatarios de estos tres Países miembros. El pago del beneficio conferido por el FOCOM es contingente y determinado en forma anual, por cuenta y orden de los prestatarios. En mayo del 2014, la Asamblea de



Gobernadores asignó como contribución a este fondo, la suma de \$5.510, de los resultados acumulados no asignados al 31 de diciembre del 2013. El FOCOM es administrado por FONPLATA en forma independiente y sus recursos son invertidos de acuerdo a las normas de inversión de activos líquidos del Fondo.

- b. Programa de Cooperación Técnica (PCT): Este fondo fue creado mediante la transformación y transferencia de recursos del "Fondo para Desarrollo de Proyecto de Integración Regional" (FONDEPRO), al PCT. El PCT tiene la finalidad de promover el desarrollo e integración regional que constituyen el foco estratégico de FONPLATA, mediante el financiamiento de estudios, intercambios de conocimiento técnico, apoyos y otras iniciativas. El PCT es administrado por FONPLATA en forma independiente y sus recursos son invertidos de acuerdo a las normas de inversión de activos líquidos del Fondo.

A fin de optimizar el retorno de estos fondos y de acuerdo con sus respectivos reglamentos operativos, las inversiones son manejadas por FONPLATA conjuntamente con sus inversiones.

Los ingresos devengados atribuibles a cada uno de estos fondos, son calculados con base a la proporción que los activos invertibles de cada fondo tienen respecto del monto del portafolio de inversiones manejado por FONPLATA, multiplicado por el resultado por inversiones obtenido en cada ejercicio.

El total de inversiones que FONPLATA administra por cuenta y orden de cada fondo, así como los ingresos devengados, es manejado a través de cuentas relacionadas mantenidas con cada uno de estos fondos especiales.

6.6 Reconocimiento y medición del valor razonable

Esta nota incluye información acerca de los juicios y estimaciones utilizadas en la determinación del valor razonable de los instrumentos financieros que son reconocidos y medidos a valor razonable en los estados financieros. La determinación del valor razonable a ser atribuido a sus activos de inversión es efectuada obteniendo valores de acuerdo con los tres niveles prescritos por las normas de contabilidad. Una explicación para cada nivel se incluye a continuación:

	Nota	Nivel 1 \$
2015		
Inversiones disponibles para la venta	6.2	4.997
2014		
Inversiones disponibles para la venta	6.2	-

Durante la gestión no ha habido instrumentos financieros que se miden a su valor razonable en forma recurrente, para los cuales FONPLATA se haya visto requerida a utilizar las metodologías prescriptas en los niveles 2 y 3. De existir cambios en los métodos de determinación del valor razonable de sus instrumentos financieros de inversión, es política de FONPLATA el reconocer el efecto de tales cambios.

- **Nivel 1:** El valor razonable de los instrumentos financieros negociados en mercados activos (tales como las inversiones disponibles para la venta), están basados en los precios de cotización de mercado determinados al final de la gestión. El precio de cotización utilizado para los activos financieros mantenidos por la institución, es el precio de mercado. Estos instrumentos son incluidos en el nivel 1.
- **Nivel 2:** El valor razonable de los instrumentos financieros que no son negociados en un mercado activo, es determinado utilizando técnicas de valuación, sobre la base del uso de información confiable y observable del mercado, tanto como sea posible. Si toda la información necesaria para determinar el valor razonable de un

instrumento es observable, este instrumento es incluido en el nivel 2. La institución no mantiene instrumentos financieros dentro de esta categoría.

- **Nivel 3:** Si la información considerada significativa o relevante para la determinación del valor razonable no puede ser obtenida del mercado, el instrumento financiero es incluido en el nivel 3. La institución no mantiene instrumentos financieros dentro de esta categoría.

NOTA 7 – ACTIVOS Y PASIVOS NO FINANCIEROS

Esta nota proporciona información acerca de los activos y pasivos no financieros de la institución, incluyendo:

- Información específica de cada tipo de activo y pasivo no financiero.
- Políticas contables utilizadas.
- Información acerca de la determinación del valor razonable de los activos y pasivos, incluyendo los juicios profesionales utilizados y las incertidumbres de las estimaciones aplicadas.

7.1 Propiedades y equipo, neto

La composición de las propiedades y equipo, incluye lo siguiente:

	Propiedades \$	Equipos y Mobiliario \$	Obras de Arte \$	Vehículos \$	Total \$
Valor de origen					
Saldos al 31 de diciembre de 2013	452	737	8	23	1.220
Altas del ejercicio	-	111	-	-	111
Bajas del ejercicio	-	(270)	-	-	(270)
Obras en curso	1.540	-	-	-	1.540
Saldos al 31 de diciembre de 2014	1.992	578	8	23	2.601
Altas del ejercicio	-	84	-	26	110
Bajas del ejercicio	(452)	(191)	-	-	(643)
Obras en curso	320	268	-	-	588
Saldos al 31 de diciembre de 2015	1.860	739	8	49	2.656
Depreciación acumulada					
Saldos al 31 de diciembre de 2013	32	486	-	23	541
Depreciación del ejercicio	32	91	-	-	123
Bajas del ejercicio	-	(237)	-	-	(237)
Saldos al 31 de diciembre de 2014	64	340	-	23	427
Depreciación del ejercicio	-	81	-	-	81
Bajas del ejercicio	(64)	(165)	-	-	(229)
Saldos al 31 de diciembre de 2015	-	256	-	23	279
Valor neto resultante 2015	1.860	483	8	26	2.377
Valor neto resultante 2014	1.928	238	8	-	2.174

Las obras en curso corresponden a inversiones de capital en relación con la compra de espacio en un edificio para albergar la sede principal de FONPLATA. Bajo este rubro se incluye el costo de compra del edificio, mobiliario, equipos de computación y comunicaciones, vehículos, mejoras, y otros, que han sido por los Gobernadores, y conforman el presupuesto de capital. A diferencia del presupuesto de gastos administrativos, que cubre un periodo trianual con estimaciones anuales de gastos, el presupuesto de capital comprende la estimación de la



inversión total a ser requerida para la construcción o adquisición del activo, más los costos a ser incurridos hasta que el mismo esté en condiciones de ser utilizado. El presupuesto de inversiones de capital para el 2016 comprende el valor de compra original del inmueble para la nueva sede con más los costos de su readecuación y equipamiento, estimados en aproximadamente \$4.536.

En el 2013, los Directores de FONPLATA apoyaron la compra de un inmueble propio para la sede principal del Fondo, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Por su parte la Asamblea de Gobernadores aprobó los recursos presupuestarios para esa compra.

El monto originalmente aprobado en dicha oportunidad correspondía solamente a la compra del edificio, por lo que, en apropiaciones y reasignaciones de fondos sucesivas, dicho presupuesto fue suplementado para incorporar el costo estimado de las instalaciones eléctricas, de redes de comunicación e informática y equipos, mobiliario, particiones de oficinas y otras mejoras. De acuerdo con las estimaciones recibidas de la empresa constructora, se espera que FONPLATA podrá instalarse formalmente en su nueva sede en el 2016. En dicha oportunidad, el total actualmente acumulado en obras en curso será discriminado en los siguientes componentes: (i) edificios; (ii) mobiliario y equipos e (iii) instalaciones.

El total mostrado bajo obras en curso incluye el valor de los pagos acumulados efectuados bajo certificaciones de obras por \$1.860 y \$1.540 al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente, así como el costo de bienes muebles adquiridos para ser instalados en la nueva sede por \$268 los que se encontraban en tránsito al 31 de diciembre de 2015. Asimismo, en 2015, se adquirió un nuevo vehículo, el que fue importado y consignado a nombre de FONPLATA bajo la modalidad FOB.

(ii) Métodos de depreciación, revaluación y vidas útiles

Hasta el 31 de diciembre de 2014, las inversiones en propiedades eran reconocidas a su valor razonable basado en avalúos periódicos, realizados por un perito independiente, menos las depreciaciones posteriores reconocidas sobre este activo. El valor adicional generado por el revalúo es acreditado a las otras reservas dentro del patrimonio neto. Durante la gestión 2015, la institución ha vendido el activo revaluado, por lo que ha contabilizado la baja de este activo, así como su reserva incluida en el patrimonio neto. Todos los otros activos incluidos en este rubro son reconocidos a su valor histórico menos depreciación.

La depreciación es calculada utilizando el método de línea recta para reconocer los costos o valores revaluados, de acuerdo con las vidas útiles estimadas de los activos. Las vidas útiles aplicadas para la depreciación de los activos, son:

Detalle	Vida útil
Propiedades:	
Terrenos	No se amortizan
Edificios	40 años
Equipos y mobiliario:	
Mejoras a inmuebles arrendados	Término del contrato
Mobiliario y equipos	8 a 10 años
Equipos de computación y aplicaciones	4 años
Vehículos	5 años
Obras de arte	No se amortizan

En la Nota 2.9 se incluye información adicional sobre las políticas contables aplicadas a las propiedades y equipos.

7.2 – Misceláneos

En este rubro se incluyen saldos menores a favor de FONPLATA en concepto de anticipos a proveedores, gastos pagados por adelantado, depósito de garantía del alquiler de los edificios ocupados por la sede principal de FONPLATA en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, y las oficinas ocupadas en Asunción, Paraguay.

La composición de otros activos incluye los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
	\$	\$
Gastos a rendir	2	--
Anticipos a proveedores	3	9
Gastos pagados por adelantado	67	55
Cuentas por cobrar	7	7
Préstamos al personal	--	118
Acciones CODETEL	33	36
Depósitos en garantía	24	24
	<u>136</u>	<u>249</u>
Total		

7.3 – Provisiones a largo plazo

Incluye todos los saldos por pagar por concepto de provisión para indemnización por término de servicios. El saldo de estos beneficios al 31 de diciembre de 2015 y 2014, asciende a US\$ 411 y US\$ 382, respectivamente.

NOTA 8 – PATRIMONIO NETO

8.1. Capital integrado

El capital autorizado de FONPLATA al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente, asciende a \$1.639.200, consistente en \$799.200 de capital pagadero en efectivo, y de \$840.000 de capital exigible. El pago del capital exigible suscrito, se efectuará cuando sea requerido, previa aprobación de los Gobernadores del Fondo, cuando se necesite para satisfacer aquellas obligaciones financieras de FONPLATA, en caso que el Fondo no estuviere en capacidad de cumplir las mismas con sus propios recursos.

La composición del capital de FONPLATA por país miembro al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente, es como sigue:

País miembro	Capital suscrito		Total capital suscrito ¹	Total capital autorizado ¹	Participación %
	En efectivo ¹	Exigible			
• Argentina	266.410	280.014	546.424	546.424	33,3
• Bolivia	88.793	93.324	182.117	182.117	11,1
• Brasil	266.410	280.014	546.424	546.424	33,3
• Paraguay	88.793	93.324	182.117	182.117	11,1
• Uruguay	88.793	93.324	182.117	182.117	11,1
	<u>799.200</u>	<u>840.000</u>	<u>1.639.200</u>	<u>1.639.200</u>	<u>100,0</u>

Asimismo, el estado de suscripción e integración del capital pagadero en efectivo y de suscripción del capital



exigible al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente, es el siguiente:

31 de diciembre de 2015				
Capital suscrito en efectivo				
País miembro	Integrado. ¹	A integrar. ¹	Total	Participación
• Argentina	196.410	70.000	266.410	33,3
• Bolivia	65.460	23.333	88.793	11,1
• Brasil	149.744	116.667	266.410	33,3
• Paraguay	65.460	23.333	88.793	11,1
• Uruguay	65.460	23.333	88.793	11,1
	542.533	256.667	799.200	100,0

31 de diciembre de 2014				
Capital suscrito en efectivo				
País miembro	Integrado	A integrar	Total ¹	Participación
• Argentina	173.077	93.333	266.410	33,3
• Bolivia	57.682	31.111	88.793	11,1
• Brasil	149.744	116.667	266.411	33,3
• Paraguay	57.682	31.111	88.793	11,1
• Uruguay	57.682	31.111	88.793	11,1
	495.867	303.333	799.200	100,0

31 de diciembre de 2015				
Capital suscrito exigible				
País miembro	Comprometido	A Comprometer	Total	Participación
• Argentina	120.006	160.008	280.014	33,3
• Bolivia	39.996	53.328	93.324	11,1
• Brasil	280.014	-,-	280.014	33,3
• Paraguay	93.324	-,-	93.324	11,1
• Uruguay	93.324	-,-	93.324	11,1
	626.664	213.336	840.000	100,0

31 de diciembre de 2014				
Capital suscrito exigible				
País miembro	Comprometido	A Comprometer	Total	Participación %
• Argentina	66.670	213.344	280.014	33,3
• Bolivia	22.220	71.104	93.324	11,1
• Brasil	280.014	-,-	280.014	33,3
• Paraguay	22.220	71.104	93.324	11,1
• Uruguay	93.324	-,-	93.324	11,1
	484.448	355.552	840.000	100,0

¹ Por razones de redondeo a miles de dólares estadounidenses, las cifras parciales difieren de la suma total.

8.2. Otras reservas

El Fondo mantiene reservas originadas por ganancias no realizadas, consideradas como otros resultados integrales por los siguientes conceptos:

- Reserva por revaluación de propiedades** – Esta reserva es resultado de la aplicación de normas vigentes que permiten la revalorización de los bienes de uso para compensar el efecto de la inflación. El saldo mantenido bajo este concepto en la “Reserva revaluación técnica de propiedades,” fue dado de baja el 2015, como resultado de la venta del edificio que en su momento sirviera como sede principal de FONPLATA en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, y que se encontraba desocupado, por no adecuarse a las necesidades actuales del Fondo.
- Reserva para cambios en inversiones en valores negociables** – Bajo este rubro, y hasta el 30 de septiembre de 2015, FONPLATA había venido registrando las variaciones en el valor de este instrumento financiero. Estos títulos tienen un valor nominal de referencia y un valor cero a su vencimiento. Consistente con su intención de mantener este instrumento hasta su vencimiento para generar una renta, FONPLATA ha tomado la decisión de dar de baja de sus inversiones el valor de mercado de estos títulos, y consecuentemente desafectar de esta reserva el total acumulado por este concepto al 31 de diciembre de 2015.
- Reserva para cambios en inversiones disponibles para la venta** – El saldo de \$2 mostrado bajo esta reserva al 31 de diciembre de 2015, corresponde a las variaciones acumuladas en el valor de mercado sobre instrumentos disponibles para la venta.

8.3. Utilidades retenidas y reservas

Las utilidades retenidas al 31 de diciembre de 2015, ascienden a \$ 9.325, mismos que incluyen los saldos de los resultados del ejercicio por un monto de \$ 7.034 y los resultados acumulado por un monto de \$2.291, que corresponden al ajuste del cálculo de comisión de administración por \$1.986 y \$305 a la reclasificación de la reserva por revalúo técnico por venta del inmueble.

Al 31 de diciembre de 2014, las utilidades retenidas alcanzaron un valor de \$7.756, compuestos por los resultados del ejercicio \$7.731 y \$25 por reclasificación por el importe devengado de la depreciación del inmueble revaluado.

Las Políticas Financieras del Fondo prevén que los Resultados Acumulados no Asignados serán utilizados para financiar la preservación del valor del patrimonio en el tiempo y para financiar el Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) y el Programa Cooperación Técnica (PCT).

La Asamblea de Gobernadores de fecha 7 de agosto de 2015, asignó a la Reserva General la suma de \$25.599, consistentes de \$7.756 provenientes de los Resultados Acumulados no Asignados y \$17.843, provenientes de las Reservas para Imprevistos, cancelando así esta última (Resolución A.G. 151/2015).

El saldo mantenido en la Reserva General al 31 de diciembre de 2015, y 2014, respectivamente, es como sigue:



	Cobertura para imprevistos	Reserva General	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2014	17.843	40.055	57.898
Distribución Asamblea de Gobernadores 2015:			
Resultado del ejercicio	--	7.756	7.756
Reclasificación	(17.843)	17.843	--
Saldo al 31 de diciembre 2015	--	65.654	65.654

NOTA 9 - INGRESOS

La composición de los ingresos es como sigue:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
	\$	\$
Ingresos por préstamos:		
Intereses	10.911	9.402
Comisiones de compromiso	1.673	1.708
Comisiones de administración	1.190	305
Subtotal	13.774	11.415
Ingresos por inversiones:		
Intereses	1.246	1.088
Otros	43	11
Subtotal	1.289	1.099
Otros ingresos	274	6
Total de ingresos	15.337	12.520

NOTA 10 - GASTOS ADMINISTRATIVOS

Desde 2013, FONPLATA ha adoptado un sistema de presupuesto basado en resultados con indicadores que permiten medir los resultados alcanzados y su costo, a través de relacionar las metas de gobernanza, operativas, financieras y administrativas con las actividades y recursos requeridos para las mismas. Durante los ejercicios finalizados el 31 de diciembre de 2015 y 2014, FONPLATA alcanzó un porcentaje de ejecución de su presupuesto administrativo equivalente al 79% y 80%, respectivamente. La composición del gasto administrativo por tipo de actividad funcional es como sigue:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
Clasificación del gasto		
Gastos de personal	3.461	2.966
Gastos de servicio	433	520

31

	31 de diciembre de	
	2015	2014
Clasificación del gasto		
Servicios profesionales	584	408
Audidores externos	31	21
Gastos de administración	791	686
Gastos financieros	96	160
Total del presupuesto administrativo	5.396	4.761
Depreciación	81	193
Ganancia en variaciones provisión para bonos de Argentina	(89)	(160)
Diferencias de cambio	(7)	(5)
Total de gastos administrativos	5.381	4.789

NOTA 11 - ANÁLISIS DE MADUREZ DE ACTIVOS Y PASIVOS

Las siguientes tablas muestran un análisis de los activos y pasivos analizados según el momento en que se espera sean recuperados o pagados al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente:

	Corriente (Hasta 1 año)	No Corriente (Más de 1 año)	Total
Al 31 de diciembre de 2015			
ACTIVOS			
Efectivo y depósitos en bancos	17.618	--	17.618
Inversiones			
Disponibles para la venta	4.997	--	4.997
Mantenidas hasta su vencimiento	132.742	19.416	152.158
Cartera de préstamos			
Préstamos pendientes de cobro	1.325	448.924	450.249
Provisión para pérdidas en préstamos	--	(2.922)	(2.922)
Intereses y otros cargos acumulados			
Sobre inversiones	330	--	330
Intereses y comisiones sobre préstamos	2.674	--	2.674
Otros activos			
Propiedades y equipos, neto	--	2.377	2.377
Misceláneos	106	30	136
Total de activos	159.792	467.825	627.617
PASIVOS			
Otros pasivos	271	--	271
Fondos especiales	9.425	--	9.425
Provisiones a largo plazo	--	411	411
Total de pasivos	9.696	411	10.107

	Corriente (Hasta 1 año)	No Corriente (Más de 1 año)	Total
Al 31 de diciembre de 2014			
ACTIVOS			
Efectivo y depósitos en bancos	45.206	--	45.206
Inversiones			
Disponibles para la venta	--	--	--
Mantenidas hasta su vencimiento	151.505	7.434	158.939
Cartera de préstamos			
Préstamos pendientes de cobro	33.771	330.532	364.303

32



	Corriente (Hasta 1 año)	No Corriente (Más de 1 año)	Total
Provisión para pérdidas en préstamos	--	--	--
Intereses y otros cargos acumulados			
Sobre inversiones	39	--	39
Intereses y comisiones sobre préstamos	2.264	--	2.264
Otros activos			
Propiedades y equipos, neto	--	2.174	2.174
Misceláneos	249	--	249
Total de activos	233.034	340.140	573.174
PASIVOS			
Otros pasivos	228	--	228
Fondos especiales	10.110	--	10.110
Provisiones a largo plazo	280	102	382
Total de pasivos	10.618	102	10.720

NOTA 12 – INMUNIDADES, EXENCIONES Y PRIVILEGIOS

De conformidad con lo establecido en el "Acuerdo de Inmunidades, Exenciones y Privilegios del Fondo para el Desarrollo de la Cuenca del Plata en el territorio de los Países Miembros", instrumento de derecho internacional debidamente ratificado por los cinco Países Miembros, FONPLATA puede tener en su poder recursos en cualquier moneda, divisas corrientes, así como títulos, acciones, valores y bonos, pudiendo transferirlos libremente de un país a otro y de un lugar a otro en el territorio de cualquier país y convertirlos en otras monedas.

Igualmente, el mencionado Acuerdo determina que FONPLATA y sus bienes están exentos en el territorio de los Países Miembros de todo impuesto directo y de derechos de aduana, respecto a los artículos importados o exportados para su uso oficial, agregando que, en principio, no reclamará la exención de impuestos al consumo, a la venta y de otros indirectos. Sin embargo, los Países Miembros adoptarán, siempre que les sea posible, las disposiciones administrativas pertinentes para la exención o reembolso de la cantidad correspondiente a tales impuestos cuando efectúe, para su uso oficial, compras importantes en cuyo precio esté incorporado el impuesto.

De forma complementaria, tanto del Acuerdo de Inmunidades, Exenciones y Privilegios como de los Convenios de Sede suscritos con el Estado Plurinacional de Bolivia y la República del Paraguay, surge que las propiedades de FONPLATA, bienes y activos estarán exentos de toda clase de impuestos, contribuciones y gravámenes, ya sea de carácter nacional, departamental, municipal o de cualquier otro tipo.

NOTA 13 – INFORMACIÓN POR SEGMENTOS

(a) Descripción del segmento

FONPLATA, con base a un análisis de sus operaciones, ha determinado que tiene un solo segmento operativo, ya que no administra sus operaciones asignando sus recursos considerando la contribución de operaciones individuales a los ingresos netos del Fondo. FONPLATA no diferencia entre la naturaleza de los préstamos o servicios prestados, el proceso de su preparación, o el método para elaborar sus operaciones de préstamos o prestar servicios a sus Países miembros. Todas las operaciones desarrolladas por la institución son realizadas por la administración central y no mantiene actividades operativas en otras zonas geográficas. Las operaciones realizadas por FONPLATA, consiste en otorgar financiamiento a los siguientes Países que confirman la Cuenca del Plata, los cuales serán considerados como segmentos a efectos de la presente nota: Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, y Uruguay.

(b) Activos por segmentos

La composición de la cartera de préstamos por país, es la siguiente:

	Cartera bruta	Comisiones por devengar	Deterioro	Cartera de Préstamos	Intereses y comisiones por cobrar	Total
Al 31 de diciembre de 2015:						
Argentina	81.375	(607)	(1.829)	78.939	1.043	79.982
Bolivia	91.163	(726)	(482)	89.955	427	90.382
Brasil	97.870	--	(214)	97.656	840	98.496
Paraguay	82.523	(273)	(254)	81.996	279	82.275
Uruguay	99.123	(199)	(143)	98.781	85	98.866
Total	452.054	(1.805)	(2.922)	447.327	2.674	450.001
Al 31 de diciembre de 2014:						
Argentina	52.924	(778)	--	52.146	782	52.928
Bolivia	54.298	(880)	--	53.418	344	53.762
Brasil	110.231	(712)	--	109.519	882	110.401
Paraguay	61.717	(735)	--	60.982	188	61.170
Uruguay	89.016	(778)	--	88.238	68	88.306
Total	368.186	(3.883)	--	364.303	2.264	366.567

La composición de la cartera bruta de préstamos por país y su distribución por segmento de industria es como sigue:

	Infraestructura de comunicaciones, transporte, energía y logística	Infraestructura para el desarrollo productivo	Infraestructura para el desarrollo socioeconómico	Total
Al 31 de diciembre de 2015:				
Argentina	27.036	4.913	49.426	81.375
Bolivia	81.933	--	9.230	91.163
Brasil	43.802	--	54.068	97.870
Paraguay	82.523	--	--	82.523
Uruguay	99.123	--	--	99.123
Total	334.417	4.913	112.724	452.054
Al 31 de diciembre de 2014:				
Argentina	36.907	2.771	13.246	52.924
Bolivia	54.298	--	--	54.298
Brasil	49.543	--	60.688	110.231
Paraguay	61.717	--	--	61.717
Uruguay	89.016	--	--	89.016
Total	291.481	2.771	73.934	368.186



Asimismo, los saldos pendientes de desembolso en préstamos en ejecución y su distribución por país, es la siguiente:

	31 de diciembre de	
	2015	2014
Argentina	138.989	87.672
Bolivia	126.337	164.441
Brasil	-	3.048
Paraguay	101.557	45.907
Uruguay	43.378	22.984
Total	410.261	324.052

El rendimiento promedio de la cartera de préstamos se muestra a continuación:

	31 de diciembre	
	2015	2014
	Monto	Rendimiento promedio %
Cartera de préstamos	410.120	3,36%
	339.227	3,53%

(c) Ingresos por segmentos

Los ingresos por intereses y otros ingresos, se detallan a continuación:

	Intereses sobre préstamos	Otros ingresos operativos	Total
	\$	\$	\$
Al 31 de diciembre de 2015:			
Argentina	2.114	898	3.012
Bolivia	1.937	1185	3.122
Brasil	3.271	74	3.345
Paraguay	1.583	388	1.972
Uruguay	2.006	318	2.323
Total	10.911	2.863	13.774
Al 31 de diciembre de 2014:			
Argentina	1.919	773	2.692
Bolivia	1.309	463	1.772
Brasil	3.389	202	3.591
Paraguay	1.211	348	1.559
Uruguay	1.574	227	1.801
Total	9.402	2.013	11.415

NOTA 14 – ENTIDADES RELACIONADAS

Como se indica en las Notas 1 y 6.4, FONPLATA sólo otorga financiamientos a sus cinco Países prestatarios, quienes a su vez, son los dueños y accionistas del Fondo. Todas las operaciones de financiamiento son efectuadas en pleno cumplimiento de las políticas y lineamientos aprobados por la Asamblea de Gobernadores, el Directorio Ejecutivo

o el Presidente Ejecutivo, de acuerdo con lo requerido. Consecuentemente, FONPLATA no efectúa transacciones con sus Países miembros en términos diferentes a los establecidos en sus políticas y lineamientos.

Los saldos y transacciones mantenidas con entidades relacionadas al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente, corresponden a los saldos mantenidos con el FOCOM, PCT y la Cuenta Especial para Beneficios de Terminación, tal como se explica en mayor detalle en las notas 2.11 y 6.5, y notas 2.12 y 7.3, respectivamente.

NOTA 15 – CONTINGENCIAS

No se han identificado contingencias que pudieran afectar materialmente a los Estados Financieros de FONPLATA al 31 de diciembre de 2015 y 2014, respectivamente.

NOTA 16 – HECHOS POSTERIORES

Con fecha 28 de enero de 2016, demostrando su apoyo a la gestión de FONPLATA durante el periodo 2012 – 2015 y su compromiso con el crecimiento de la capacidad prestable para atender la demanda creciente de financiamiento de sus Países miembros, la 14ª Asamblea Extraordinaria de Gobernadores aprobó un nuevo aumento de capital. Este nuevo aumento, que comenzará a hacerse efectivo en el 2017 y culminará de ser integrado en el 2024, resultará en un incremento de \$1.375.000 en la capacidad prestable. El aumento de capital consiste de \$550.000 de capital integrable en efectivo en siete cuotas anuales a partir del año 2018.

El Fondo ha evaluado la existencia de hechos posteriores hasta el 31 de enero de 2016.


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jaqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS





FONPLATA



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA (PCT)

Estados financieros al 31 de diciembre de 2015 y 2014

CONTENIDO

Dictamen del auditor independiente
Estado de situación financiera
Estado de cambios en el saldo del Programa
Estado de evolución del patrimonio neto
Notas a los estados financieros

US\$ = dólar estadounidense



DICTAMEN DEL AUDITOR INDEPENDIENTE

8 de abril de 2016

Al Sr. Administrador del
Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por Fondo
Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Hemos auditado los estados financieros adjuntos del Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) que comprenden el estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2015, el estado de cambios en el saldo del Programa, y el estado de evolución del patrimonio neto correspondiente al ejercicio terminado en dicha fecha, así como un resumen de las políticas contables significativas y otra información explicativa. Los estados financieros del Programa por el año terminado al 31 de diciembre de 2014, no fueron auditados, consecuentemente no expresamos opinión sobre ellos.

Responsabilidad de la Administración en relación con los estados financieros

La Administración es responsable de la preparación y presentación razonable de los estados financieros adjuntos de conformidad con las Normas Contables descriptas en la Nota 2 a los estados financieros y del control interno que la Administración considere necesario para permitir la preparación de estados financieros libres de errores materiales, debido a fraude o error.

Responsabilidad del auditor

Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre los estados financieros de 2015 adjuntos basada en nuestra auditoría. Hemos llevado a cabo nuestra auditoría de conformidad con las Normas Internacionales de Auditoría. Dichas normas exigen que cumplamos los requerimientos de ética, así como que planifiquemos y ejecutemos la auditoría con el fin de obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros de 2015 están libres de presentaciones incorrectas significativas.

Una auditoría conlleva la aplicación de procedimientos para obtener evidencia de auditoría sobre los importes y la información revelada en los estados financieros. Los procedimientos seleccionados dependen del juicio del auditor, incluida la valoración de los riesgos de error material en los estados financieros, debido a fraude o error. Al efectuar dichas valoraciones del riesgo, el auditor tiene en cuenta el control interno relevante para la preparación y presentación razonable por parte del Programa de los estados financieros, con el fin de diseñar los procedimientos de auditoría que sean adecuados en función de las circunstancias, y no con la finalidad de expresar una opinión sobre la eficacia del control interno del Programa. Una auditoría también incluye la evaluación de lo adecuado de las políticas contables aplicadas y de la razonabilidad de las estimaciones contables realizadas por la Administración, así como la evaluación de la presentación de los estados financieros en su conjunto.

PricewaterhouseCoopers S.R.L. Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Del Piso 1. Equápetrol Norte Calle Dr. Viador
Pinto esquina calle I, T: (591-3) 3444311, F: (591-3) 3444312, www.pwc.com/bo





Consideramos que la evidencia de auditoría que hemos obtenido proporciona una base suficiente y adecuada para nuestra opinión de auditoría.

Opinión

En nuestra opinión, los estados financieros de 2015 antes mencionados presentan razonablemente, en todos los aspectos materiales, la situación financiera de Programa de Cooperación Técnica (FCT) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) al 31 de diciembre de 2015, así como los cambios en el saldo del Programa y la evolución del patrimonio neto correspondiente al ejercicio terminado en dicha fecha, de conformidad con las Normas Contables descritas en la Nota 2 a los estados financieros.

Restricción de distribución

Este informe ha sido emitido solamente para información y uso del Administrador del Programa y de la Asamblea de Gobernadores y Ejecutivos de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) y no deberá ser utilizado para otro propósito ni por ninguna otra parte.

Ricardo A. Lopez



PROGRAMA DE COOPERACION TECNICA

ESTADO DE SITUACIÓN FINANCIERA (Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Al 31 de diciembre de	
	2015	2014
Activo		
FONPLATA - Cuenta por cobrar - Nota 3	3.852	4.852
Total activo	3.852	4.852
Pasivo y Saldo del Fondo		
Pasivo		
Cuentas por pagar - Nota 4	476	531
Total pasivo	476	531
Saldo del Fondo - Nota 5	3.376	4.321
Total pasivo y saldo del fondo	3.852	4.852


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Jaqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS





PROGRAMA DE COOPERACION TECNICA

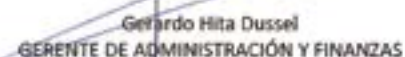
ESTADO DE CAMBIOS EN EL SALDO DEL PROGRAMA
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Ejercicios terminados al 31 de diciembre de	
	2015	2014
Ingresos		
Rendimientos en inversiones	26	3
Total ingresos	26	3
Financiamientos no reembolsables - Nota 6		
Otros gastos de Cooperación no Rembolsable	-	(51)
Cooperación IIRSA	(164)	(180)
Cooperación Argentina	(344)	(138)
Cooperación Bolivia	-	(18)
Cooperación Paraguay	(333)	(227)
Cooperación UCAR	(130)	-
Total	(971)	(614)
Cambios en el saldo del Fondo	(945)	(611)


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



PROGRAMA DE COOPERACION TECNICA

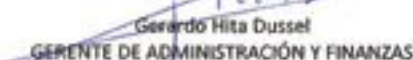
ESTADO DE EVOLUCIÓN DEL PATRIMONIO NETO
POR LOS EJERCICIOS TERMINADOS AL 31 DE DICIEMBRE DE 2015 Y 2014
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Saldo del Fondo	Cambios en saldo del Fondo	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2014	4.932	(611)	4.321
Cambios del Fondo	-	(945)	(945)
Saldo al 31 de diciembre de 2015	4.932	(1.556)	3.376


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS





PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

NOTAS A LOS ESTADOS FINANCIEROS EJERCICIOS FINALIZADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2015 Y 2014 (Cifras en miles de dólares estadounidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

FONPLATA es una persona jurídica internacional, de duración indefinida, que se rige por las disposiciones contenidas en su Convenio Constitutivo y en sus Reglamentos.

El objetivo de FONPLATA es financiar, dentro de los términos del Artículo I del Tratado de la Cuenca del Plata, la realización de estudios, proyectos, programas y obras tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que gestione y obtenga de otras fuentes de financiamiento.

Entre las principales funciones de FONPLATA, están el otorgamiento de préstamos, fianzas y avales; la obtención de préstamos externos con la responsabilidad solidaria de sus Países Miembros; el financiamiento de estudios de pre inversión, con el propósito de identificar oportunidades de inversión o proyectos de interés para la Cuenca; el financiamiento y contratación de asistencia y asesoramiento técnico; así como acometer todas aquellas funciones que sean propicias para el mejor cumplimiento de sus objetivos.

En el año 2014, la Asamblea de Gobernadores creó el Programa de Cooperación Técnica de FONPLATA (PCT). El PCT fue creado mediante la transferencia a este último de los recursos que eran mantenidos bajo el Fondo para el Desarrollo de Proyectos de Integración Regional (FONDEPRO).

El Objetivo del PCT es financiar, mediante el otorgamiento de fondos en donación o de recuperación contingente, cooperaciones técnicas para el mejoramiento de los conocimientos, fortalecimiento de las capacidades intelectuales, técnicas e institucionales de los prestatarios de FONPLATA, así como la promoción de la transferencia y la adaptación de tecnologías y conocimientos aplicados, y la realización de seminarios técnicos y eventos similares.

NOTA 2 – RESUMEN DE PRINCIPALES POLÍTICAS CONTABLES

Los Estados Financieros adjuntos han sido preparados de conformidad con las normas contables detalladas abajo, que son coincidentes en todos los aspectos significativos de valuación con las Normas Internacionales de Información Financiera o NIIF (IFRS por sus siglas en inglés), emitidas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), con el dólar de los Estados Unidos de América como moneda funcional.

La preparación de los estados financieros requiere que la Presidencia Ejecutiva haga supuestos y estimaciones que afectan los montos presentados para los activos y pasivos, así como de ingresos y gastos, durante el período correspondiente. Los estimados más relevantes que afectan la preparación de los estados financieros del PCT se relacionan con el reconocimiento de ingresos y gastos por concepto de cooperación técnica. Las estimaciones y juicios son continuamente evaluados y están basados en normas legales vigentes y otros factores, incluyendo la expectativa de eventos futuros, que son razonables bajo las actuales circunstancias. Los resultados reales podrían diferir de dichas estimaciones.



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

El efectivo y las inversiones del PCT son administradas por FONPLATA en forma independiente y están expuestas en los estados financieros adjuntos dentro del saldo de la cuenta FONPLATA – Saldo por cobrar. Asimismo, el saldo al 31 de diciembre expuesto bajo esta cuenta, incluye, el saldo de banco, el monto de ingresos por inversiones atribuible al PCT en la proporción a los activos de inversión que son administrados por FONPLATA. Previa aprobación de la Presidencia Ejecutiva, el rendimiento de las inversiones atribuibles al PCT, es capitalizada como parte de la masa de activos líquidos invertibles.

Los gastos corresponden a los compromisos contraídos por el PCT en virtud del plan de trabajo establecido para cada cooperación técnica aprobada.

NOTA 3 – FONPLATA/Saldos por cobrar

El saldo reflejado en esta cuenta incluye el monto de los activos líquidos del PCT que es manejado directamente por FONPLATA, conjuntamente con sus inversiones, así como por la porción de Ingresos sobre inversiones atribuible al PCT al cierre del ejercicio y otras cuentas por cobrar.

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
Bancos	309	852
Inversiones	3.500	4.000
Intereses por cobrar	16	-
Otras cuentas por cobrar	27	-
Total	3.852	4.852

NOTA 4 – Cuentas por pagar

Corresponde, a los compromisos incurridos y pendientes de cancelación al cierre del ejercicio bajo los proyectos de cooperación técnica en ejecución, así como el saldo pendiente de ejecución de los Fondos financiados bajo el programa Unidad para el Cambio Rural (UCAR) que tiene como objetivo la preparación de proyectos y estudios de desarrollo agropecuario en la República Argentina.

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
OCT/BINAC/PAR-01/2008	122	-
OCT/BINAC/ARG-01/2008	105	116
OCT/IRSA-08/2015	129	-
OCT/IRSA-04/2004	-	134
UCAR – Previsión	52	-
Fondos UCAR	68	-
Otros gastos por pagar	-	6
Otras cuentas por pagar a FONPLATA	-	275
Total	476	531





PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

NOTA 5 – Saldo del Fondo

El saldo del Fondo a la fecha de cierre del ejercicio, es la siguiente:

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
Saldo inicial	4.321	4.932
Ingresos por inversiones	26	3
Gastos de cooperación técnica	(971)	(614)
Total	3.376	4.321

NOTA 6 – Financiamientos no reembolsables

La composición de los financiamientos no reembolsables para las gestiones 2015 y 2014 del Fondo está conformado como se indica a continuación:

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
OCT-NR-IIRSA-8/2015	(200)	-
OCT-NR-IIRSA-4/2002	36	(180)
OCT/BINAC/ARG-1/2008	(344)	(138)
OCT/NR-BOL-06/2014	-	(18)
OCT/BINAC/PAR-1/2008	(305)	(227)
OCT-NR-PAR-07/2015	(28)	-
Cooperación UCAR	(130)	-
Otros gastos de Cooperación no Reembolsable	-	(51)
Total	(971)	(614)

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jaqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

FONDO ESPECIAL DE COMPENSACION DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

Estados financieros al 31 de diciembre de 2015 y 2014

CONTENIDO

Dictamen del auditor independiente
Estado de situación financiera
Estado de cambios en el saldo del Fondo
Estado de evolución del patrimonio neto
Notas a los estados financieros

US\$ = dólar estadounidense





DICTAMEN DEL AUDITOR INDEPENDIENTE

8 de abril de 2016

Al Sr. Administrador del
Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo
Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Hemos auditado los estados financieros adjuntos de Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) que comprenden el estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2015, el estado de cambios en el saldo del Fondo y el estado de evolución del patrimonio neto correspondiente al ejercicio terminado en dicha fecha, así como un resumen de las políticas contables significativas y otra información explicativa. Los estados financieros del Fondo por el año terminado al 31 de diciembre de 2014, no fueron auditados, consecuentemente no expresamos opinión sobre ellos.

Responsabilidad de la Administración en relación con los estados financieros

La Administración es responsable de la preparación y presentación razonable de los estados financieros adjuntos de conformidad con las Normas Contables descriptas en la Nota 2 a los estados financieros, y del control interno que la Administración considere necesario para permitir la preparación de estados financieros libres de errores materiales, debido a fraude o error.

Responsabilidad del auditor

Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre los estados financieros de 2015 adjuntos basada en nuestra auditoría. Hemos llevado a cabo nuestra auditoría de conformidad con las Normas Internacionales de Auditoría. Dichas normas exigen que cumplamos los requerimientos de ética, así como que planifiquemos y ejecutemos la auditoría con el fin de obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros de 2015 están libres de presentaciones incorrectas significativas.

Una auditoría conlleva la aplicación de procedimientos para obtener evidencia de auditoría sobre los importes y la información revelada en los estados financieros. Los procedimientos seleccionados dependen del juicio del auditor, incluida la valoración de los riesgos de error material en los estados financieros, debido a fraude o error. Al efectuar dichas valoraciones del riesgo, el auditor tiene en cuenta el control interno relevante para la preparación y presentación razonable por parte del Fondo de los estados financieros, con el fin de diseñar los procedimientos de auditoría que sean adecuados en función de las circunstancias, y no con la finalidad de expresar una opinión sobre la eficacia del control interno del Fondo. Una auditoría también incluye la evaluación de lo adecuado de las políticas contables aplicadas y de la razonabilidad de las estimaciones contables realizadas por la Administración, así como la evaluación de la presentación de los estados financieros en su conjunto.



Consideramos que la evidencia de auditoría que hemos obtenido proporciona una base suficiente y adecuada para nuestra opinión de auditoría.

Opinión

En nuestra opinión, los estados financieros de 2015 antes mencionados presentan razonablemente, en todos los aspectos materiales, la situación financiera de Fondo Especial de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) al 31 de diciembre de 2015, así como los cambios en el saldo del Fondo y la evolución del patrimonio neto correspondiente al ejercicio terminado en dicha fecha, de conformidad con las Normas Contables descriptas en la Nota 2 a los estados financieros.

Restricción de distribución

Este informe ha sido emitido solamente para información y uso del Administrador del Fondo y de la Asamblea de Gobernadores y Ejecutivos de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) y no deberá ser utilizado para otro propósito ni por ninguna otra parte.

PricewaterhouseCoopers





FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

ESTADO DE SITUACIÓN FINANCIERA
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Al 31 de diciembre de	
	2015	2014
Activo		
FONPLATA - Cuentas por cobrar - Nota 3	5.573	5.532
Total activo	5.573	5.532
Pasivo y saldo del fondo		
Pasivo		
Financiamientos por desembolsar - Nota 4	10	-
Total pasivo	10	-
Saldo del fondo - Nota 5	5.563	5.532
Total pasivo y saldo del fondo	5.573	5.532


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

ESTADO DE CAMBIOS EN EL SALDO DEL FONDO
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Ejercicios terminados al 31 de diciembre de	
	2015	2014
Ingresos		
Rendimientos en inversiones	44	22
Total ingresos	44	22
Gastos		
Financiamientos no reembolsables	(13)	-
Total gastos	(13)	-
Cambios en el saldo de Fondo	31	22


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS





FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

ESTADO DE EVOLUCIÓN DEL PATRIMONIO NETO
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Saldo del Fondo	Cambios en saldo del Fondo	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2014	5.510	22	5.532
Cambios del Fondo	-	31	31
Saldo al 31 de diciembre de 2015	5.510	53	5.563


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jaqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

NOTAS A LOS ESTADOS FINANCIEROS
EJERCICIOS FINALIZADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2015 Y 2014
(Cifras en miles de dólares estadounidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

Antecedentes

El Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA o el Fondo), fue creado mediante el Convenio Constitutivo suscrito por los gobiernos de la Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, que entró en vigencia en fecha 14 de octubre de 1976.

FONPLATA es una persona jurídica internacional, de duración indefinida, que se rige por las disposiciones contenidas en su Convenio Constitutivo y en sus Reglamentos.

El objetivo de FONPLATA es financiar, dentro de los términos del Artículo I del Tratado de la Cuenca del Plata, la realización de estudios, proyectos, programas y obras tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que gestione y obtenga de otras fuentes de financiamiento.

Entre las principales funciones de FONPLATA, están el otorgamiento de préstamos, fianzas y avales; la obtención de préstamos externos con la responsabilidad solidaria de sus Países Miembros; el financiamiento de estudios de pre inversión, con el propósito de identificar oportunidades de inversión o proyectos de interés para la Cuenca; el financiamiento y contratación de asistencia y asesoramiento técnico; así como acometer todas aquellas funciones que sean propicias para el mejor cumplimiento de sus objetivos.

En el año 2014, la Asamblea de Gobernadores creó el Fondo Especial de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM). El FOCOM tiene como objetivo el contribuir a reducir el costo financiero derivado de los préstamos contraídos por Bolivia, Paraguay y Uruguay con FONPLATA, mediante el pago de una porción de los mismos. El pago del beneficio conferido por el FOCOM es contingente y determinado en forma anual, por cuenta y orden de los prestatarios.

La principal fuente de fondos del FOCOM proviene de la asignación de resultados acumulados no asignados de FONPLATA. Al momento de su creación, la Asamblea de Gobernadores aprobó la transferencia de \$5.510 mil de las utilidades retenidas de FONPLATA. Esta asignación es prerrogativa de la Asamblea de Gobernadores al momento de la aprobación de los estados financieros del ejercicio inmediato anterior. Asimismo, el FOCOM recibe Ingresos por la inversión de su fondo de balance, el cual es administrado por FONPLATA, conjuntamente con sus inversiones de acuerdo a las políticas y límites de tolerancia al riesgo que rigen la inversión de sus activos líquidos.





FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

NOTA 2 – RESUMEN DE PRINCIPALES POLÍTICAS CONTABLES

Los Estados Financieros adjuntos han sido preparados de conformidad con las normas contables detalladas abajo que son coincidentes en todos sus aspectos significativos de valuación con las Normas Internacionales de Información Financiera o NIIF (IFRS por sus siglas en inglés), emitidas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), con el dólar de los Estados Unidos de América como moneda funcional.

La preparación de los estados financieros requiere que la Presidencia Ejecutiva haga supuestos y estimaciones que afectan los montos presentados para los activos y pasivos, así como de ingresos y gastos, durante el período correspondiente. Los estimados más relevantes que afectan la preparación de los estados financieros del FOCOM se relacionan con el reconocimiento de ingresos y gastos por el pago semestral de una porción de los intereses a ser pagados por Bolivia, Paraguay y Uruguay en préstamos contraídos con FONPLATA. Las estimaciones y juicios son continuamente evaluados y están basados en normas legales vigentes y otros factores, incluyendo la expectativa de eventos futuros, que son razonables bajo las actuales circunstancias. Los resultados reales podrían diferir de dichas estimaciones.

Las inversiones del FOCOM son administradas por FONPLATA en forma independiente y expuesta en los estados financieros adjuntos dentro del saldo de la cuenta FONPLATA – Saldos por cobrar. Asimismo, el saldo al 31 de diciembre expuesto bajo esta cuenta, incluye el monto de ingresos por inversiones atribuible al FONDO en la proporción a los activos de inversión que son administrados por FONPLATA. Previa aprobación de la Presidencia Ejecutiva, el rendimiento de las inversiones atribuibles al Fondo, es capitalizado como parte de la masa de activos líquidos invertibles.

Los gastos, corresponden a una porción de los intereses que semestralmente deben de ser pagados por los prestatarios de Bolivia, Paraguay y Uruguay, por los préstamos contraídos con FONPLATA. La cuantía de los intereses a ser pagados directamente por el FOCOM a FONPLATA es establecida con base a un porcentaje de la Tasa Operativa de Retorno, aprobada anualmente por la Asamblea de Gobernadores y su pago es contingente.

NOTA 3– FONPLATA/Saldos por cobrar

El saldo reflejado en esta cuenta incluye el monto de los activos líquidos del Fondo que es manejado directamente por FONPLATA, conjuntamente con sus inversiones, así como por la porción de ingresos sobre inversiones atribuible al Fondo al cierre del ejercicio.

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
Banco	97	-
Inversiones	5.452	5.510
Ingresos por cobrar	24	22
Total	5.573	5.532



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

NOTA 4– Financiamientos por desembolsar

Corresponde, a la porción de los intereses sobre préstamos contraídos de FONPLATA por prestatarios de Bolivia, Paraguay y Uruguay a ser pagada directamente por el Fondo.

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
Bolivia	10	-
Total	10	-

NOTA 5 – Saldo del Fondo

El saldo del fondo a la fecha de cierre, es el siguiente:

Detalle	31 de diciembre de	
	2015	2014
Saldo del Fondo inicial	5.532	5.510
Rendimientos por inversiones	44	22
Financiamientos no reembolsables	(13)	-
Total	5.563	5.532


Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Oscar Pérez López
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE


Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS





ANEXO 4:

Atividades de Relacionamento Institucional e Responsabilidade Social Corporativa em 2015



Relacionamento com outras entidades supranacionais

O FONPLATA tem Acordos de Cooperação em vigor com as seguintes entidades: ALADI²⁵, BID²⁶, INTAL²⁷, OEA²⁸ e SELA²⁹.

Conta com cinco Convênios de Cooperação: ALIDE³⁰, China Development Bank³¹, CCI³², IICA³³ e FIDA³⁴.

Foram assinados Memorandos de entendimento com: BCIE³⁵, BID³⁶, OFID³⁷, PMA³⁸ e UNIDO³⁹.

Dois acordos marco foram assinados com a Corporação Andina de Fomento (CAF), um em 1992 e outro em 2015. O segundo se materializou por meio de uma linha de crédito contingente para o FONPLATA de US\$ 75 milhões.

Além disso, estão sendo feitas as gestões necessárias para obter a condição de observador junto ao Banco Mundial e ao Sistema das Nações Unidas.

No caso do MERCOSUL⁴⁰, da OEA⁴¹, da UNASUL⁴² e da CE-LAC⁴³, o FONPLATA foi credenciado para participar de suas diferentes Assembleias e Cúpulas.

25 Associação Latino-Americana de Integração (www.aladi.org)

26 Banco Interamericano de Desenvolvimento (www.iadb.org). Último acordo de cooperação assinado em 2012.

27 Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe, pertencente ao BID (<http://www.iadb.org/es/intal/inicio,19448.html>)

28 Organização dos Estados Americanos (www.oas.org)

29 Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (www.sela.org)

30 Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (www.alide.org.pe)

31 www.cdb-intl.com

32 Centro de Comércio Internacional das Nações Unidas (www.intracen.org)

33 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (www.iica.int)

34 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (www.ifad.org)

35 Memorando assinado em 2014. No âmbito desse memorando, o FONPLATA pôde trocar experiências com o BCIE para abordar o processo de classificação de risco de crédito.

36 Primeiro memorando com o BID assinado em 1980.

37 Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional (www.ofid.org)

38 Programa Mundial de Alimentos (www.wfp.org)

39 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (www.unido.org)

40 Mercado Comum do Sul.

41 Organização dos Estados Americanos.

42 União de Nações Sul-Americanas.

43 Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Cooperações institucionais em andamento

No âmbito das atividades de relacionamento institucional há dois Convênios de Cooperação em andamento: i) com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da República Argentina, por meio da Unidade para Mudanças no Meio Rural (UCAR); e, ii) com o Vice-Ministério de Pecuária da República do Paraguai por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

i) Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da República Argentina - UCAR

O Convênio estabelece que o FONPLATA, como órgão de execução, elabore projetos ou estudos de integração regional dos quais participe a República Argentina. Nesse contexto, na gestão 2015 foi desenvolvido o Plano de manejo das águas subterrâneas da Bacia do Rio Bermejo: Avaliação dos Recursos Hídricos subterrâneos na bacia para seu aproveitamento na produção agropecuária (Etapa I), que concluiu com a apresentação do relatório correspondente.

ii) Vice-Ministério de Pecuária do Paraguai - IICA

O Convênio é operado por meio do IICA, entidade encarregada de prover cooperação técnica ao Vice-Ministério de Pecuária para o desenvolvimento da Cadeia Ovina do Paraguai. Em 2015, começou a elaboração de um Plano Estratégico com um Programa de Investimentos para a Cadeia Ovina do Paraguai e um Programa de Capacitação.

Financiamento para o desenvolvimento

Durante a gestão passada, o FONPLATA participou de vários eventos com outras agências ligadas ao financiamento para o desenvolvimento. Foram realizadas exposições em eventos como o Seminário Internacional organizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre “O Financiamento para o Desenvolvimento” (Brasília), do qual participou junto com a CAF, o BNDS e o BID. Também participou do Foro Económico de la Cámara de Industria y Comercio de Santa Cruz de la Sierra (CAINCO); da XX Reunión Anual da LACEA⁴⁴ (Santa Cruz de la Sierra); do Bolivian International Infrastructure Summit (Santa Cruz de la Sierra) e da Assembleia Geral da ALIDE (Cancún), dentre outros.



⁴⁴ Latin American and Caribbean Economic Association.

Arte e integração cultural

A identidade cultural de nossos países-membros, apesar de suas diferenças, tem muitos aspectos comuns. Neste exercício, o FONPLATA promoveu sua integração cultural apoiando o Festival Internacional de Cinema (FENAVID) em sua 15ª edição e facilitou o apoio do Instituto Nacional de Cinema e Artes Visuais (INCAA) da Argentina.

A atividade se materializou em uma mostra do cinema regional na qual foram exibidos filmes produzidos pelos países-membros. O festival, além de exibir filmes e curta metragens, foi um espaço de formação, encontro e convivência entre famosos entendidos do cinema latino-americano e jovens entusiastas que estão iniciando seu caminho no mundo audiovisual.

O encontro entre o FONPLATA e o FENAVID ocorreu no âmbito do projeto financiado pela instituição para criar uma entidade nacional de programação e uma rede de salas de cinema para a promoção e divulgação de conteúdos audiovisuais da Argentina e da região junto com o INCAA.

Além disso, durante a gestão 2015 o FONPLATA apoiou o Festival Internacional de Teatro Santa Cruz de la Sierra, "Multiplicando miradas", do qual participaram elencos de 16 países, dentre eles, a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A cada edição, o trabalho deste festival gera um impulso de formação de novos profissionais envolvidos nas artes cênicas na região.

Como parte do esforço de integração regional, na 40ª edição da FEXPO-CRUZ e por terceiro ano consecutivo, o FONPLATA informou ao longo de dez dias a respeito do alcance de seus projetos em execução. Da exposição comercial participaram em torno de 2400 expositores nacionais e estrangeiros em diversas áreas.

Mais próximos de nossas comunidades

Durante este ano, o Presidente-Executivo do FONPLATA e alguns especialistas da instituição ministraram palestras em universidades locais em Santa Cruz de la Sierra para apresentar a organização, sua história, e referir alguns dos projetos mais importantes em andamento nos países-membros.

Além do mais, o FONPLATA esteve na comunidade de San Ignacio de Velasco celebrando os 267 anos de sua fundação. O Fundo apoia a Administradora Boliviana de Rodovias (ABC) com o projeto viário que une San Ignacio de Velasco com o resto do país por meio de uma rodovia que está em construção. Trata-se de um projeto que gerou expectativas na população ao longo de décadas e começou a se concretizar em janeiro de 2014 com a assinatura de um contrato para a construção da estrada entre Rio Uruguaito e San Ignacio de Velasco.

Acompanhar os mais desfavorecidos

Um grupo de funcionários do FONPLATA e pessoas ligadas à organização fazem parte há anos do Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa da instituição, apoiando grupos da sociedade de Santa Cruz de la Sierra.

As atividades desenvolvidas a esse respeito na gestão 2015 estiveram ligadas ao sustento do Lar Luz de Mundo, que abriga crianças desfavorecidas do Bairro Plan 3000, bem como a vários lares para pessoas idosas e crianças por meio da Fundação Hombres Nuevos.

Para reunir essas contribuições, os membros do Comitê organizam atividades de arrecadação de fundos, rifas, reciclagem de papel, jornais e outros materiais de escritório, coletam brinquedos e roupas, dentre outras. Todas as doações foram possíveis graças à solidariedade dos colaboradores do FONPLATA e da própria instituição que contribui completando essas doações.





SEDE

Tel.: (+591-3) 315 9400
Código Postal 2690
Avenida Irala N° 573
Santa Cruz de la Sierra, Bolivia



ESCRITÓRIO DE MONITORAMENTO DE PROJETOS

Tel.: (+595-21) 453 320
Avenida Mariscal López N° 957
Edificio Faro del Río, Andar 1, Torre "B"
Asunción, Paraguai



PAGINA WEB

www.fonplata.org



CORREIO ELETRÔNICO

contacto@fonplata.org



FACEBOOK

fonplata



TWITTER

@fonplata



YOUTUBE

Fonplata





FONPLATA

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA